

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO DE BARIRI: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E
POLÍTICAS PÚBLICAS

VITÓRIO DIMAS BARSÍ

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente.

ARARAQUARA – SP
2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO DE BARIRI: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E
POLÍTICAS PÚBLICAS

VITÓRIO DIMAS BARSI

Orientador: Profº Dr. Zildo Gallo

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente.

ARARAQUARA – SP
2005

BARSI, Vítório Dimas

Desenvolvimento de Bariri: Perspectivas de Sustentabilidade e Políticas Públicas/
Vítório Dimas Barsi – Araraquara – SP(s.n.), 2005.

Orientador: Zildo Gallo

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA

1.Desenvolvimento Local; 2. Sustentabilidade; 3. Agenda 21; 4. Políticas Públicas Descentralizadas.

BANCA DE DEFESA

Prof. Dr. Zildo Gallo (orientador) - UNIARA

Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo - UNIARA

Profa. Dra. Lilia Ap. Toledo Piza Martins - UNIMEP

Agradecimentos.

A Deus, que me proporcionou viver esta importante experiência, quando pelo tempo dispensado a este trabalho, propus-me a enfrentar desafios que me levaram a aceitar meus limites e potencialidades, onde pude aprender e crescer muito.

Felizmente, neste caminho, não estive só. Contei com o apoio de diversas pessoas, e este é um dos momentos em que posso externar o meu reconhecimento. Sinceramente, agradeço:

À minha esposa Suzeti, meus filhos: Renato, Eduardo e Paula que sempre me estimularam e se integraram às minhas ansiedades e preocupações;

Às amigas Beatriz Fernandes, Rosana Baratela, Rosa Maria Canal, Alethéia Andrade, Pércia Helena Sabbag Calegari e ao amigo Alex Mauricio Mazo, que estiveram ao meu lado incentivando e encorajando a seguir em frente;

Aos Srs. Milton do Carmo Ferro, ex gerente da Indústria Resegue; Dr. João Batista FOLONI Filho, agrônomo da Casa da Agricultura de Bariri; José Cláudio dos Santos, ex prefeito de Bariri; Ricardo Perez, ex-funcionário da CESP-Bariri, Carolina Amália Ventura, diretora do projeto municipal Sonho de Viver e Izilda Vargas Bargas, funcionária do Sindicato Rural, que muito contribuíram com o tempo dispensado fornecendo informações e entrevistas;

Aos professores do Departamento de Mestrado da Uniara, que contribuíram de diversas formas para a realização deste trabalho;

Ao Prof. **Dr. ZILDO GALLO** que ao orientar este trabalho de forma exemplar, apostou no meu crescimento acadêmico e intelectual;

À equipe de Mestrado do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA pela coragem, pelo trabalho e pela audácia em propor este Curso de Mestrado de reconhecimento pela CAPES.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO LOCAL, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPALIZADAS	19
1.1. Desenvolvimento Local e Sustentabilidade.....	20
1.2. Políticas Públicas Municipalizadas.....	43
CAPÍTULO 2. OS CAMINHOS DE BARIRI RUMO AO DESENVOLVIMENTO....	66
2.1. Bariri na atualidade.....	67
2.1.1. Estrutura Populacional.....	69
2.1.2. Estrutura Educacional.....	70
2.1.3. Economia – Setores de Produção.....	71
2.1.4. Mão-de-obra.....	71
2.1.5. Legislação e Instrumentos de Planejamento Municipal.....	73
2.2. A História de Bariri.....	75
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM BARIRI.....	99
3.1. Gestão Municipal Antes de 1988.....	100
3.2. Políticas Públicas Descentralizadas.....	102
3.3. Outras Políticas Desenvolvidas.....	108
3.3.1 Casa do Artesão.....	109
3.3.2 Incubadora de Empresas	109
3.3.3 Banco do Povo e PAT.....	111
3.3.4 Sindicato Rural.....	113
3.3.5 Setor de Agricultura e CATI.....	115
3.3.6 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.....	116
3.3.7 Meio Ambiente, Água e Esgoto.....	119
3.3.8 Setor de Saúde e Vigilância Sanitária	121
3.3.9 Ações Sociais	122
3.3.9.1 Espaço Amigo (criança/adolescente).....	123
3.3.9.2 Programa renda Cidadã / Fortalecendo a Família.....	123
3.3.9.3 Plantão Social.....	123
3.3.9.4 Liberdade Assistida (adolescente).....	124

3.3.9.5 Benefício de Prestação Continuada (Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência).....	124
3.3.9.6 Cadastramento Único	125
3.3.9.7 Escola Profissionalizante	125
3.3.9.8 Clube da Melhor Idade (Idoso).....	126
3.3.9.9 Creches (Crianças).....	126
3.3.9.10 APAE (Pessoa Portadora de Deficiência)	126
3.3.9.11 Lar Vicentino (Idoso).....	126
3.3.9.12 Casa Abrigo (criança/adolescente).....	126
3.3.9.13 Centro de promoção Social da Paróquia Nossa Senhora das Dores (criança/adolescente).....	127
3.3.9.14 Centro de Recuperação e Reintegração (CRER).....	127
3.3.9.15 Comunidade Terapêutica Estanislau Albanesi.....	128
3.3.9.16 Prestação de Serviço a Comunidade.....	128
CAPÍTULO 4. PERSPECTIVAS e POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE BARIRI.....	129
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO.....	160
BIBLIOGRAFIA.....	165
ANEXO.....	171

RESUMO

Esta dissertação de mestrado faz uma análise do desenvolvimento local sustentável com base nas dimensões da sustentabilidade – ecológica, econômica, social, cultural, tecnológica e política – e no papel da administração pública local e da sociedade civil. No âmbito de um estudo de caso, as dimensões da sustentabilidade são utilizadas como parâmetros para analisar o desenvolvimento de Bariri, município localizado no centro-oeste do Estado de São Paulo, tendo como propósito avaliar a viabilidade desse projeto alternativo, que visa contribuir para a superação dos atuais problemas de governabilidade ocorridos a nível local. Ao final, este trabalho de pesquisa estabelece um novo discernimento sobre administração pública e suas relações com a sociedade civil: aponta para a necessidade de rever o modelo burocrático, com a finalidade de melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública local. Consciente de que a forma de gerenciar deve ser revista, apresentando as bases de uma nova estrutura de administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável, na tentativa de somar esforços para o surgimento de novas formas de administração pública que promovam um desenvolvimento mais equilibrado, justo e inclusivo da sociedade em harmonia com o meio ambiente.

ABSTRACT

This master's degree dissertation special research sustainable local development based in dimensions of sustainability - ecological, economical, social, cultural, technological, political - and the role of local government plus the civil society. In the scope of a studied case, the dimensions of sustainability are used as parameters to analyze the development of Bariri, this city is located in São Paulo State west center, the main purpose of this special research will be to evaluate the alternative project which helps about public administration problems occurred in this city. At the end, of the study this special will establish a new discernment about public administration and public relation with the civil society: to review the bureaucratic model to try getting better the efficiency of local public administration, to add efforts to suggest new forms of public administration and sustainable development, to show the importance of environment and lives together.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização do Município de Bariri.....	68
Tabela 2 – Número de Moradias em Bariri.....	70
Tabela 3 – Censo Escolar em Bariri – 2004.....	71
Tabela 4 - Lavoura Permanente em Bariri.....	72
Tabela 5 - Lavoura Temporária em Bariri.....	73
Tabela 6 - Instrumentos de Gestão Urbana em Bariri.....	73
Tabela 7 - Instrumentos de Planejamento Municipal em Bariri.....	74
Tabela 8 – Incentivos a Empreendimentos em Bariri.....	74
Tabela 9 – Censo Demográfico de Bariri.....	81
Tabela 10 - Número de imigrantes encaminhados à Bariri – 1911-1939.....	88
Tabela 11 - Produção de Bariri do ano 1979.....	95
Tabela 12 – Produção de Bariri do ano 1984.....	95
Tabela 13 - Produção de Bariri do ano 1989.....	96
Tabela 14 – Produção de Bariri do ano 1994.....	96
Tabela 15 – Produção de Bariri do ano 1999.....	97
Tabela 16 – Produção de Bariri do ano 2004.....	97
Tabela 17 - Contratações pelo PAT.....	112
Tabela 18 – Emprego Formal em Bariri.....	112
Tabela 19 - Resumo Anual do Emprego Formal de Bariri.....	113
Tabela 20 – Serviços de Ação Social de Bariri.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AES – Usina Hidrelétrica Álvaro de Souza Lima (Usina Bariri)

AIS – Ações Integradas de Saúde.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA – Área de Proteção Ambiental

APEOESP – Assoc. dos Professores do Ensino Oficial do Est.São Paulo.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação.

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência.

CCIR – Certificados de Cadastros de Imóveis Rurais.

CDH – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Est. de São Paulo.

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo.

CEESP – Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CESP – Centrais Elétricas de São Paulo.

CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental.

CIB – Comissão Intergestores Bipartite.

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CMN – Conselho Monetário Nacional.

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Codespaulo – Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

COEMBA – Coleta de Esgoto do Município de Bariri.

Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação.

COMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CRER – Centro de Recuperação e Reintegração.
CVS – Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo.
ERSA – Escritórios Regionais de Saúde.
FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.
FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social.
FEBEM – Fundação do Bem-Estar do Menor.
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social.
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.
FNS – Fundo Nacional da Saúde
FPE – Fundo de Participação dos Estados.
FPM – Fundo de Participação dos Municípios.
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.
IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IEA – Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LBA – Lei Brasileira de Assistência.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOS – Lei Orgânica da Saúde.
MBES – Ministério do Bem-estar Social.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde.
NOB – Norma Operacional Básica.
ONU – Organizações das Nações Unidas.
OP – Orçamento Participativo.
PAB – Plano de Atenção Básica.
PAT– Posto de Atendimento ao Trabalhador.
PIB – Produto Interno Bruto.
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social.
PMH – Programa Mutirão de Habitação.
PNAS – Política Nacional de Assistência Social.
PPA – Plano Plurianual.
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
SADT – Serviços de Atendimento de Diagnóstico e Terapia.
SAEMBA – Serviço de Água e Esgoto do Município de Bariri.
SAS – Secretaria de Assistência Social.
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Est. São Paulo
SFH – Sistema Financeiro da Habitação.
SOMA – Serviço Odontológico e Médico Ambulatorial de Bariri.
SUAS – Serviço Único de Assistência Social.
SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde.
SUS – Sistema Único de Saúde.
TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
UBS – Unidades Básicas de Saúde.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.
UNIMED – Cooperativa de Trabalho Médico.
USP – Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento mundial está associada a um processo acelerado de globalização com intensa integração econômica, a formação de blocos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias de atuações globais. Contudo, nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento. A temática do desenvolvimento local despertou grande interesse ao longo dos anos 90, tornando-se objeto de amplo debate e impulsionando iniciativas em diversas localidades.

Com tal interesse, e também pensando em contribuir para a construção de um novo estilo de administração, que traga em seu bojo princípios de justiça social, respeito pela natureza, responsabilidade para com as gerações futuras, democracia participativa e solidariedade. Numa vertente mais utópica, contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, é que temos por objetivo nesta dissertação, investigar a partir da ótica das dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, o desenvolvimento de Bariri, município localizado no interior do Estado de São Paulo, na Região Administrativa de Bauru, a 330 Km da capital. Avaliar as perspectivas de sustentabilidade e as diversas políticas públicas fomentadas no município. Analisar sua expansão, bem como os fatores que contribuíram para isto. Também os problemas desencadeados e que estão presentes atualmente. Apontar o potencial que o município possui para modernizar a sua gestão pública.

Investigar um conceito de desenvolvimento sustentável possível de ser aplicado pela administração pública local com a participação da sociedade civil.

Assim, neste trabalho temos como propósito avaliar o desenvolvimento local, levando em consideração que desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade, que deve satisfazer as necessidades e aspirações humanas, principais objetivos do desenvolvimento e, quando defini os principais objetivos do desenvolvimento econômico e social, leva em conta sua sustentabilidade.

Para tanto, verificamos que Bariri em razão do êxodo rural provocado pelo fim do predomínio da cultura cafeeira no final dos anos 60, e início de uma nova

política agrícola no município a partir dos anos 70, passou por um processo de expansão urbana. Até esta década a economia do município era considerada estritamente agrícola, atrelando-se a esta, a existência da Indústria Resegue de Óleos Vegetais, que também tinha grande influência sócio-econômica no desenvolvimento do município.

Com o início da expansão urbana, o município começa a viver as conseqüências de um crescimento que se dá com pequena degradação social e até mesmo ambiental.

Face aos problemas que se acumulavam, a partir da década de 80, o executivo municipal passou a adotar uma nova política de geração de emprego e renda, que visava atrair indústrias e serviços para a economia do município, buscando assim, uma nova maneira de atingir o desenvolvimento local. Concedia vantagens às indústrias que se dispusessem a se instalar na cidade, e para tanto, foram criados dois pólos industriais em uma área afastada do centro e próxima da principal via de acesso, a rodovia SP 304. Também a partir dos anos 90, com a desapropriação pelo município de imóveis pertencentes à Massa Falida Resegue, outras empresas foram atraídas e ali se instalaram recebendo diversos incentivos.

De modo geral a idéia recorrente era oferecer incentivos para que as empresas decidissem se instalar no município.

Ao definir tal política, a participação do poder público era restrita à elaboração das leis que garantiam os incentivos e regulamentava a utilização das áreas industriais, de forma a subutilizar o potencial de intervenção do município. Em razão da expansão urbana e econômica a partir dos anos 70, alguns problemas sócio-ambientais se acumularam nestas décadas.

Foi possível constatar também, que o município possui um grande potencial para o desenvolvimento junto ao setor agrícola, que poderia ser melhor explorado.

Atualmente sua agricultura é bastante diversificada. Conforme relatório de entrega de Certificados de Cadastros de Imóveis Rurais – CCIR pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referentes aos exercícios de 2000/2001/2002 o número de propriedades rurais no município de Bariri, portadoras de cadastros naquele órgão, alcança o número de 996 propriedades, em sua grande maioria minifúndios e pequenas propriedades.

Diante deste número, é possível perceber a importância do

desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a fomentação do pequeno agronegócio no município. O estímulo à agricultura familiar, como, a criação de cinturões verdes para abastecimento da própria cidade, de centros maiores regionais e até mesmo da capital. Incentivos a implantação de cooperativas visando a industrialização de produtos como o leite, carnes, aves e outros agronegócios.

Para Sachs (2004:123) o maior potencial de empregos e auto-empregos decentes reside no mundo rural, em que pese a alta taxa de redução de postos de trabalho observada atualmente no setor agropecuário.

Em Bariri isto não é diferente. Atualmente, ainda existem plenas possibilidades para potencializar o setor rural do município, pois ainda temos uma agricultura diversificada, mas, já se vislumbra, a monocultura da cana e até mesmo da laranja em menor escala.

O incentivo da agricultura familiar no município também deveria ser melhor potencializado, visto que se auxiliada por uma modernização gradual, a agricultura familiar afigura-se viável e que, conforme Sachs (2004:124) sem a sua consolidação, dificilmente o Brasil poderá contar com um sistema eficiente de segurança alimentar.

Com isso, uma nova forma de expansão urbana poderia se efetivar. Com nova desenvoltura, de forma serena e mais justa. O objetivo do desenvolvimento sustentado/sustentável é exatamente atingir o desenvolvimento local de forma plena. Isto não quer dizer que no município tudo pode se resolver de uma hora para outra, mas a fomentação de políticas públicas, como estas, visando a inclusão de faixa da população no meio produtivo, de forma decente, ocasiona a eliminação de muitos problemas sociais que atualmente constatamos.

Para Sachs (2004:124), tudo indica que o custo da urbanização dos que já foram arraigados do campo será muito mais elevado do que seria a geração de empregos e auto-empregos decentes e a promoção do progresso civilizatório no meio rural.

Com a implantação de nova tecnologia no setor rural, a partir da década de 70, o chamado "*milagre brasileiro*", o uso de máquinas agrícolas no campo, e principalmente em terras produtivas se acentuou, considerando apenas os seus efeitos em curto prazo, não os dimensionando no médio e longo prazo, como por exemplo, os efeitos da degradação ao meio ambiente. Somando-se a isso, a

degradação do meio ambiente provocada no município pelo meio rural desde décadas anteriores.

Atualmente, através deste estudo foi possível averiguar que, o município vive as conseqüências de um desenvolvimento com relativa degradação social e ambiental, como a prospecção de um certo grau de pobreza na periferia e danos ao meio ambiente.

Os problemas que se acumulam colocam para a administração local a necessidade de encará-los de frente, com o objetivo de atingir um desenvolvimento sustentável, de forma plena, em futuro bem próximo. Para tanto, pode-se perceber que existe a necessidade do poder público se voltar para o atendimento das demandas sociais, democratizar a sua relação com a sociedade e assumir o papel de articulador das forças locais em torno dos objetivos de médio e longo prazo do município.

O município tem potencial para ter uma administração voltada para a sustentabilidade, que se oriente no sentido de atender às demandas sociais, estimular a participação popular nas decisões e catalisar as forças locais em torno dos grandes objetivos do município. Tem potencial para ter uma gestão que se pautar pela democracia na sua relação com a sociedade e articule as forças sociais para repensar e retomar as rédeas do seu desenvolvimento, buscando associá-lo a conquistas sociais e preservação ambiental.

Tais ações poderiam ser implementadas quando da discussão e aprovação do projeto de lei referente ao Plano Diretor (2002: 53) pelo município. Exigência da Lei 10257 de 10 de julho de 2001 (Plano Diretor, 2002:54) para municípios acima de 20.000 habitantes, caso de Bariri. Mais conhecido como Estatuto da Cidade, a citada Lei, passou a vigorar em 10 de outubro de 2001 (OLIVEIRA, 2001:07). Conforme a referida norma, cada município terá até o exercício de 2006 para sua elaboração, ou seja, até cinco anos após sua promulgação. Constitui sem dúvida alguma, um dos maiores avanços legislativos concretizados nos últimos anos.

Segundo Oliveira (2001:07), é apenas um primeiro passo para que os brasileiros tenham assegurado o seu direito a cidades sustentáveis. Praticamente todos os instrumentos trazidos pela nova lei demandarão a edição de novas leis municipais que os implementem.

Em razão disso, torna-se perceptível a necessidade de um novo jeito de

gestão pública. Oliveira (2001:45) acredita que o princípio do desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento urbano, pelo qual as pessoas são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1º da Declaração do Rio (BARBIERI, 2001: 23).

No Plano Diretor (2002: 62), deve estar estabelecida como política de desenvolvimento urbano, a prioridade de atender as necessidades essenciais da população marginalizada e excluída das cidades, caso contrário, estará em pleno conflito com as normas constitucionais norteadoras da política urbana, com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, em especial com o princípio internacional do desenvolvimento sustentável.

ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No *primeiro capítulo* procuramos definir o conceito de “desenvolvimento local, sustentabilidade e políticas públicas municipalizadas”, para tal utilizamos uma consistente bibliografia¹ que inclui estudiosos sobre este assunto e propostas como a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento² (CMMAD, 1991) e a Agenda 21³ (BARBIERI, 2001).

Que indicadores ou ferramentas são apropriados para se medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade? Para tanto é necessário que as pessoas envolvidas neste processo de busca pelo desenvolvimento de um país, região ou de um município, tenham em mente modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar os desafios provenientes de problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos, que levem a uma nova concepção de desenvolvimento que seja endógeno, humano, local, onde destacamos a proposta de um desenvolvimento sustentável.

É requisito básico para a existência do desenvolvimento sustentável a capacitação das pessoas para alcançarem os meios de subsistência, como políticas de emprego, de geração de renda, o acesso à educação e o respeito à

¹ Ver Bibliografia, ali consta todos os autores utilizados nesta dissertação.

² Esta Comissão foi criada em 1983 por decisão da Assembleia geral da ONU, com o objetivo de propor estratégias ambientais a longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável.

³ A Agenda 21 é um documento aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992, sendo um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

diversidade cultural.

Para a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991:04) desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

No *segundo capítulo* apresentamos dados políticos, sociais, econômicos e culturais necessários para a compreensão da situação atual do município de Bariri, demonstrando sua evolução ao longo dos tempos, até retrocedermos aos seus primórdios. Avaliamos que, antes de analisar as transformações ocorridas no município a partir dos anos 70, seria importante recuperar o processo de crescimento anterior a este período, ou seja, discutir as bases sobre as quais se deu o crescimento a partir daquela década.

O *terceiro capítulo* organiza as principais políticas públicas existentes em Bariri, demonstrando sua criação, utilidade, e o andamento destas políticas neste município. Esta organização serviu como parâmetro para avaliarmos no quarto capítulo, de forma detalhada, com base nas dimensões de sustentabilidade intrínsecas ao conceito de desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade da administração pública local.

No *quarto capítulo e conclusão*, tem-se uma proposta para as bases de uma administração pública orientada para o desenvolvimento sustentável, com vistas a servir de reflexão para novas estratégias de administração pública e algumas considerações finais da pesquisa. E por fim, mas não menos importante, a *Bibliografia* consultada durante a pesquisa.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO LOCAL, SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPALIZADAS.

1.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE.

Ao definirmos desenvolvimento, devemos considerar a idéia de ligação íntima com as condições da qualidade de vida da população. O importante é não confundir com a idéia de crescimento. Podem até tratar-se de temas ligados, mas não sinônimos. Crescimento se refere à questão quantitativa da produção de uma economia durante determinado período de tempo. Desenvolvimento aborda aspectos qualitativos referentes às várias dimensões: ecológicas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, políticas, entre outras. Crescimento se refere à produtividade de uma economia, e desenvolvimento a qualidade da mesma.

Segundo Celso Furtado (1981:16), a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.

O modelo de crescimento econômico adotado pela humanidade no século passado gerou grandes desequilíbrios e poucos valores genuínos de uso na sociedade. Se de um lado a humanidade acumulou enormes riquezas, facilidades tecnológicas e uma gama imensa de conhecimentos adquiridos, restritos a pequenos grupos, do outro lado depara-se com problemas decorrentes de degradação ambiental, tais como a escassez de recursos naturais, as catástrofes climáticas e a poluição, além da pobreza e da miséria que se proliferam num ritmo acelerado.

Em razão de tais circunstâncias, é necessário que as pessoas envolvidas na busca do desenvolvimento de um país, de uma região, de um município, tenham em mente modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar os desafios provenientes de problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos, que levem a uma nova concepção de desenvolvimento que seja endógeno, humano, local, onde destacamos a proposta de um desenvolvimento sustentável.

Para Sérgio Buarque (2002:57), uma transição visando este novo paradigma de desenvolvimento e os desafios a serem enfrentados, deve estar acompanhada de inovações no terreno das idéias e na consciência das sociedades. Tal conscientização, quanto às inovações, aparentemente teve seu

primeiro grande impacto no final da década de 60 e início dos anos 70 como resultado do efeito combinado da crise do petróleo com a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma.⁴ Por este relatório, fica evidente uma crítica sólida e competente da concepção tradicional de uma natureza inesgotável e disponível à exploração da humanidade, mostrando perspectivas reais de esgotamento de importantes matérias-primas e fontes energéticas em médio prazo.

Contudo, constatamos então por meio deste, que meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados, estão inevitavelmente interligados.

[...] o desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito. (CMMAD, 1991:41).

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD - conhecida como Comissão Brundtland, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991:46).

Criada em 1983 por decisão da Assembléia Geral da ONU, a Comissão Brundtland tinha os seguintes objetivos: a) - propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; b) - recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter relações de pessoa, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; c) - considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; e d) - ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços

⁴ O Clube de Roma, uma associação internacional informal, muito conhecida por seus "modelos mundiais" empregados em exercícios de prognósticos sobre crescimento, colocava ênfase nas variáveis: recursos naturais, população e meio ambiente.

necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente.

Conforme a CMMAD (1991:43), o conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura que integra políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento, passando, portanto, o termo "desenvolvimento" a ter sentido mais amplo.

Para Sachs (2004:15), o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social.

O objetivo proposto desta Comissão (CMMAD, 1991:44) é promover um tipo de desenvolvimento com sustentabilidade, atendendo as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Isto não quer dizer, que há necessidade de parar o crescimento econômico, pelo contrário, devemos reconhecer que os problemas ligados a pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios.

A proteção ao meio ambiente é inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que visa mais as causas que aos sintomas dos problemas do meio ambiente.

Como mostra Sachs (2002:11) o encontro de Founex em junho de 1971 identificou os principais tópicos dessa problemática, presentes até hoje na agenda internacional. Rejeitando as abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economicismo estreito e rigoroso, o relatório traçou um caminho intermediário e eqüidistante entre as posições extremas de "maltusianos" e cornucopianos “. Dessa discussão, porém, está a origem da proposta de um novo tipo de desenvolvimento a que se deu o nome de *ecodesenvolvimento* e posteriormente, desenvolvimento sustentável”.

Para Sachs (1980:71), a idéia de *ecodesenvolvimento* é um convite para estudar novas modalidades de desenvolvimento, tanto em relação aos seus fins, quanto aos seus instrumentos, tendo como compromisso básico valorizar as contribuições das populações locais nas transformações dos recursos do seu meio, recomendando soluções endógenas, que são necessariamente pluralistas porque baseadas nas situações concretas de cada região, apoiando-se em cinco

pilares, a saber: deve ser endógeno, o que não quer dizer autárquico; deve basear-se em suas próprias forças; deve ter como ponto de partida a lógica das necessidades; deve se dedicar a promover a simbiose entre a sociedade humana e a natureza; e, por fim, deve estar aberto às mudanças institucionais.

Considerando que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade passa a incorporar o significado de manutenção e conservação *ab aeterno* dos recursos naturais.

Constatamos então que, satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento, e para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992⁵ teve como resultado a aprovação de vários documentos, envolvendo convenções, declarações de princípios e em especial a Agenda 21, considerada como um dos seus resultados mais importantes, que é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Ela é uma espécie de consolidação de diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas na esfera da ONU, que inclui princípios, conceitos e recomendações expressos no relatório da Comissão Brundtland, e contempla um conjunto enorme de contribuições as mais variadas e procura ordená-las de acordo com as grandes questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.

A Agenda 21 é uma espécie de manual para orientar as nações e as suas comunidades nos seus processos de transição para uma nova concepção de sociedade, conclamando a todas as nações para se *unirem em prol do desenvolvimento sustentável*.

José Carlos Barbieri (2001:65), diz que a Agenda 21 é um plano de intenções cuja implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade.

A Agenda 21 (BARBIERI, 2001:04) é composta por 40 capítulos, 115 programas e aproximadamente 2500 ações. No capítulo 1, mostra que a humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Chama atenção

⁵ Para tal usaremos a sigla CNUMAD.

para as disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar.

A questão do combate a pobreza, comentada no capítulo 3, tem como área de programas: "*capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentáveis*", refletindo que a pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e na área internacional. Uma política de meio ambiente voltada, sobretudo para a conservação e a proteção dos recursos deve considerar devidamente aqueles que dependem dos recursos para a sua sobrevivência.

Faz-se necessária a elaboração de uma estratégia voltada especificamente para o combate à pobreza, portanto, é requisito básico para a existência do desenvolvimento sustentável, devendo ter como objetivo básico, de longo prazo, a capacitação das pessoas a atingir meios sustentáveis de subsistência. Política de emprego, de geração de renda, acesso à educação básica, respeito à diversidade cultural, delegação de poderes às comunidades locais são algumas das recomendações da Agenda 21.

O capítulo 8 da Agenda trata da integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisão quando da alocação de políticas públicas. Muitos países e, por conseguinte os governos locais tendem a separar os fatores econômicos, sociais e ambientais nos seus processos de formulação de políticas públicas, fato este que tem implicações profundas sobre a eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento.

O objetivo geral desse Capítulo é o de melhorar ou reestruturar o processo de tomada de decisões para integrar plenamente estes fatores, garantindo, ao mesmo tempo, uma participação maior do público. Deve-se buscar meios para garantir a coerência entre planos, políticas e instrumentos das políticas setoriais, econômicas, sociais e ambientais, inclusive as medidas fiscais e o orçamento, nos diversos níveis de atuação.

As áreas de programas para se alcançar uma abordagem integrada são as seguintes: exame das políticas, estratégias e planos governamentais visando uma integração gradual entre meio ambiente e desenvolvimento; fortalecimento das estruturas institucionais para permitir essa plena integração, através de uma estrutura jurídica e regulamentadora eficaz; utilização eficaz dos instrumentos

econômicos e dos incentivos de mercado; estabelecimento de sistemas integrados de contabilidade ambiental e econômica.

O capítulo 14 da Agenda 21 enfoca o desenvolvimento rural e agrícola de forma sustentável. Considera, que a agricultura encontra-se diante do imenso desafio de aumentar a produção da terra sem provocar a sua exaustão. O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola é aumentar a produção de alimentos de modo sustentável e incrementar a segurança alimentar.

Os governos devem entre outras atividades, analisar suas políticas agrícolas e de segurança alimentar; implementar políticas que influenciem positivamente a ocupação da terra; considerar as tendências demográficas, os movimentos populacionais e as áreas críticas para a produção agrícola; analisar a política em vigor no que diz respeito à melhoria das colheitas, etc.

A obtenção da participação popular e desenvolvimento de recursos humanos constitui uma área-programa que faz a ponte entre as políticas governamentais e o manejo integrado de recursos. A idéia é a de que quanto maior for o grau de controle da comunidade sobre os recursos de que depende, maior será o estímulo ao desenvolvimento econômico e dos recursos humanos.

Com respeito ao uso da água neste setor, a Agenda 21 prescreve que a área-programa para a zona rural e a produção de alimentos objetiva a busca de um equilíbrio entre as necessidades de abastecimento e saneamento, as necessidades decorrentes do uso agrícola e pastoril e as de proteção dos ecossistemas, estabelecendo medidas de manejo conjunto do uso da terra e dos recursos hídricos para aumentar a eficiência do uso da água de irrigação e evitar a erosão do solo, os alagamentos, a sedimentação, a salinização e os efeitos nocivos dos agrotóxicos e fertilizantes.

A conservação e a utilização sustentável dos recursos genéticos vegetais para a produção de alimentos e a agricultura sustentável são a área-programa que objetiva fundamentalmente salvaguardar os recursos genéticos do mundo e ao mesmo tempo preservá-los para o uso sustentável.

Deve-se ainda reconhecer o caráter multissetorial do desenvolvimento dos recursos hídricos no contexto do desenvolvimento sócio-econômico, bem como os interesses múltiplos da sua utilização: abastecimento de água potável, saneamento, agricultura, desenvolvimento urbano, geração de energia hidroelétrica, pesqueiros de águas interiores, transporte, recreação, manejo de

terras baixas e planícies, etc..

O manejo integrado dos recursos hídricos baseia-se na percepção da água como parte do ecossistema, como um recurso natural e um bem econômico e social cuja quantidade e qualidade determinam a natureza da sua utilização. A água doce, um recurso finito, altamente vulnerável e de múltiplos usos, deve ser gerida de modo integrado, o que exige mecanismos eficazes de coordenação e implementação.

Ao desenvolver e usar os recursos hídricos deve-se dar prioridade à satisfação das necessidades básicas e à proteção dos ecossistemas. Uma vez satisfeitas essas necessidades, os usuários da água devem pagar tarifas adequadas. Esse manejo integrado deve ser feito ao nível de bacia ou sub-bacia de captação.

Quatro objetivos principais devem ser perseguidos: promover uma abordagem dinâmica, interativa e multissetorial do manejo dos recursos; fazer planos para utilização, proteção, conservação e manejo sustentável e racional desses recursos baseados nas necessidades e prioridades da comunidade, dentro do quadro política nacional de desenvolvimento econômico; traçar implementar e avaliar programas e projetos economicamente viáveis e socialmente adequados, baseados numa abordagem que inclua ampla participação pública na formulação das políticas e tomadas de decisão; e identificar, fortalecer ou desenvolver mecanismos institucionais, legais e financeiros adequados à política hídrica.

Um dos pré-requisitos fundamentais para se alcançar um desenvolvimento sustentável, levantado por esta pesquisa, é a ampla participação pública nos processos de tomada de decisão. Novas formas de participação são necessárias no contexto das questões relativas ao desenvolvimento e meio ambiente. Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso às informações que as autoridades nacionais possuem com relação a essas questões, a importância do fortalecimento do papel das organizações não-governamentais, enfatizando as ONGS que desempenham um papel vital na formulação e implementação da democracia participativa.

Para Sachs (1993:64), o planejamento e a implementação de Agenda 21 local merecem alta prioridade no pós-Rio/92. É dessa maneira que se divulga rapidamente o conteúdo da Agenda 21, de forma acessível e adaptado aos

diferentes públicos, funcionários de governo, autoridades locais, movimentos civis, organizações profissionais, instituições de ensino e pesquisa, e ao público em geral.

Conforme mostrado acima, o conceito de sustentabilidade não pode se limitar apenas à visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais. De acordo com Sachs (1993:24-27), ao planejar o desenvolvimento, devemos considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade:

a) *Sustentabilidade Social*, entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em *outro tipo de crescimento* e orientado por outra visão do que é a boa sociedade.

b) *Sustentabilidade econômica*, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado.

c) *Sustentabilidade Ecológica*, que pode ser incrementada pelo uso das seguintes alavancas:

- aumento da capacidade de carga da Espaço Terra por meio da engenhosidade ou, em outras palavras, intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas - com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida - para propósitos socialmente válidos;
- limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos;
- redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos;
- autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo;
- intensificação da pesquisa de tecnologias limpas que utilizem de modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial;
- definição das regras para uma adequada proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para

assegurar o cumprimento das regras.

d) *Sustentabilidade espacial*, voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas.

e) *Sustentabilidade cultural*, em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Ao passarmos do conceito à ação, para Sachs (1993:27-28), precisamos de uma imaginação ecológica que oriente a reflexão sobre o desenvolvimento, com a prioridade absoluta de promover "a segurança de meios de vida em base sustentável" em diferentes contextos ambientais e culturais, enfatizando a capacidade de as populações locais agirem de maneira ambientalmente viável, uma vez removidos os obstáculos que as impedem de ter uma visão em longo prazo da conservação de sua base de recursos, sendo necessário persuadir as pessoas fazendo-as agir no interesse comum.

É preciso que o mundo crie logo estratégias que permitam as nações substituir seus atuais processos de crescimento, freqüentemente destrutivos, pelo desenvolvimento sustentável.

Conforme CMMAD (1991:53), os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são, entre outros, os seguintes: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

O desenvolvimento sustentável tem de lidar com o problema do grande número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, ou seja, que não conseguem satisfazer sequer suas necessidades mais básicas. "A pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente" (CMMAD, 1991:53). A energia é

outra necessidade humana essencial que não pode ser universalmente atendida a menos que se altere o padrão de consumo.

As necessidades interligadas de habitação, abastecimento de água, saneamento e serviços médicos também são importantes no que se refere ao meio ambiente. As deficiências nessas áreas são muitas vezes manifestações evidentes de desgaste ambiental (CMMAD, 1991:56). O fato de não se ter conseguido atender a essas necessidades básicas é uma das principais causas de várias doenças transmissíveis como a malária, infecções gastrintestinais, cólera e tifo.

A urbanização é parte do processo de desenvolvimento. A questão é controlar o processo de modo a evitar uma séria deterioração da qualidade de vida. Devem, contudo, ser buscadas estratégias pró-ativas e inovadoras de desenvolvimento urbano, baseadas nos princípios de maior equidade social, prudência ecológica e eficiência urbana⁶.

Para Sachs (1993:32) as cidades são ecossistemas e, assim sendo, representam potenciais de recursos. Muitos desses recursos são latentes, subutilizados ou mal-utilizados, e assim, o aproveitamento desses recursos pode representar não só importante fonte de empregos, financiada pela poupança de recursos, mas ainda um meio para melhorar as condições ambientais.

Segundo Sachs (1993:33), duas conclusões derivam disso, como:

- as estratégias do desenvolvimento sustentável urbano não podem ser impostas de cima para baixo: elas devem ser desenhadas e implementadas com a participação popular e complementadas por eficientes políticas de capacitação;
- a troca de experiências entre as cidades e os estudos comparativos deve desempenhar um papel importante nas políticas de cooperação, tanto em termos nacionais quanto internacionais, não apenas para encontrar modelos prontos para reprodução, mas para estimular a imaginação social e aproveitar os sucessos e fracassos alheios como um espelho para suas próprias dúvidas.

Mas a conservação da natureza não deve ser vista apenas como um dos objetivos do desenvolvimento. Ela é parte de nossa obrigação moral para com os

⁶ Segundo SACHS, essa busca deve considerar simultaneamente vários fatores, como: modelos institucionais; novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas; mudança de política de oferta para políticas de capacitação, estimulando as iniciativas e a criatividade popular; esforço contínuo para a eliminação do desperdício e a poupança dos recursos; gestão competente do pluralismo tecnológico e esforço de pesquisa de novas soluções tecnológicas, que devem ficar disponíveis e acessíveis aos países em desenvolvimento.

demais seres vivos e as futuras gerações.

A pressão sobre os recursos aumenta quando as pessoas ficam sem alternativas. É preciso que as políticas de desenvolvimento dêem mais opções para que as pessoas disponham de um meio de vida sustentável, sobretudo no caso de famílias com poucos recursos e de áreas onde existe desgaste ecológico.

As pressões que a lavoura e a pecuária exercem sobre a terra agricultável podem ser em parte aliviadas se a produtividade aumentar. Contudo, os futuros aumentos de produtividade, deveriam basear-se num uso mais bem controlado de água e agroquímicos, e também no uso mais extensivo de adubos orgânicos e praguicidas não-químicos.

A agricultura sustentável deve resultar de um processo dinâmico de desenvolvimento rural, em que a promoção de alternativas de sustento fora de atividades estritamente agrícolas constitui importante objetivo.

As experiências passadas, investigadas para a elaboração deste, recomendam favorecer o desenvolvimento agrícola por meio do aumento da produtividade das terras já em uso, evitando assim a expansão agrícola em terras apenas marginalmente adequadas e em florestas.

Ao mesmo tempo, deve-se dar máxima atenção à prevenção da poluição do solo e da água. Daí a importância da agricultura orgânica e, de modo mais geral, das técnicas agrícolas alternativas e das práticas de conservação dos recursos, cujas vantagens - menores custos de produção, eliminação do uso de fertilizantes inorgânicos e pesticidas, redução da erosão do solo e colheitas aumentadas.

As preocupações econômicas e as ecológicas não se opõem necessariamente. As políticas que conservam a qualidade das terras agricultáveis e protegem as florestas melhoram as perspectivas em longo prazo de desenvolvimento agrícola.

A sustentabilidade requer responsabilidades mais amplas para os impactos das decisões. Para tanto são necessárias mudanças nas estruturas legais e institucionais que reforcem o interesse comum. Algumas dessas mudanças partem da idéia de que um meio ambiente adequado à saúde e ao bem-estar é essencial para todos os seres humanos – inclusive as futuras gerações.

Nesse contexto, a lei por si só, não pode impor o interesse comum. Este requer principalmente a conscientização e o apoio da comunidade, o que implica

maior participação nas decisões que afetam o meio ambiente. Podemos perceber então, que o melhor modo de se conseguir isso é descentralizar a administração dos recursos de que dependem as comunidades locais, dando-lhes voz ativa no tocante ao uso desses recursos.

Alguns projetos de grande escala, contudo, demandam participação numa base diferente. Pesquisas e audiências públicas sobre os impactos do desenvolvimento e do meio ambiente podem contribuir em muito para chamar a atenção para pontos de vista diversos. O livre acesso a informações importantes e a disponibilidade de fontes alternativas de *know-how* técnico podem constituir uma boa base para a discussão pública. Quando um projeto proposto tem grande impacto sobre o meio ambiente, o caso deve ser obrigatoriamente submetido ao escrutínio público e, sempre que possível, a decisão deveria ser submetida à aprovação pública, talvez por meio de referendo.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

Portanto, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não-equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

Estes requisitos têm antes o caráter de objetivos que devem inspirar a ação nacional e internacional para o desenvolvimento.

Atualmente, a transição para um novo paradigma de desenvolvimento mundial está associada a um processo acelerado de globalização com intensa

integração econômica, a formação de blocos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias de atuações globais. Contudo, nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento. Segundo Castells (1998:23), “una de las muchas paradojas que nos depara nuestro interesante tiempo histórico es el relanzamiento de lo local en la era de lo global”.

A temática do desenvolvimento local despertou grande interesse ao longo dos anos 90, tornando-se objeto de amplo debate e impulsionando iniciativas em diversas localidades. Os alcances e limites destas experiências, todavia, ainda carecem de avaliações e reflexões mais apuradas⁷.

Atualmente, acentua-se a importância crescente dos processos de descentralização das políticas públicas e o fortalecimento dos governos locais, para enfrentar o desafio da melhoria da qualidade de vida num mundo que a cada dia se torna mais urbano. Portanto, o tema "desenvolvimento local", deve ser fruto de uma reflexão coletiva sobre as possibilidades de atuação dos governos locais em parcerias com a sociedade civil, no desenvolvimento local e geração de emprego e renda.

Ainda que só se fale hoje em globalização, a realidade é que um grande número de atividades apresenta vantagens significativas de localização, que podem ser pesquisadas, avaliadas e apresentadas às prefeituras, empresários, sindicatos e organizações comunitárias.(SOUTO, 1995:23).

Esta pesquisa pretende analisar práticas sobre desenvolvimento local, as políticas desenvolvidas diretamente ligadas à intervenção junto às cadeias produtivas, à produção de riquezas, às dinâmicas econômicas e sociais locais e aos elementos que constituem o "entorno do desenvolvimento econômico". Isto é, às políticas públicas que possuem efeito imediato por incidirem diretamente sobre pré-condições ou fatores críticos para a atividade econômica. Dessa forma, por meio do acúmulo de conhecimento e da ação prática na realidade, pretende-se que os atores sociais possam fortalecer as suas intervenções, de modo a permitir

⁷ FRANÇA, Cássio Luiz de & SILVA, Ivan Prado & VAZ, José Carlos (orgs). Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local. IN: Polis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Instituto Polis, 2002, p. 05.

transformações efetivas nas condições econômicas locais.

Conforme Souto (1995:111), quatro eixos básicos constituiriam a racionalidade da idéia de desenvolvimento local:

I) Desenvolvimento como um processo que integra várias dimensões e que pode combinar eficiência com equidade. A superação da idéia "economicista" de desenvolvimento - visão quantitativista via indicadores como crescimento do PIB e do investimento - pela incorporação de outras nuances (distribuição de renda, educação, saúde, comunicações, tecnologia e meio ambiente, etc.), consideradas via indicadores não só quantitativos, mas também qualitativos (exemplos: qualidade da educação, qualidade dos recursos humanos nas diversas áreas profissionais), constitui um avanço em termos de compreensão do desenvolvimento e de aceitação da idéia de incorporar novas dimensões a este conceito.

Essa visão integrada e integradora, embora não sendo exclusiva da abordagem do desenvolvimento local (pois obviamente é primariamente pensada em sua dimensão mais globalizante), assume na esfera "micro" uma importância concretamente definidora, porque é no espaço "micro" ou, em instância final, no indivíduo, que se materializam os frutos do desenvolvimento.

O ponto de maior dificuldade de construção teórica (e de desdobramento prático) é o da conciliação entre eficiência produtiva e equidade social. A idéia de, de um lado, ao privilegiar as relações horizontal-territoriais (municipais) sobre a costumeira lógica vertical-setorial das políticas nacionais e, de outro, ao buscar construir uma participação ativa da comunidade, garantir eficiência e equidade não parece clara. De fato, desde que a idéia de desenvolvimento local não exclui a iniciativa privada individual ou de grupos comunitários, associações etc., e que eficiência pressupõe produtividade, como conciliar os interesses de todos e os objetivos sociais? Assumindo-se, portanto, que a abolição do lucro não é um pressuposto desse novo padrão de desenvolvimento, tensões distributivas seriam uma questão menos importante? Questões como essas não estão ainda devidamente elucidadas, mas isso não impede, é claro que se prossiga - como, aliás, vem ocorrendo - na construção de experiências de desenvolvimento local.

II) Nova articulação entre Estado e sociedade

Radica aqui uma das mais importantes contribuições dos que concebem a idéia de desenvolvimento local. De fato, superar o Estado-Providência e construir

cotidianamente uma participação mais ativa da sociedade constitui um requisito importante de criação de um novo estilo de desenvolvimento.

A questão crucial é distinguir entre a idéia neoliberal de descentralização e a nova forma de articulação que se quer construir.

Essa nova construção pressupõe o fortalecimento da economia de solidariedade - associações de bairro, cooperativas, associações de pequenos produtores, entidades filantrópicas - e o próprio resgate do sentimento de solidariedade na sociedade (no sentido positivo de que não se deve esperar que o Estado seja o único responsável pelo provimento do bem-estar coletivo).

III) Descentralização do Estado e autonomia local

Caberia aqui transformar qualitativamente a tendência atual à descentralização do Estado (municipalização) em algo renovador, em contraposição à municipalização "conservadora", porque baseada no clientelismo e, portanto, sancionadora da estrutura atrasada de poder local. Ou seja, fazer reverter em benefício direto das populações locais os efeitos da descentralização administrativa e da descentralização de recursos (processo teoricamente iniciado no Brasil com a Constituição de 1988).

IV) geração de atores locais de desenvolvimento

O último eixo básico se relaciona estreitamente com a operacionalização, a ação política, no sentido de fazer nascer e fortalece atores locais comprometidos com a estratégia de desenvolvimento local. Seria crucial aqui o fortalecimento da economia da solidariedade, através da qual se incentivaria a emergência de atores locais condutores de iniciativas em favor da comunidade.

Dois aspectos fundamentais ainda não mencionados merecem agora ser discutidos. São, na verdade, pressupostos para que paulatinamente se construa, no presente, as condições de alcance desse novo desenvolvimento no futuro.

Primeiro, o pressuposto do próprio crescimento econômico, condição de partida para que haja qualquer desenvolvimento. Nesse sentido, é crucial enfrentar os problemas de hoje de estabilização porque passam as economias do Terceiro Mundo.

O segundo é o pressuposto da ação política. Sobre o nível da macropolítica (política econômica de estabilização e políticas para a educação, a saúde, o emprego, previdência social etc.) os atores locais têm, ou podem ter, influência indireta, com acompanhamento ativo e crítico das políticas macroeconômicas e

articulação com lideranças políticas comprometidas com iniciativas de desenvolvimento local. Ao nível da micropolítica, a influência é direta via articulação com os movimentos de organização da sociedade civil.

A capacidade de mobilização e articulação de atores sociais aparece como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel chave nos resultados econômicos, tornando-se sua dissociação não recomendada.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida* da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002:25).

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar *as potencialidades locais* e contribuir para *eleva as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar a *conservação dos recursos naturais* locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Como podemos constatar, o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. Apenas com *economia eficiente e competitiva* gerando riqueza local sustentável pode-se falar, efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas geradas em outros espaços⁸.

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma *relativa autonomia das finanças públicas* e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade. Por isso, o desenvolvimento local não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo, que não se internalizam e não se irradiam na economia local (BUARQUE, 2002:27).

⁸ Na definição de Amaral, citado por Buarque (2002:26), desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

O desenvolvimento local sustentável resulta, dessa forma, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor da cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente.

Assim, qualquer estratégia para promoção do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação da eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica (BUARQUE, 2002:27).

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável expresso por uma mobilização e, principalmente, convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa assim, o resultado de uma vontade conjunta e dominante da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (BUARQUE, 2002:30).

Quando tratamos de desenvolvimento local sustentável, estamos tratando de um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2002:67).

Esse conceito contém três grandes conjuntos interligados e com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento: a) *A elevação da qualidade de vida e a equidade social*; b) *A eficiência e o crescimento econômicos*; c) *A conservação ambiental*.

Assim, constata-se, que o propósito central de uma proposta de

desenvolvimento local sustentável consiste em implementar iniciativas e ações que gerem, ao mesmo tempo, uma *maior equidade*, um nível elevado de *conservação ambiental* e uma *maior racionalidade (eficiência) econômica*.

Os governos municipais, quando submetidos ao interesse das elites locais, tem como “projeto de desenvolvimento” dois elementos básicos: o uso privado dos equipamentos e serviços públicos em seu proveito próprio e de seus pares; e a manutenção de seu eleitorado cativo, fatores estes impeditivos do desenvolvimento local.

As decisões são tomadas muito longe do cidadão, correspondendo muito pouco às suas necessidades (DOWBOR, 1999:16). Assim, a centralização do poder político e econômico que caracteriza a atual forma de organização da sociedade levando, em última instância, a um hiato entre as nossas necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social⁹.

Continuando, Dowbor (1999:17), comenta que a concentração do poder econômico tende a esvaziar os espaços formais de decisão, e constata a multiplicação de leis que favorecem a sociedade, mas que simplesmente não se aplicam, pois o poder real se desloca para foros informais. Tipicamente, e os exemplos são inúmeros, a Constituição fixa a taxa de juros no nível máximo de 12% ao ano, mas os bancos têm poder para praticar as taxas que desejam.

Para Bava (2000:15) a descentralização; a transparência nas decisões; a participação dos cidadãos na formulação, gestão e controle da coisa pública são elementos novos que conformam um novo modelo de gestão municipal.

O desenvolvimento local sustentável torna-se, portanto, um processo e uma meta a ser alcançada a médios e longos prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural.

A transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia¹⁰.

⁹ A centralização do poder está diretamente vinculada à concentração de renda, pois apenas com imenso poder central, tanto no nível do Estado como no nível empresarial, é possível que 1% da população se aproprie de um produto social maior do que o destinado aos 75 milhões de pobres do país.

¹⁰ Conforme Buarque (2002:71), se não forem alteradas as relações estruturais (estilo de desenvolvimento), um aumento da qualidade de vida decorrente da oferta de emprego e de bens e

Apenas quando houver uma mudança estrutural – alteração na base do estilo de desenvolvimento – será possível uma melhoria conjunta da oferta de bens e serviços e emprego e renda, por um lado, e conservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade do meio ambiente, por outro.

A questão da governabilidade não se coloca, portanto, da perspectiva de uma maior ou menor eficiência administrativa. Ela deve ser avaliada com relação à capacidade do governo em implementar um determinado “projeto de desenvolvimento” para a cidade.

Segundo Buarque (2002:80), um planejamento estratégico e participativo, é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a concretização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis. Conforme Buarque (2002:81), planejamento é o cálculo que precede e preside a ação em um processo permanente de reflexão e análise para escolha de alternativas que permitam alcançar determinados resultados desejados para o futuro. É uma aposta no futuro e um instrumento de construção, que orienta e molda a vontade dos atores e as decisões coletivas. Parte do princípio de que o futuro pode ser construído pela sociedade; mas entende que essa construção tem raízes na história, no passado e na realidade atual, definidora dos limites possível. Delimita o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura.

Contudo não se trata de qualquer processo de decisão, mas de uma forma estruturada e organizada de seleção de alternativas. Portanto, o planejamento é também um processo ordenado e sistemático de decisão, o que lhe confere uma conotação técnica e racional de formulação e suporte para as escolhas da sociedade.

Verificamos então, que não é possível pensar um projeto de desenvolvimento como algo de competência exclusiva do Estado, dissociado dos atores sociais e políticos que se fazem presentes, especialmente dos novos atores coletivos que se constituem enquanto representação popular. Também é importante perceber a importância da construção dos espaços públicos como campo de negociação dos múltiplos interesses que disputam os recursos e a

serviços adicionais da sociedade – gerado pelo crescimento da economia – deve provocar uma redução da qualidade do meio ambiente.

orientação da gestão municipal e das políticas públicas.

Bava (2000:20) questiona “Mas se a administração municipal se abrir à participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas e instituir espaços públicos de negociação, será isso suficiente para garantir a melhoria da qualidade de vida, a democratização e a participação direta dos cidadãos na gestão municipal?”.

Bava (2000:11) oferece uma referência para pensarmos sobre essa questão quando diz: "Democracia não é um modelo institucional, tampouco é um regime político no sentido tradicional que lhe é atribuído pela ciência política. Democracia é a auto-instituição que é dada por uma coletividade para ela mesma. Esta auto-instituição deve ser vista como um movimento. É claro, esse movimento tem por base e é sustentado e facilitado a cada vez pelas instituições existentes, mas também por um conhecimento que existe difuso na coletividade. Não podemos esquecer o fato de que fizemos nossas próprias leis e de que podemos mudá-las".

Para Bava (2000:11), dito de outra forma, "a institucionalidade democrática não é um corpo dado de leis e instituições que se criam ad hoc. Ela é, nem mais nem menos, o exercício cotidiano da cidadania de uma forma plenamente humana de conviver em sociedade". Por outro lado, o planejamento incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica, constituindo uma síntese técnico-política.

Ainda segundo Buarque (2002:83), essa concepção do planejamento como técnico e político deve levar, ao mesmo tempo, a uma reformulação profunda da posição dos técnicos na definição das prioridades do desenvolvimento e à necessidade de uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada das decisões, orientadas pela reflexão técnica. Apenas assim, o planejamento pode construir um projeto coletivo reconhecido com o qual os atores sociais e os agentes públicos estejam efetivamente comprometidos.

O *planejamento local* é o processo de decisão – tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada – sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental (BUARQUE, 2002:83).

Como um processo social, o planejamento do desenvolvimento local deve

contribuir para a construção de um projeto da sociedade local, que mobilize os atores sociais e organize as ações convergentes dos diversos agentes de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado (BUARQUE, 2002:83).

Educação, saúde e transportes coletivos são áreas de competência da gestão municipal em que os resultados são invariavelmente positivos. Esses resultados são possíveis graças a políticas de valorização e capacitação do funcionalismo público, políticas de aumento da arrecadação própria municipal via recadastramento imobiliário e tributação progressiva do IPTU, eliminação da corrupção, otimização dos recursos aplicados, abandono de investimentos em grandes obras, priorização da melhoria dos serviços, eliminação dos processos viciados de licitação, etc. Essas melhorias são reconhecidas pela população nas pesquisas de opinião onde os índices de aprovação dão boas notas a esses governos.

Aprofunda-se assim a contradição entre problemas que temos de enfrentar e a estrutura centralizada de Estado que herdamos. O município está na linha de frente dos problemas e em último lugar na hierarquia de decisões do Estado. A realidade é que os países em desenvolvimento estão dando os primeiros passos nessa área essencial do desenvolvimento local.

Ao mesmo tempo em que nos países desenvolvidos cada vez mais o cidadão resolve os assuntos no próprio município, nos países pobres os responsáveis pelo município adotam o sistema de peregrinação, viajando até a capital para obter cada autorização de financiamento, com todas as deformações no uso dos recursos que isso acarreta.

Os municípios estão presos em arcabouços jurídicos que tornam a sua administração um verdadeiro pesadelo. A pretexto de existirem menos técnicos no nível local, imagina-se que os recursos não serão bem aplicados se a sua transferência não for cercada de uma série de leis e regulamentos. A verdade é que, quanto mais centralizada a decisão mais técnicos existem, porém menor é o controle por parte da população.

A administração local se vê, portanto, esmagada entre as necessidades explosivas que surgem no município e a inoperância das outras instâncias, faz um trabalho de contenção de pressões sem ter os meios necessários.

Ao buscar novos caminhos e propostas, concluímos que o espaço local

está em plena transformação. Através da informática surge uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal. Pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter cadastros atualizados. As fotos de satélite nos permitem rastreamentos mais sofisticados, por exemplo, na área ambiental. Os computadores, cujo custo tem caído vertiginosamente, permitem ao cidadão manter sistemas de informação no próprio bairro e obter uma nova transparência administrativa, com tudo o que isto pode representar em termos de democratização.

Na área da limpeza pública, está igualmente despontando uma nova geração de tecnologias, com a participação do cidadão na separação do lixo e as diversas formas de reciclagem que isso permite: compostagem, produção de energia, reaproveitamento de diversos produtos.

Conforme Dowbor (1999: 38), o próprio enfoque das finanças municipais está evoluindo, levando a novos sistemas jurídicos, orientados para uma política ativa de redistribuição de renda. Grandes cidades têm implantado uma tributação progressiva sobre imóveis e penalizado o uso especulativo do solo urbano.

Constata-se igualmente uma nova geração de soluções e propostas na área dos problemas ambientais urbanos.

Há inovações nas áreas de transportes, tratamento de esgotos, segurança municipal e em numerosos outros setores. Constata-se igualmente uma expansão das próprias atribuições das administrações municipais, como é o caso do apoio à pequena e média empresa e da articulação cidade/campo, com a promoção dos "cinturões verdes" em torno dos centros urbanos. Em outros termos, o espaço local é um espaço em plena revalorização e transformação. E devemos munir-nos dos instrumentos correspondentes.

Para Dowbor (1999: 39) a valorização recente do poder local não pode ser vista de forma isolada; trata-se de uma transformação lenta e profunda do conjunto dos mecanismos que o mundo "realmente existente" utiliza para organizar seu desenvolvimento. Não se pode entender a nova dimensão do poder local sem entender essa transformação mais ampla.

A rapidez das transformações sociais, os avanços tecnológicos e a complexidade crescente das nossas sociedades estão impondo formas mais flexíveis e diversificadas de gerir desenvolvimento. Os mecanismos de regulação econômica e social se diversificam e se articulam de formas diversas.

As questões relativas à geração de trabalho e renda ou relativas à mudança na estrutura de emprego pertencem a um espaço econômico mais amplo do que o município. (GALLO, 2004: 83).

Para Dowbor (1999:51), em termos realistas, o fato de estarmos deixando de lado os discursos ideológicos e passando a trabalhar com mecanismos flexíveis e diversificados de gestão abre espaço para que os administradores municipais, as organizações comunitárias e outros personagens do poder local passem a buscar as formas práticas mais adequadas de responder suas necessidades, sem medo de inovar, de organizar parcerias, de mexer nas hierarquias tradicionais de decisão.

Defender os interesses do município é promover o desenvolvimento equilibrado, com uma base econômica variada, uma situação social mais justa. Trata-se de promover uma visão de longo prazo, com sustentabilidade:

O desenvolvimento sustentável deve ser mais que crescimento. Exige mudanças na sua forma, para torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia e menos violento em seus impactos. Mudanças devem ocorrer em todos os países, para preservar a reserva de capital ecológico, melhorar a repartição da renda e reduzir a vulnerabilidade às crises econômicas. (GALLO, 2004: 89).

A nacional precária socialmente resulta de um acúmulo de subutilização de recursos em milhares de municípios. E cabe a cada município analisar como se manifesta concretamente essa deformação em seu território, tanto no caso do solo como em outros numerosos casos de subutilização ou má utilização dos recursos disponíveis. Deve-se considerar outra face da sustentabilidade do desenvolvimento, que é a sustentabilidade econômica (GALLO, 2004: 90).

Para Dowbor (1999:79), é importante criar instrumentos de representação por bairro e assegurar um espaço de reunião e debate que permita discutir a atribuição de verbas, definir as prioridades, debater as próprias formas de participação nas decisões. Particular cuidado deve ser dado à representação das áreas rurais, já que há uma tendência geral para exagerar o peso do setor urbano.

Um outro nível de participação é o dos corpos organizados no município:

os sindicatos, as representações profissionais, as associações. De uma forma ou de outra se trata de grupos de pressão que já tem tradição participativa ou reivindicatória. Trata-se de ordenar gradualmente esta participação, criando canais regulares de expressão e consulta sobre problemas relevantes do município.

É preciso levar em conta que a participação pode se dar de forma setorial: os médicos e enfermeiros do município, por exemplo, podem organizar uma campanha de esclarecimento sanitário e constituir, por intermédio dos postos de saúde descentralizados, um canal relativamente permanente de informação aos cidadãos sobre determinadas opções da área sanitária.

Os diversos organismos de participação municipal podem ser coordenados por um tipo de conselho de desenvolvimento municipal, que reuniria os grupos organizados representativos. A organização da participação, entretanto, num país que não tem tradição de política participativa, exige muita flexibilidade e o aproveitamento de todas as oportunidades de mobilização.

O poder local, com seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu provas de eficiência, em particular nos países desenvolvidos. Ele é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país.

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPALIZADAS.

Hoje no Brasil está se formando uma nova cultura política, e nesse processo, é inegável a contribuição de experiências em gestão municipal. Ainda que estas experiências sejam limitadas a um pequeno número de municípios, elas chamam a atenção por suas inovações e estão construindo um novo paradigma para a arte de governar.

Conforme SOUTO (1995: 1), experiências como as do Orçamento Participativo apontam para a construção de esferas públicas não estatais. Espaços de negociação em que se publicizam as propostas, os atores e os interesses que disputam os recursos públicos municipais, sendo possível reconhecer que através destas iniciativas está se dando um tipo de reforma do Estado nos municípios que nega a centralização do poder em mãos do prefeito e

propõe uma nova relação Estado-Sociedade Civil, onde a participação dos cidadãos e de suas representações coletivas são concebidas como fundamentais.

Para BAVA (1996:45), no Brasil, a valorização do poder local é retomada na década de 80, a partir do debate de descentralização, pacto federativo e reforma do Estado. No campo de disputa na sociedade sobre os caminhos destes projetos, algumas prefeituras desenvolveram um projeto inovador de democratização do poder local, que hoje se incorpora como ação modernizadora de ação municipal, tendo como traços centrais desta ação:

- Democratização da sociedade e do Estado com a constituição de uma esfera pública democrática e politicamente ativa, articulando as formas institucionais de uma democracia representativa com as formas diretas de representação da sociedade.
- Inverter prioridades de Governo em relação às formas tradicionais de governar, direcionando novos recursos – humanos e financeiros – para as áreas mais carentes. Recuperar a qualidade do serviço público e garantir a igualdade de acesso aos serviços urbanos básicos.
- Publicizar os serviços essenciais, desprivatizar o Estado, democratizá-lo, transformar o estatal em público.

Contudo, para além e aprofundando o debate de democratização do poder local, o processo de reestruturação econômica tem colocado novas necessidades e novos papéis para os municípios, em particular no campo de uma ação econômica e de geração de renda.

Continuando, BAVA (1996: 46), descreve que a administração municipal brasileira encontra-se diante de uma potencialidade de ações de desenvolvimento econômico ainda não exploradas na medida em que estas têm sido consideradas como funções e competência do Estado e União. Atuando mais na área de políticas de uso do solo, os municípios não têm conseguido integrar política urbana e desenvolvimento econômico. Em articular, existe um setor econômico – de pequenas e médias empresas, auto-emprego, cooperativas – que necessita ser potencializado.

Para tanto, as ações dos governos municipais têm sugerido alguns caminhos que aprofundam o conceito de desenvolvimento local, entendido como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma

localidade e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes.

Estas ações significam uma nova concepção de gestão municipal, no qual o papel do prefeito não se reduz a apenas um administrador, mas se transforma no empreendedor capaz de gerar parcerias, captar recursos e promover o desenvolvimento.

Nesse sentido, o estudo da realidade dos municípios mostra-se cada vez mais importante, na medida em que se encontra na ordem do dia o debate sobre a crise e a necessidade da reforma do Estado.

Conforme SOUTO (1995: 4) desde as discussões que orientaram a elaboração da Constituição de 1988, a idéia da descentralização administrativa, em conjunto com uma maior participação popular, vem sendo defendida como um importante elemento da reforma do Estado no sentido de garantir uma maior eficácia das políticas sociais, aproximando os responsáveis por elas de seus usuários. Nesta direção, mesmo de forma ainda tímida, a Constituição de 1988 promoveu uma certa descentralização de recursos, permitindo que forças sociais e políticas emergentes na esfera municipal pudessem desenvolver projetos e práticas administrativas inovadoras. Nesse cenário de maior autonomia, o poder local, em conjunto com a sociedade civil, pode contribuir decisivamente para encontrar saídas para a crise social e a recuperação da qualidade de vida das cidades.

Para BAVA (1996: 63) a redemocratização ocorrida em meados de anos 80 possibilitou a recuperação das formas tradicionais de participação cidadãs de caráter político-administrativas, com a mediação fundamental dos partidos políticos, o ressurgimento dos movimentos sociais históricos, particularmente o movimento sindical, mas junto a elas aparece no cenário uma pluralidade de novas expressões organizativas. Estas se configuram, por exemplo, em torno a iniciativas vinculadas ao melhoramento da qualidade de vida, ao uso do tempo livre, às preocupações ambientais, à satisfação de necessidades específicas de grupos etários. Estas organizações ampliam as oportunidades e os âmbitos para a participação.

Conforme Glauco Arbix, Departamento de Sociologia, USP – Presidente do Ipea, prefaciando FINATEC (2004: 9), é cada vez mais comum entre acadêmicos e políticos a percepção de que as concepções de um Estado burocrático,

caracterizado por um modelo organizacional baseado na rigidez organizacional e na inflexibilidade de sistemas hierarquizados, não conseguem responder aos desafios impostos pelas diversidades do mundo real e da demanda da população por eficiência e eficácia nas políticas públicas.

Conforme a FINATEC (2004: 17), os anos 70 marcaram o fim da chamada “era de ouro do capitalismo”, período que durou do pós-guerra até a segunda crise do petróleo em 1979. Esses anos foram caracterizados por altas taxas de crescimento na economia, impulsionadas pelo consumo de massa, principalmente de bens duráveis. O estado de bem-estar social, *welfare state*, consolidou-se nos países centrais, garantindo a previdência e o consumo mínimo dos desfavorecidos para uma sobrevivência digna.

A estabilidade social gerada se assentava no ciclo virtuoso: investimento, pleno emprego e financiamento público, o que dava ao capitalismo ocidental uma face de infindáveis possibilidades de desenvolvimento. O Estado como promotor desse desenvolvimento garantia a reprodução econômica e o financiamento das políticas públicas. A crise no final dos anos 70 solapou essa estabilidade e questionou os pilares de sua sustentação, dentre as quais o papel do Estado e a sua forma de organização.

O choque do petróleo, seguido pela elevação das taxas de juros americanas, levou o mundo a um período de recessão econômica. Inverteu-se o ciclo virtuoso observado anteriormente: a taxa média de crescimento refluíu, tem-se o desemprego, endividamento público e instabilidade política. A crise faz com que o Estado se ajuste. Torna-se impossível manter os mesmos níveis de investimento e de gastos sociais, principalmente financiando os déficits orçamentários crescentes com aumento de impostos. Portanto, esse cenário abre espaço para uma nova discussão, que questiona as políticas Keynesianas e o modelo tradicional e burocrático de organização da máquina administrativa.

O início dos anos 80 é marcado pelas políticas liberalizantes, encampadas pelos governos conservadores nos Estados Unidos e na Inglaterra. Essas políticas propunham a privatização das empresas estatais, o desmonte dos sistemas de proteção social e, por conseqüência, a redução do tamanho e das funções do Estado. Dessa forma, a crise fiscal se resolveria com o encolhimento dos gastos e com reformas que buscavam a eficiência no gerenciamento da máquina administrativa. A ideologia privatizante trazia como referencial os

preceitos da administração de empresas para o setor público. Propunha-se organizar setores em torno de metas, avaliar os servidores pelos resultados e fazer com que as unidades de prestação de serviços diretos à população concorressem por recursos cada vez mais escassos. Esse conjunto de medidas de gestão, em oposição ao modelo burocrático, denominava-se gerencialismo.

Conforme a FINATEC (2004: 18-20), ao longo da década seguinte, a realidade mostrou que os efeitos dessas políticas não conseguiram reverter o quadro de estagnação, tendo havido crescimento da concentração de renda no interior dos países e entre eles. As experiências de reforma do Estado, mesmo quando apontaram ganhos de eficiência na gestão da máquina pública, também evidenciaram que o debate estava fora de lugar. Na América Latina isto ficou corrompido, danoso, por não haver um sistema de proteção social consolidado, isto é, muitas demandas não são atendidas numa situação de grande desigualdade. Então, diminuir o Estado onde nem sequer conseguiu-se promover alguma satisfação social é prova de que a questão está deslocada.

Debate recente relativo às experiências de reforma do Estado tem trazido à tona conceitos que buscam ampliar o horizonte das novas formas de gestão para além das correntes mais conservadoras que pautaram o tema acima.

Nesse contexto o debate sobre a descentralização assume uma posição estratégica, pois constitui uma resposta provocadora para cidades de pequeno, médio e grande porte. Para tanto, constata-se a necessidade de rever o modelo burocrático, com a finalidade de melhorar a eficiência e eficácia da gestão pública, consciente de que a forma de gerenciar deve ser revista.

A descentralização, da forma como deve ser concebida e implantada.

“(...) solo podrá ser plenamente realizada em el caso de que sean modificadas las relaciones entre la clase política, la burocracia y la sociedad civil en el plano local.”¹¹

Embora a prioridade da descentralização seja a melhoria do sistema gerencial e da prestação de serviços com foco no cidadão, é inevitável a repercussão no âmbito do jogo político administrativo em todas as regiões, por isso precisa dialogar com os três atores citados. Como modelo de organização

¹¹ Centro Latino Americano de Administración para el Desarrollo. *Una nueva gestión pública para América Latina*. Documento apresentado para a sessão do Conselho Diretivo de 14 de outubro de 1998, mimeografado. Citado em FINATEC, 2004: p.21.

do poder local é um elemento de pressão sobre essa tríade e introduz mudanças substanciais no padrão de relação com o poder público.

Em relação ao primeiro dos três atores citados, é preciso observar que a busca e manutenção constantes da governabilidade é uma característica do jogo político. Para ser bem sucedido na tarefa, a questão central sempre deve ser identificar quais são os personagens envolvidos na construção da governabilidade. Na democracia representativa, o jogo político está restrito a trama dos poderes constituídos, principalmente entre o Executivo e o Legislativo, mediados eventualmente pelo Poder Judiciário. A descentralização propicia condições para ampliar esse cenário ao conviver de forma mais próxima com mecanismos de controle social como os Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, do Menor e do Adolescente etc. Esses são exemplos de inversão de conceito e prática política que fortalece a organização da sociedade por área temática, reunindo representantes especializados no assunto para fiscalizarem, avaliarem, proporem e pautarem as ações de governo.

Conforme a FINATEC (2004:22), instrumentos de participação popular como o Orçamento Participativo são outra forma para democratizar a política, ao solicitarem a intervenção cidadã não apenas nos períodos eleitorais, mas em todos os eventos em que os interesses locais, regionais ou temáticos (cultura, educação etc.) exijam decisão. Outras formas de envolvimento da sociedade civil como experiências em Fóruns de Desenvolvimento Regional ou a forma de elaboração dos Planos Diretores corroboram essa agenda de construção de uma nova esfera pública. É este potencial de democratização que a descentralização facilita para ir além dos parâmetros da democracia representativa. A descentralização não apenas guarda coerência com as práticas acima apresentadas, mas as estimula.

A proximidade do Estado à cidadania provoca a necessidade de a sociedade civil ampliar e qualificar suas formas de organização. A descentralização possibilita um processo em que convivem a ampliação da governabilidade para além dos limites do jogo político típico da democracia representativa e a maior organização social facilitada e coerente com a proximidade do poder público nas regiões. Propõe, além disso, um novo contrato com a cidadania sustentado nesse alargamento da esfera pública e na inclusão permanente dos atores locais. Para que essa participação seja organizada,

contínua e não restrita a eventos episódicos como as eleições, os mecanismos de participação devem ser públicos, mas não estatais, sob pena de a tutela institucional inibir a necessária autonomia que deve fazer avançar a construção dessa esfera pública.

Nessa medida, a descentralização cumpre a função pedagógica, a exemplo das estruturas de participação e controle social, de desmistificação do Estado como um ente inacessível e da política como alheia ao cotidiano das pessoas. A descentralização indica para a população que a arena pública deve ser cada vez mais ocupada por novas formas de participação e controle social.

Conforme FINATEC (2004: 23) a adoção de estruturas orgânicas e sistêmicas de relação com a sociedade civil (Conselhos, Orçamento Participativo, Fóruns locais) e na gestão interna, guardam coerência com uma premissa básica: a descentralização deve investir na construção de um modelo em que os atores efetivamente sejam desafiados a romper paradigmas culturais e administrativos como protagonistas na construção de uma nova institucionalidade pública.

Dessa nova institucionalidade, é importante que apresentemos a descentralização como alternativa gerencial para municípios de pequeno, médio e grande porte. A agenda da descentralização é, dessa forma, parte integrante das diversas experiências que buscam romper com os limites do modelo tradicional como paradigma das organizações públicas. Assim, é importante destacar os níveis distintos e complementares com os quais vem sendo implantada a descentralização de diversas funções estatais.

Diversas experiências evidenciam que a gestão pública não apenas é um modo de aproximação do Estado à cidadania, mas um caminho proposto para organizar a função estatal e pública com maior flexibilidade, eficiência, eficácia e agilidade.

Ainda conforme FINATEC (2004:29), a implantação da gestão descentralizada reforça o papel do Estado como estimulador da cidadania para assumir formas de organização que pressionem, influam, direcionem e controlem a execução das políticas públicas. Ao mesmo tempo esse processo também cobra uma melhora no modelo de gestão e na maneira de prestar serviços. Eficácia gerencial e ampliação da democracia criam estímulos comuns, evidenciando ser falsa a polarização entre o binômio eficiência/eficácia como bandeira das reformas de caráter conservador ou privatistas e dos que defendem

que basta conferir mais poder “ao povo” pra modificar a estrutura administrativa do Estado. A descentralização demonstra que a pressão da sociedade e a melhoria do padrão de gestão pública, se ocorrem com uma metodologia definida de implantação, qualificam a construção dessa nova institucionalidade pública.

Ao propor mais eficácia e eficiência na utilização dos recursos públicos, a descentralização dialoga com a necessidade da inovação gerencial. Isso porque “estruturas por demais centralizadas dificultam inovações, impedem os administradores de administrar e impõem pesados níveis de burocracia”.

O enfoque da descentralização a ser desenvolvida, deve ser coerente com as premissas orientadas para sua implantação, como: a participação, a valorização do território de implantação, a integração de políticas e principalmente, a delegação de poder.

Citando a FINATEC (2004: 51), verificamos que uma das discussões que avança muito rápida é a necessidade de pensar novas formas de democratizar a gestão das políticas públicas. Isso requer fundamentalmente, que a sociedade acompanhe a avaliação das políticas, na gestão de sua implantação e operação, por meio de mecanismos institucionais.

Diante disso é interessante retratarmos algumas formas de participação desenvolvidas em gestões públicas nos últimos anos e que ganharam força à medida que o poder público foi se descentralizando e se aproximando da população, tirando dos governantes e dos técnicos das administrações públicas o monopólio de determinar os rumos das políticas municipais.

As experiências com participação popular, notadamente na elaboração dos orçamentos municipais, têm demonstrado ser a forma mais democrática de decidir. Esse novo modelo de gestão dá maior segurança ao poder público no que se refere ao planejamento e à distribuição de recursos. Assim, tais experiências, conforme a FINATEC (2004: 51) têm chamado atenção de organismos internacionais como Banco Mundial e ONU, o que torna cada vez mais difícil imaginar o fortalecimento das instituições sem uma abertura ao controle social.¹²

O Orçamento Participativo (OP), iniciativa lançada em Porto Alegre, em 1989, mantém-se como referência quando o assunto é participação. De acordo com a ONU, a experiência é uma das quarenta melhores práticas de gestão

¹² Documento do III Congresso Paulista de Participação Popular. Apresentação, p. 5, 2003.

pública urbana no mundo.

Conforme FINATEC (2004: 52) o Banco Mundial, por sua vez, reconhece como exemplo bem-sucedido de ação comum entre governo e sociedade civil. Muitas cidades, a partir desta experiência adotaram a participação popular na gestão pública. como Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).¹³

A necessidade de repensar o modelo de administrar o município é antiga. Durante muitos anos percebe-se a urgência de soluções que dêem respostas mais rápidas às demandas da população, à melhoria dos serviços prestados e à proximidade do poder público com o cidadão. Assim, ao longo de décadas muitas iniciativas foram tomadas, boas ou ruins, mas com o advento da Constituição de 1988, tal processo começa a virar realidade.

Conforme ARRETCHE (1998:17) com medidas de descentralização fiscal promovidas pela Constituição de 1988, as receitas dos municípios paulistas apresentaram comportamento bastante distinto, com ganhos substanciais, ainda que sujeitos a pequenas oscilações. A Arrecadação conjunta desses municípios passou de R\$ 7,6 bilhões em 1988 (último ano antes da adoção, na Constituição, de medidas de descentralização fiscal) para R\$ 10,7 bilhões em 1994 (patamar de arrecadação mantido desde o início da década dos 90). Entre 1988 e 1994, as receitas dos municípios paulistas cresceram 40,8%, ficando assim, caracterizada a evidência que os tesouros municipais foram particularmente beneficiados pela descentralização fiscal de 1988.

Essas mudanças implementadas, conforme ARRETCHE (1988:82) acarretaram crescimento tanto da arrecadação própria, baseada no aumento das competências para tributar, como das transferências intergovernamentais, a partir da nova sistemática de partilha dos tributos estaduais e federais. Em resumo, a reforma tributária resultou em ganhos importantes de receita para os municípios; em consequência, aumentou a sua capacidade de gasto.

Segundo ARRETCHE (1988: 103), a receita dos municípios paulistas elevaram-se consideravelmente, em particular as receitas correntes, com

¹³ Conforme FINATEC (2004:52) conferir *site* da Prefeitura de Porto Alegre – WWW.portoalegre.rs.gov.br

destaque para os impostos, receita patrimonial e transferências estaduais. Claramente se podem sentir os ganhos proporcionados pela reforma constitucional.

Como conseqüência, esse desempenho traduziu-se em aportes crescentes de recursos para a área social dos municípios, onde os municípios do interior paulista privilegiaram principalmente os gastos com educação e cultura, e saúde e saneamento.

No âmbito da política habitacional, conforme ARRETCHE (1998: 104), no período 1986-94, com a perda progressiva da capacidade de gestão da política habitacional por parte do governo federal, evidenciada pela crescente desarticulação de suas bases – decorrentes do fechamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) e dos efeitos políticos-institucionais da redemocratização – e pela redução do volume de recursos disponíveis para programas habitacionais, derivados do impacto de crise econômica e da maneira específica com que eram geridos os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), houve crescente autonomização do governo estadual em relação ao governo federal e, no que se refere aos municípios, crescente centralização – no governo do Estado – das ações relativas a financiamento e formulação de políticas, e execução e distribuição de unidades residenciais.

Assim, o governo do Estado de São Paulo reagiu a essa situação criando condições institucionais e financeiras para uma progressiva autonomização das bases de formulação e implementação da política social de habitação.

Em 1975, a CECAP transformou-se em empresa de economia mista e passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Codespaulo).

Até 1983, a promoção pública de habitações no Estado foi realizada pela CECAP/Codespaulo segundo as regras do SFH. As políticas de produção, comercialização e financiamento e os subsídios concedidos eram definidos pelo BNH. Com financiamento da CEESP, foram comercializadas, nesse período, 16.459 unidades em 144 conjuntos habitacionais de 97 municípios paulistas. Com recursos federais, comercializaram-se 20.377 unidades residenciais em 51 municípios paulistas e 9.018 lotes em seis municípios do Estado. Conforme ARRETCHE (1998: 105), esses dados não são desprezíveis.

A partir de 1983, com a crise do FGTS e a redução do volume de

transferências, criaram-se condições para o surgimento de um sistema estadual de habitação em São Paulo, o que só foi possível graças à existência prévia, no Estado, de recursos administrativos e humanos formados na CECAP/Codespaulo e à primazia dada à habitação social nas gestões estaduais pós-1982.

Ainda conforme ARRETCHE (1998:107), até meados dos anos 80, a oferta de habitações no Brasil se deu sob o sistema estruturado dos anos 60, vale dizer, sob o conjunto de mecanismos institucionais, administrativos e financeiros articulados pelo BNH.

Esse sistema baseava-se em uma agência federal, o BNH, que controlava a principal, senão exclusiva, fonte de recursos do sistema, o FGTS, e exercia ainda as funções de elaboração e normatização das políticas e programas a serem implementados. O sistema baseava-se, ainda numa rede de agências distribuídas pelo território nacional – companhias metropolitanas habitacionais (Cohab) e assemelhadas –, que operava com alguma autonomia no que diz respeito à implementação dos programas (co-participação nos custos, contratação de funcionários, licitação de obras, seleção de beneficiários e gestão de empréstimos hipotecários).

Ao longo da década dos 80, esse sistema integrado desarticulou-se, a partir da fragmentação institucional que acompanhou a extinção do BNH e do esgotamento de suas bases de financiamento, particularmente do FGTS.

Em novembro de 1986, em meio a intenso debate entre os segmentos organizados em torno de um projeto de reformas para a política habitacional federal o presidente Sarney extinguiu o BNH e distribuiu suas funções entre a CEF, que passou a gerir o FGTS, e o Conselho Monetário Nacional (CMN), encarregado de normalizar a gestão do SBPE.

O fechamento do BNH, a “pulverização” de sua burocracia em distintos órgãos e as transferências das suas funções para a CEF representaram um duro golpe para a manutenção e/ou reestruturação da oferta habitacional pública: a CEF não dispunha de instrumentos para planejar, formular e articular políticas alternativas, capazes de suprir as necessidades do setor.

Conforme ARRETCHE (1998: 111), a formulação de uma política social de habitação no Estado de São Paulo já constava da agenda governamental desde 1983.

A criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de

São Paulo (CDH) e da Secretaria Executiva da Habitação, em 1982, e, principalmente, a decisão de destinar recursos orçamentários à CDH e de formular programas estaduais com características próprias, distintas das que regiam o SFH, foram os principais passos para a autonomização dessa política no Estado, ainda na gestão de 1983-86.

A partir de 1988, sob nova denominação, a CDHU passou a operar crescentemente com recursos estaduais, provenientes não apenas do Tesouro do Estado, mas também da Loteria da Habitação. Em novembro de 1989, foi aprovada a lei que aumentou em um ponto percentual a alíquota do ICMS e destinou recursos à habitação popular, o que aumentou exponencialmente a escala de produção habitacional no Estado.

Criado em 1983 e financiado com recursos estaduais (do Tesouro e da Loteria da Habitação), o PMH, em convênio com as administrações municipais, oferecia condições para a construção, em mutirão, de unidades habitacionais. A CDH (depois, CDHU) cabia realizar o projeto de terraplanagem, dar assistência técnica aos municípios, fiscalizar a obra e administrar os financiamentos habitacionais. A prefeitura municipal cabia a execução do projeto (o que incluía trabalho de infra-estrutura, seleção das famílias, aquisição dos materiais de construção, gestão do mutirão e, até mesmo, formulação de projetos alternativos de construção).

As prefeituras, portanto, gozavam de significativa autonomia e participavam ativamente da implementação dos programas formulados e financiados pelo governo estadual. Conforme ARRETCHE (1998: 113), no período 1983-86, o PMH produziu 5.289 unidades habitacionais em 92 municípios do Estado. Assim, a política habitacional, passou a ser centralizada no governo do Estado, ainda que as prefeituras municipais, para acesso aos programas, tivessem de se comprometer com a contrapartida do terreno e da infra-estrutura. Essa tendência de centralização da política habitacional no governo estadual foi progressivamente reforçada, à medida que as prefeituras foram perdendo o controle sobre a comercialização das unidades residenciais e sobre o processo de seleção dos beneficiários, que passou a ser centralizado na CDHU.

O fato de todos os indicadores de déficit habitacional serem apenas estimativas – baseadas em formas de cálculo nem sempre explícitas – torna praticamente impossível mensurar efetivamente a população-alvo dos programas

habitacionais do Estado.

Assim, por inúmeras razões, não é possível nem adequado utilizar indicadores de grau de cobertura para os programas habitacionais nos mesmos termos em que estes podem ser utilizados para outros programas sociais..

Conforme ARRETCHE (1998: 122) a despeito da presença de programas habitacionais do governo do Estado, particularmente a partir de 1988, todos os municípios pesquisados desenvolveram programas próprios.

Os programas de oferta de lotes acompanhados de formas de autoconstrução assistida são os de maior ocorrência: todos os municípios em análise, em quase todas as gestões que incluíram a questão habitacional em sua agenda, implementaram programas desse tipo. As razões são óbvias, por se tratar de custo mais reduzido, o que permite que sejam implementados com recursos das próprias prefeituras (terrenos públicos e recursos orçamentários), programas que exigem menor capacitação técnica dos órgãos da prefeitura; e finalmente, programas com menor potencial de conflito político, por não intervirem no mercado municipal de terras.

Quanto ao processo de descentralização da educação no Estado de São Paulo, conforme ARRETCHE (1998: 146), o mesmo teve início em 1983, quando se deu o primeiro passo rumo à municipalização, sob a égide do Governo Montoro, de forte tom descentralizador.

No entanto, ainda conforme ARRETCHE (1998: 162), pode-se afirmar que o processo de municipalização e descentralização do ensino fundamental não existiu até 1995. Somente a partir de 1996 é que se começou desenvolver uma proposta mais radical de repasse das matrículas do ensino fundamental para os municípios. A aprovação pelo Congresso Nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF –, ordenando o financiamento das redes públicas estadual e municipais é que houve a aceleração do processo de municipalização do ensino no Estado. À época, não se deve esquecer, a municipalização do ensino tratou-se de política complexa, envolvendo fatores mais amplos que a questão financeira. Encontrou algumas dificuldades para se concretizar, embora sendo um passo fundamental para recuperação da qualidade do ensino público paulista.

O processo de municipalização da rede pública de ensino no Estado de São Paulo apresentou grandes implicações políticas, técnicas e financeiras. Para

ARRETCHE (1998: 163), embora a municipalização fosse necessária diante de alguns dos principais problemas do sistema atual, como, o “gigantismo” das instituições e a fragmentação e paralisia dos processos de decisão, não havia consenso sobre ela entre os atores políticos significativos envolvidos no processo. Assim, municípios (prefeitos), sindicatos do magistério (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP) e Estado (Secretaria da Educação) têm, em relação à municipalização, objetivos e expectativas completamente diferentes.

À época, os municípios (prefeitos) vêem a educação como um enorme problema financeiro e administrativo que lhes será repassado pelo Estado, com o objetivo de se ver livre de um setor que cria embaraços orçamentários (é o maior gasto orçamentário setorial) e políticos (greves e descontentamento permanente da população com a baixa qualidade dos serviços ofertados). Os municípios (prefeitos) acreditam ainda, que a municipalização afetará a qualidade do ensino da rede municipal.

Para os docentes (Apeoesp), a municipalização é uma investida do Estado, em fase de reestruturação neoliberal, para debilitar a organização do professorado e reduzir suas conquistas trabalhistas e corporativas.

Para o Estado (Secretaria da Educação - governador), a municipalização anuncia-se como forma de reduzir significativamente os gastos orçamentários que apresentam alta rigidez (gastos com pessoal), a fim de liberar recursos para outras prioridades, sejam elas infra-estruturais ou financeiras.

Estados e municípios não explicitam abertamente esses pontos de vista, mas apenas por meio de argumentos técnico-pedagógicos e jurídicos, e, principalmente, mediante irreduzível disputa pela apropriação dos recursos financeiros entre tais esferas de governo. Os sindicatos são os únicos que assumem explicitamente seus temores. É importante ressaltar que as três posições têm certa dose de realidade e uma enorme carga ideológica que as sustenta.

Conforme ARRETCHE (1998: 165), a educação era a única política setorial cujos recursos estavam vinculados à arrecadação orçamentária. Essa conquista, alcançada na década de 80, não parecia estar ameaçada, apesar das reclamações dos setores econômicos do governo federal. No entanto, pelas distorções apresentadas, a vinculação da arrecadação ao gasto não tinham sido

suficiente para garantir as prioridades educacionais que justificassem sua existência. O FUNDEF buscou aprofundar essa vinculação ao:

- Garantir prioridade ao ensino fundamental, o que deixaria de ser mero discurso consensual e se tornaria efetivo;
- Estabelecer um mecanismo de financiamento concorrente entre estados e municípios, resgatando a possibilidade de um jogo federativo cooperativo, introduzindo o princípio de “subsidiariedade” no sistema, à época competitivo e desintegrador, e permitindo racionalizar o sistema de gasto e enfrentar as desigualdades gestadas no seu interior.
- Conferir caráter prioritário à questão salarial do magistério, no âmbito das preocupações em torno da recuperação do ensino público.

Além disso, a proposta federal permitiria a melhoria do piso salarial dos professores, uma vez que o Fundo vincularia 60% dos recursos para gasto com salário de professores. Evidentemente, isso seria o início de uma longa discussão sobre os recursos humanos do setor de educação, na qual deveria ser revista a carreira do magistério, racionalizado o número de professores e aprimorado a formação e a qualificação do corpo docente.

Conforme o artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, os municípios ficam incumbidos de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados: exercer a ação redistributiva às suas escolas; baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino e oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do Ensino. Os Municípios poderão ainda, optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Conforme o artigo 68 da LDB, os recursos financeiros destinados à educação, são os originários de receita de impostos próprios da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; de transferências constitucionais e outras transferências; do salário-educação e de outras contribuições sociais; de incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei.

Conforme o artigo 69, os municípios aplicarão anualmente nunca menos de vinte e cinco por cento, ou o que a Lei Orgânica determinar, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Quanto à política de saúde, conforme ARRETCHE (1998: 175-176), a Constituição de 1988 consagrou a descentralização – ao lado da democratização, da universalização e da equidade – como princípio fundamental da atenção da saúde garantida pelo setor público. Seguindo a concepção do movimento sanitário e municipalista iniciado ao final da década dos 70, a Lei maior definiu a descentralização como condição necessária para que a universalização dos serviços e ações de saúde fosse implantada, bem como para garantir uma gestão não-clientelista e otimizadora dos recursos.

A implantação da descentralização, com comando único em cada nível de governo implicava redesenhar todo o sistema de saúde até então existente, redefinir as funções de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, delimitar seus papéis em relação ao conjunto de competências concorrentes e estabelecer mecanismos de financiamento adequados que permitissem viabilizar o Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com a Lei nº 8.080 (20/09/1990), conhecida como Lei Orgânica da Saúde (LOS), os municípios seriam os principais atores da política de saúde, cabendo-lhes o planejamento, o controle e a responsabilidade pela execução das ações e serviços. Os estados seriam responsáveis pela formulação da política estadual de saúde, pela coordenação e planejamento da rede, e pelo estabelecimento de padrões de atenção à saúde, bem como pela supervisão e cooperação técnica e financeira com municípios e, supletivamente, pela execução de alguns serviços.

Investigações constataram que além da forte convicção de que a descentralização garantiria melhor atendimento dos serviços de saúde, os gestores do SUS contavam com a experiência acumulada das Ações Integradas de Saúde (AIS) e do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

Iniciada em 1983, as AIS foram a primeira tentativa de se promover a

integração da gestão das ações e serviços de saúde desenvolvidos pelas três esferas de governo e a municipalização progressiva da atenção primária.

Dando seqüência às AIS, foi criado, em julho de 1987, o SUDS, que se baseava em convênios firmados entre o Inamps e os estados, nos quais eram estabelecidos os repasses de recursos e a meta de utilização plena da infraestrutura de saúde dos três níveis de governo, com o objetivo de universalizar o atendimento.

De acordo com o decreto que criou o SUDS, a União ficaria encarregada de executar ações de caráter normativo e centralizaria as atividades de pesquisa, de cooperação técnica e de produção e distribuição de medicamentos e insumos de saúde. Aos Estados caberiam a execução de serviços de abrangência estadual e a coordenação do planejamento e da programação setorial. E os municípios seriam responsáveis pelo planejamento local e pela execução efetiva dos serviços de saúde.

Conforme ARRETCHE (1998: 178), em São Paulo, o processo de descentralização dos serviços e ações de saúde teve início antes da implantação do SUDS, em meio às iniciativas de reforma da administração pública paulista, durante o governo Montoro (1983-86).

Em 1986, a descentralização da gerência das atividades da Secretaria da Saúde se deu com a criação de 62 escritórios regionais de saúde (ERSA) sendo 47 no interior e quinze na região metropolitana. Os ERSAS eram os responsáveis pela articulação de todos os serviços públicos de saúde sediados nos municípios de sua jurisdição.

A despeito dessas iniciativas, os avanços dos ERSA e da Secretaria no processo de descentralização do gerenciamento do sistema foram contidos. A manutenção do poder de contratação de serviços privados junto com o Inamps limitava sobremaneira a capacidade do ERSA e da própria Secretaria de articular os serviços e ações de saúde nas microrregiões e no Estado.

Conforme ARRETCHE (1998: 180) a introdução do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição, visando a criar as condições básicas para a continuidade do processo de descentralização, pressupunha que fossem modificadas e definidas as atribuições dos três níveis de governo em matéria de saúde. Contudo, o atraso da regulamentação, a lógica do pagamento por produção para a realização dos repasses de recursos e a crise de financiamento

impediram, durante algum tempo, que o SUS desse prosseguimento afetivo à descentralização. Essa regulamentação tardia chegou a determinar uma situação de vazio institucional. Durante certo tempo, apenas se seguiu o já estabelecido.

O SUS foi regulamentado no final de 1990; alguns dias depois, em janeiro de 1991, foram editadas a NOB nº 1/91 e uma série de portarias definindo que todos os prestadores, inclusive os públicos, passariam a ser vistos e tratados como vendedores de serviço.

Atualmente, a Portaria nº 373 de 27/02/2002, do Ministério da Saúde, aprovando a Norma Operacional de Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002 amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do SUS e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

A presente Norma atualiza as condições de gestão estabelecidas na NOB SUS 01/96, explicitando as responsabilidades, os requisitos às modalidades de gestão e as prerrogativas dos gestores municipais e estaduais.

A partir da publicação desta Norma os municípios poderão habilitar-se em duas condições: Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada e Gestão plena do sistema Municipal.

Os municípios, para se habilitarem à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada, caso de Bariri, deverão assumir as responsabilidades, cumprir os requisitos e gozar das prerrogativas definidas nesta Norma, entre outras, citamos algumas importantes:

- a) Elaboração do Plano Municipal de Saúde, a ser submetido à aprovação do conselho Municipal de Saúde, que deve contemplar a Agenda de Saúde Municipal, harmonizada com as agendas nacional e estadual, bem como o Quadro de Metas, mediante o qual será efetuado o acompanhamento dos Relatórios de Gestão.
- b) Integração e articulação do município na rede estadual.
- c) Gerencia de unidades ambulatoriais próprias.

Quanto ao financiamento do setor, a Constituição Federal de 1988, através da Emenda Constitucional nº 29/00, dispõe que 15% da receita anual provenientes de impostos, arrecadada pela gestão municipal, devem ser gastas

com saúde no município além dos recursos transferidos pela União e Estados determinados por força de Lei ou Planos de Aplicação.

Na área de Assistência Social, a Constituição de 1988 representou um marco importante, por inseri-la no campo da seguridade social e constituí-la como um direito dos cidadãos que dela necessitam.

A assistência passou, assim, a ser vista como prestação de serviços e não mais como concessão de favores.

Conforme ARRETCHE (1998: 199), a LOAS, traz um novo modelo de assistência e uma proposta de reordenamento institucional calcado numa divisão de competências. Essa proposta coloca a descentralização político-administrativa como uma das diretrizes para a área de assistência e atribui à União o papel de coordenador e normatizador do sistema e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com suas iniciativas devendo ser referendadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Cabe também à esfera federal responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada e “apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito nacional” (artigo 12), pelo que também são responsáveis os estados em suas respectivas áreas de abrangência.

Em comum com estados e municípios, competem ainda à União a execução de ações assistenciais em caráter de emergência e a celebração de convênios com entidades e organizações de assistência social.

Além das competências concorrentes às demais esferas de governo, os estados são responsáveis somente pelo apoio técnico e financeiro a associações e consórcios intermunicipais e pela prestação direta de assistência quando a relação custo-benefício assim o justificar.

Finalmente, estão reservados aos municípios a execução direta de serviços (salvaguardadas as situações emergenciais), o atendimento indireto, por meio da celebração de convênios, e as intervenções que justifiquem a montagem de uma rede regional.

Conforme ARRETCHE (1998: 200), a partir de 1995, insinua-se uma nova postura do governo federal em relação à questão. Iniciativas foram particularmente significativas: o processo de reordenamento institucional, com a extinção do Ministério do Bem-estar Social (MBES), da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA),

e a posterior organização da Secretaria de Assistência Social (SAS) e de seus escritórios regionais; e a implantação do programa Comunidades Solidária, em janeiro de 1995.

Mais do que uma mudança de caráter burocrático-formal, a extinção do MBES e a criação da SAS sinalizaram, de fato, um processo de reordenamento institucional com envolvimento das três esferas de governo. Algumas medidas associadas a essa iniciativa evidenciam tal fato:

- Organização do Fundo Nacional de Assistência Social e constituição de fundos semelhantes nas demais esferas de governo. Esses fundos viabilizam o sistema de transferência de recursos “fundo a fundo”, uma das bases para o funcionamento do sistema descentralizado;
- Formulação de documento norteador da PNAS e discussão das bases para operacionalização de um sistema descentralizado e participativo, por parte da SAS;
- Organização e treinamento das equipes dos escritórios regionais da SAS – que substituem as estruturas regionais da LBAS – com ênfase nos novos papéis do nível federal no campo da assistência social.
- Início da transferência do gerenciamento de convênios de prestação de serviços sob responsabilidade da União para as esferas estaduais de governo.

O caráter e a abrangência dessas medidas indicam a disposição da esfera federal de priorizar seu papel normativo e de coordenador da política de assistência, bem como, de descentralizar a execução dessa política, conformando, enfim, uma política federal orientada para a construção de novas relações entre os níveis de governo.

Conforme NOB/SUAS (2005: 10), as definições legais atinentes à regulamentação da política da assistência social no período entre 1993 e 2003, estão estabelecidas em três instrumentos principais, a saber: A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 1998 e as Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98.

A LOAS preconiza que a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo organizado nos três níveis de gestão governamental. Assim, a regulamentação da assistência social a define como competência das três esferas de governo e, por sua vez, a sua implementação torna-se tarefa explicitamente compartilhada entre os entes federados autônomos.

Em rápidos termos, pode-se considerar que a NOB/97 conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência explicitando uma concepção norteadora da descentralização da assistência social. Ampliou o âmbito das competências dos níveis de governo com a gestão da política, sem delimitá-las. O modelo de gestão foi fundado nas relações intergovernamentais, como estratégia capaz de revisar o papel do Estado no campo da assistência social. Foram propostos dois níveis de gestão da assistência social: 1) a gestão estadual pela qual o Governo do estado recebe os recursos da instância federal advindos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, com a função de coordenar e apoiar técnica e financeiramente serviços, programas, projetos e benefícios, celebrar e gerenciar diretamente convênios com as entidades localizadas nos municípios. A instância estadual também deveria executar programas e projetos de caráter regional e complementar; 2) quanto à gestão municipal, o município receberia diretamente recursos do nível federal, via repasse do FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Nesse nível, a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais estaria sob a competência da esfera municipal.

Os repasses dos recursos financeiros federais para estados, Distrito Federal e municípios foram vinculados à criação e o funcionamento do Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social, mecanismos, instrumentos de gestão, atendendo os requisitos previstos no artigo 30 da LOAS.

Conforme NOB/SUAS (2005: 11) a Norma Operacional Básica da Assistência Social de 1998 ampliou a regulação da Política Nacional de 1998 e seu projeto de reforma do âmbito da assistência social, de acordo com as concepções norteadoras que definiram as diretrizes básicas para a sua consecução. Também conceituou e definiu estratégias, princípios e diretrizes para operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social de 1998.

Explicitou a diferenciação quanto ao financiamento dos serviços, programas e projetos. Para os serviços, o recurso financeiro seria repassado de forma regular e automática, a partir da transferência do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais, do distrito Federal e Municípios.

Essa normativa de 1988 ampliou as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e propôs a criação de espaços de negociação e pactuação de caráter permanente. Esses espaços denominados de Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que passaram a ter caráter deliberativo no âmbito operacional na gestão pública.

Citando ainda a NOB/SUAS (2005: 12), atualmente, a presente Norma Operacional Básica – NOB/SUAS - retoma as normas operacionais básicas de 1997 e 1998 e se constitui no mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 que parametram o funcionamento do Serviço Único de Assistência Social – SUAS.

O sentido pleno dado ao tema construção do SUAS supõe que sua implantação, efetivação e alcance seja um processo que respeite as diferenças dos entes federativos em cada nível e entre si.

A Norma Operacional Básica 2005 disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõe o processo de gestão e controle desta política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos.

Entre outros, consolida o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal), além de estabelecer a divisão de responsabilidades entre eles, fundamentando-se nos compromissos da PNAS/2004.

Dentre os princípios organizativos do SUAS está a direção da

universalidade do sistema através de; fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de assistência social de provisão partilhada entre os entes federativos; garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que dele necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social.

CAPÍTULO II

OS CAMINHOS DE BARIRI RUMO AO DESENVOLVIMENTO

Tabela 1 - Localização do Município de Bariri

CIDADE	DISTÂNCIA EM KM DE BARIRI	CIDADE	DISTÂNCIA EM KM DE BARIRI
Jaú	30	Barra Bonita	50
Boa Esperança do Sul	40	Bauru	60
Bocaina	25	Araraquara	90
Itapuí	20	São Carlos	100
Itaju	15	Ibitinga	40
Arealva	25	Avaré	100
Boracéia	25	Marília	160
Pederneiras	30	Botucatu	100
Brotas	60	Ribeirão Preto	160
Dois Córregos	55	Campinas	200

Fonte: site da internet www.bariri.sp.gov.br, acesso dia 20/01/2003.

Conforme demonstrado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Bariri (2002:10) relativo à cidade e sua ocupação, as atividades predominantes originam-se do setor econômico secundário e terciário. O município, diretamente polarizado por cidades maiores como Bauru, Araraquara, São Carlos e Botucatu, verifica a superposição de áreas de atuação e influência de funções e fluxos tradicionais de pessoas bens e serviços oferecidos na região, como por exemplo, as universidades.

Bariri está inserida em uma região em que algumas cidades como Brotas e Barra Bonita estão buscando desenvolver a atividade turística com destaque para os atrativos naturais e a prática de esportes. Outras como Jaú e Ibitinga voltam-se ao comércio e à fabricação de produtos, como calçados e a confecção de bordados, respectivamente.

Segundo o último censo, o município conta com 28.224 habitantes, sendo que 2174 habitantes ocupam a área rural, apenas 7,70% da população e os outros 92,30% ocupam a área urbana, ou seja, 26.050 habitantes, indicando um elevado índice de urbanização.(IBGE, 2001). Possui o índice IDHM - Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal de 0,802 e IDHM - Ranking dos municípios 154 do Estado. Com relação às atividades econômicas, na área rural existem os predomínios das culturas de cana de açúcar, milho e laranja. São destinados as estas culturas cerca de 21.600 hectares, equivalentes a 54% da área destinada à produção agropecuária, nas seguintes proporções: 13.000ha. à cana de açúcar, 4.400ha. à cultura de milho e 4200ha. À cultura da laranja, cuja produção anual atinge à quantia de 3.000.000 de caixas. Ligadas à lavoura canavieira estão as usinas de açúcar e álcool: Destilaria Della Coletta Ltda., única localizada no município, para onde é destinada a maior parte da produção de cana; Central Paulista de Açúcar e Álcool Ltda.e COSAN S/A Indústria e Comércio - Filial Diamante, localizadas no vizinho município de Jaú; e Usina da Barra S/A - Açúcar e Álcool, localizada no município de Barra Bonita, A pecuária são destinados 17.000ha. de pastagens, onde são mantidas cerca de 30.000 cabeças de bovinos. Quanto à avicultura, no município há cerca de 90 avicultores com capacidade instalada para 1.000.000 de aves.¹⁵

Estão presentes no município, também diversos estabelecimentos industriais dos mais variados ramos de produção. Atualmente, Bariri conta com 86 estabelecimentos, destacando-se os setores plásticos, químicos, calçados, confecções e outros.

O setor de comércio e de serviços é relevante. Atualmente, o município conta com 1016 estabelecimentos de serviços, comerciais, pessoais e entidades não lucrativas. O município conta com a presença de seis (06) agências bancárias que atuam na esfera nacional, caracterizando-o como importante praça regional.

2.1.1 Estrutura Populacional

Hoje, a cidade de Bariri conta com o maior número de habitantes desde os tempos de sua origem. A preocupação que o município demonstra em relação à qualidade de vida da população residente faz com que esse número mantenha o relativo crescimento dos últimos anos.

Na composição da estrutura da população de Bariri coletamos dados referentes à distribuição dos habitantes entre as áreas urbana e rural, a divisão por sexo, a estrutura etária da população e os contrastes entre natalidade e mortalidade.

¹⁵ 10/10/2004. Entrevista com Dr. João Batista Foloni Filho, Engenheiro Agrônomo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - Casa da Agricultura de Bariri.

Conforme verificado anteriormente, de acordo com o censo demográfico de 1934, verificou-se que a população rural era expressivamente maior do que a urbana. Isso devido à principal atividade econômica da época, a produção de café. Com o passar dos anos, foi ocorrendo um esvaziamento ou "êxodo rural", característico da época na qual as pessoas foram buscar melhores condições de trabalho nas cidades. Bariri viu sua população urbana aumentar também ao longo dos anos. Conforme o IBGE a população estimada em 2003 é de 29.358 habitantes com uma densidade demográfica de 66,57 hab/Km² (população absoluta dividida pela área do município). O número de moradias e as suas condições assim se define:

Tabela 2 – Número de Moradias em Bariri.

NUMERO DE MORADIAS	DOMICILIOS
Particulares permanentes	8.218
Com abastecimento de água rede geral	7.637
Com abastecimento de água poço	561
Com abastecimento de água outras formas	20
Com banheiro ou sanitário	8205
Com banheiro ou sanitário - esgotamento sanitário	7627
Sem banheiro ou sanitário	13
Com lixo coletado	7658
Com lixo não coletado outro destino	560

Fonte: IBGE, 2000

Isto significa que 92,8% dos domicílios são servidos simultaneamente pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em linhas gerais, verificamos o aprofundamento de algumas tendências observadas na década passada e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Bariri (2002:27), no município foram detectadas algumas moradias de uso ocasional principalmente na área rural para fins recreativos como chácaras e sítios, bem como, a chegada de famílias advindas de grandes centros urbanos como São Paulo e Campinas para fixarem residência na cidade em busca de melhor qualidade de vida. Como constatado Bariri apresenta boas condições de moradia, com cerca de 92% dos domicílios providos de esgoto sanitário, abastecimento de água e lixo coletado.

2.1.2. Estrutura Educacional

Verificando dados junto ao INEP/MEC, Resultados Finais do Censo Escolar referente ao ano letivo de 2002, o município de Bariri, apresentou a situação demonstrada na tabela 3.

Tabela 3 – Censo Escolar em Bariri – 2004.

UNIDADE	ALUNOS	DEPENDÊNCIAS		
		PRIVADA	MUNICÍP.	ESTADUAL
Creches	469	122	347	
Pré-escola	1.280	40	1240	
Ensino Fundamental	3.915	767	1.071	2.077
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série	2.033	396	639	998
Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série	1.882	371	432	1.079
Ensino Médio Regular e Curso Normal	1276	104		1.172
Educação Especial (incluídos)	53		7	46
Educação Especial	143	131		12
Educação Especial Fundamental	49	37		12
Educação de Jovens e Adultos(Supletivo)	391		40	351
Ed.de Jovens e Adult.(Supletivo) Fundamental	199		40	159

Fonte: <http://www.inep.br/basica/censo>, 11/10/2005

2.1.3. Economia – Setores de Produção

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Bariri (2002: 30) as principais atividades econômicas do município de Bariri são a agropecuária, indústria, agricultura e comércio.

Agricultura: predominam as produções de café, arroz, feijão, algodão, milho, soja, cana-de-açúcar, fumo e mamona, além de hortaliças, tomates, batatas, abacaxis, laranjas e limões.

Pecuária: criação de gado vacum, muares, de suínos e caprinos.

Indústria: no cadastro de licença de funcionamento da Prefeitura Municipal de Bariri, constam 79 indústrias, sendo que 10 delas são rurais e 69 urbanas.

As indústrias urbanas são principalmente de calçados, artefatos de couro, vestuário e tecelagens, cerâmica, serraria, poliuretana, plástico, limpeza, artigos de tapeçaria, bordados e até chapéus, entre outras atividades.

Aproximadamente 40% dessas indústrias se localizam no centro de Bariri, e 21% situam-se no Pólo Industrial. Outros bairros onde também podem ser encontradas são Santa Rosa, Mil Alqueires, Vila Santa Helena, entre outros.

Comércio: existem aproximadamente 620 estabelecimentos comerciais cadastrados em Bariri. São lojas de calçados, de confecções, de artefatos de couro, bordados, aparelhos eletrônicos, de produtos de limpeza, supermercados,

farmácias, livrarias, vídeo locadoras, lojas de discos e outros.

2.1.4. Mão-de-obra

Conforme os estabelecimentos cadastrados no Ministério do Trabalho no ano de 2000, a mão-de-obra local se distribui da seguinte forma:

É importante ressaltar que esses números evidenciam um baixo número de pessoas que trabalham formalmente no município. Através dos dados acima, é possível perceber que há uma carência de postos de trabalho para a população.

Na zona urbana de Bariri, predominam as residências e o comércio. As zonas residenciais mais valorizadas atualmente são o Jardim Beltrame, Vila Santa Terezinha, Jardim Panorama e o Centro. Boa parte das indústrias do município localiza-se no Centro e no Pólo Industrial, onde há algumas de médio ou grande porte. O Centro é também valorizado, principalmente pelo comércio.

Na zona rural existem as diversas pequenas ou médias propriedades, muitas delas produtivas com cultura temporária. Existem algumas grandes propriedades produtoras principalmente de cana de açúcar. As olarias também se concentram na área rural.

Os dados a seguir se referem à produção agrícola permanente e temporária do município de Bariri, e indicam a área utilizada na colheita desses produtos¹⁶.

Tabela 4 - Lavoura Permanente em Bariri

Produto	Área destinada à colheita	Quantidade produzida
Borracha (látex líquido)	6 hectares	18 toneladas
Café (coco)	923 hectares	1440 toneladas
Abacate	85 hectares	3570 frutos
Laranja	5.692 hectares	740000 frutos
Limão	4 hectares	750 frutos
Mamão	-	750 frutos
Tangerina	48 hectares	6120 frutos

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal de 1999, site www.ibge.gov.br

Tabela 5 - Lavoura Temporária em Bariri

¹⁶ Para maiores informações sobre a produção agrícola de Bariri visualize o Anexo I: Levantamento Agrícola de Bariri em 2003.

Produto	Área destinada à colheita	Quantidade produzida
Algodão herbáceo	30 hectares	50 toneladas
Amendoim (casca)	20 hectares	30 toneladas
Arroz (casca)	400 hectares	750 toneladas
Cana-de-açúcar	9000 hectares	720000 toneladas
Feijão (grão)	250 hectares	201 toneladas
Mamona (bagaço)	250 hectares	250 toneladas
Milho (grão)	4350 hectares	20630 toneladas
Soja (grão)	50 hectares	75 toneladas
Tomate	2 hectares	7.5 toneladas
Abacaxi	-	75 frutos

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal de 1999, site www.ibge.gov.br

2.1.5. Legislação e Instrumentos de Planejamento Municipal.

A cidade deve reunir importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos para garantir efetividade a seu plano de governo, responsáveis por uma política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza a própria Constituição Federal no artigo 182. Assim, demonstramos a situação de Bariri na tabela abaixo:

Tabela 6 - Instrumentos de Gestão Urbana em Bariri

Plano Diretor	Não
Lei de Perímetro Urbano	Sim
Lei de Parcelamento do Solo	Não
Lei de Zoneamento ou equivalente	Não
Legislação sobre Áreas de Interesse Especial	Não
Legislação sobre Áreas de Interesse Social	Não
Código de Obras	Não
Código de Posturas	Sim
Outros Instrumentos de Plan. Urbano	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros 2001, site www.ibge.gov.br

O Capítulo II da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – Seção I, II e III; em concordância com o artigo 165, incisos I, II e III e artigo 182 da Constituição Federal; ditam as normas que dizem respeito a instrumentos de planejamento em todos os níveis de governo, além da Lei Orgânica Municipal, quando diz respeito ao município. Na Tabela 7 demonstramos a situação atual em Bariri.

Tabela 7 - Instrumentos de Planejamento Municipal em Bariri

Lei Orçamentária Anual – LOA	Sim
Lei Orgânica	Sim
Plano Diretor	Não
Plano Plurianual - PPA	Sim
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	Sim

Fonte: Prefeitura Municipal de Bariri – Setor de Assessoria de Planejamento.- 15/08/2005.

Os processos relativos ao desemprego ou à mudança da estrutura do emprego no município pertencem fundamentalmente a um espaço econômico e político mais amplo do que o município. No entanto, conforme podemos constatar em diversas discussões sobre políticas locais de emprego nos municípios, muito pode ser feito quando um governo municipal decide arregaçar as mangas e, junto com os diversos atores sociais, melhorar a situação de seus habitantes. Na tabela 8, identificamos alguns incentivos e ações a respeito.

Tabela 8 – Incentivos a Empreendimentos em Bariri

Incentivos para Atração de Atividades Econômicas	Sim
Isenção de IPTU	Sim
Isenção de ISS	Sim
Doação de Terras	Sim
Outros Incentivos	Sim
Programa de Geração de Trabalho e Renda	Sim
Programa ou Ação de Capacitação Profissional	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros 2001, site www.ibge.gov.br

Atualmente não existe no município lei de zoneamento urbano ou relacionado ao uso e ocupação do solo. São utilizados no município a Lei Orgânica, o Código de Postura e a Lei de Perímetro Urbano.

2.2. A História de Bariri.

Conforme Nelson Silveira Martins (1940: 230), os primeiros habitantes desse município foram os índios da tribo coroados ou caingangs, que faziam parte da nação Guaianás. Bariri era, inicialmente, parte integrante dos “campos de Araraquara”, sendo que Araraquara, primitivamente pertencia a Piracicaba, tendo

tornado-se freguesia em 22 de agosto de 1817 e localizava-se em pleno sertão, cortada pela estrada São Paulo-Cuiabá. Ela atraía posseiros, lavradores paulistas e mineiros e dominava toda a margem direita do Rio Tietê, numa extensão de centenas e centenas de quilômetros.

A presença de pioneiros em terras ocupadas pelos índios provocou, quase sempre, violentas disputas. Ademais, o processo de destruição que vinha ocorrendo desde a época colonial agravou-se ainda mais com as frentes expansionistas dos séculos XIX e XX, que ignoravam qualquer direito de propriedade dos índios, invadindo suas terras, restando aos silvícolas apenas a decisão de reagir e lutar contra o invasor ou, ainda, a de fugir para outras regiões. Pouco restou dos primitivos habitantes a não ser de forma indireta, como é o caso do próprio nome Bariri¹⁷. Segundo Elizio Francisco Zanotti (1988: 21), “Esses índios, aos poucos, foram sendo dizimados, ou menor número incorporados pelos povoamentos brancos”.

O interior da então chamada Província de São Paulo teve sua ocupação inicial na primeira metade do século XVIII, sobretudo por mineiros. Neste sentido,

O interior da Província de São Paulo começou a ser ocupado na primeira metade do século XVIII, principalmente por mineiros que não haviam conseguido se restabelecer da crise econômica que surgiu com o declínio da mineração. Diante da situação de pobreza em que se encontravam, a única solução era migrar.(MAZOTI, 1990: 36).

E mais (ZANOTTI, 1988: 23):

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabeleceu da crise econômica provocada pela queda da produção na mineração.

[...] Os primeiros habitantes brancos que residiram em terras baririenses eram provenientes do sul de Minas Gerais e vinham atraídos pelo prosperar da exploração da agricultura cafeeira que em sua rota para o Oeste já alcançara o centro do Estado “.

Grande parte desses migrantes foi fixar-se nos municípios onde o café já

¹⁷ “No ‘Dicionário da Língua Tupí’ do dr. Teodoro Sampaio, edição de 1914, à pág. 118, lê-se: ‘Bariry – quer dizer – corrente veloz e precipitada das águas dos rios onde há sensível diferença de nível’. MARTINS, Nelson Silveira. *Bariri: Um pedaço de céu destacado do arco-íris*, p. 141.

era plantado. Todavia, outros foram fixar-se em regiões mais distantes, em localidades mais afastadas dos primeiros núcleos. Assim, poderiam continuar a viver em conformidade com seus costumes de criadores, acostumados a grandes espaços.

Assim, os mineiros estiveram entre os primeiros povoadores da região de Jaú. José Antonio de Lima era um desses que, atraído pelas terras paulistas ainda não valorizadas pelo café, veio a se nos anos de 1830, juntamente com outros membros da família Lima.

Em 1833, José Antonio de Lima, Álvaro Correa Arnau e Joaquim da Costa Sarico procuraram as terras dos famosos campos de Araraquara, que na época compreendia uma vasta região que englobava também a área dos, hoje, municípios de Jaú, Bauru, Brotas, Boa Esperança do Sul, Ibitinga, Itaju e outros. (ZANOTI, 1988: 24).

Mas não foram apenas mineiros que se apossaram das terras desta região. Houve também paulistas originários de municípios onde o povoamento era mais antigo, tais como Itu, Porto Feliz, Rio Claro, Indaiatuba, Limeira e outros. Tanto mineiros como paulistas utilizaram muitas vezes a cidade de Brotas, que estava surgindo, para fazerem suas incursões pelo interior.

Os Almeida Prado, paulistas de Itu, penetrando pelo interior da província, depararam com as terras roxas de Jaú, onde os mineiros já haviam feito algumas pequenas plantações. Compraram terras na localidade e aumentaram as plantações do referido produto, no que foram seguidos por outros que vieram de Piracicaba, Limeira, Indaiatuba. (MAZOTI, 1990: 40).

Essa migração para o interior já estava dentro de um processo de deslocamento da cultura cafeeira do Vale do Paraíba para as novas terras do oeste paulista.

Conforme Nelson Siveira Martins (1940: 57-61), José Antonio de Lima é a figura que se destaca, quando iniciamos contar através do tempo a história de Bariri. Em meio a um passado longínquo, onde alguns homens perdidos na vastidão das campinas e das florestas milenares, arrancavam desta terra os entraves para se atingir o desenvolvimento almejado. Aqui chegando por volta de 1830, foi o primeiro morador das terras onde hoje está edificada a cidade bariense.

Conforme João Baptista de Mello (1987: 02), a chegada de José Antonio de Lima e sua mulher, nestas terras, onde hoje se localiza Bariri, deve ter sido por volta de 1821 ou 1822, em razão do autor ter conhecido a filha Gertrudes de Lima, que faleceu no Bairro Livramento, em Bariri, aos 90 anos de idade, em 05 de março de 1915, portanto teria nascido no ano de 1825. A referência acima, correspondente ao nascimento da filha de José Antonio de Lima em 1833, pode ter sido de forma equivocada. Se o nascimento acontece após a sua chegada, aquela data poderia ser 1823.

José Antonio de Lima faleceu em 19 de agosto de 1846, deixando a viúva Tereza Maria de Jesus e duas filhas, ambas nascidas em território Baririense, a primeira já acima citada, a segunda de nome Maria, nascida em 1835. Gertrudes casou-se em 1948 com João Pires de Camargo e ambos venderam direitos à herança de Lima para Manoel Francisco de Ávila, que residia em Bariri desde 1844 (MARTINS, 1940: 65). Assim que recebeu as terras de Lima, nelas construiu casas e benfeitorias, abriu lavouras, vendeu lotes, enfim, praticou todos os atos de legítimo proprietário (MARTINS, 1940: 68).

Segundo Nelson Silveira Martins (1940: 72-73), o território baririense já estava grandemente povoado, havendo um arraial em formação e com divisas de bairro, desde 1857, quando chegou João Leme da Rosa.

Era descendente da nobre família Leme, que possuía muitos feudos na cidade de Bruges, do antigo condado de Flandres, nos Países Baixos. Carlos Leme foi almirante de França e seu irmão Martim Leme, por causa do comércio, estabeleceu-se em Lisbôa, de onde seus descendentes passaram para a Ilha da Madeira e, pelo anos de 1544 a 1550, rumaram para vila de São Vicente, na Capitania de São Paulo. (MARTINS, 1940: 72).

De todos os livros publicados, crônicas em jornais locais, citações jurídicas, memórias episcopais, resumos históricos em jornais da Capital, almanaques efêmeros, seu nome aparecia como primeiro povoador e fundador da cidade baririense, que lhe valeu o nome de uma de suas avenidas, a Avenida João Lemos.

Natural da Vila de Mogi Mirim, filho de Joaquim Leme da Rosa e Gertrudes Maria, nasceu em 1824 e tinha mais cinco irmãos: Tristão, Maria, Policena,

Jesuína e Gertrudes. O nome de Leme vem de *Lems* e daí, naturalmente, alguém ter escrito Lemes, interpretado por outros como Lemos, como era chamado em Bariri e com esse nome sagrado nas placas de uma avenida.

De acordo com João Baptista de Mello (1987: 06), João Leme da Rosa chegou a Bariri trinta e quatro anos após a posse da família Lima. Já fazia dez anos que Thereza Maria de Jesus havia se enviuvado de José Antonio de Lima quando João Leme da Rosa a conheceu e com ela negociou, permutando uma chácara de sua propriedade localizada em Descalvado com as terras havidas por herança de Jose Antonio de Lima. João Leme da Rosa para Bariri se mudou, a fim de tomar conta das terras. A viúva de José Antonio de Lima talvez tenha ido morar em Descalvado.

Conforme Nelson Silveira Martins (1940: 79), em 5 de julho de 1858, João Leme da Rosa e sua mulher, Maria Luiza de Jesus, ofereceram 30 alqueires de terra, que possuíam na Fazenda Sapé, com a condição de que fosse edificado naquele local uma Igreja em homenagem a Nossa Senhora das Dores.

Bariri, conforme ilveira Martins (1940: 81), havia sido uma conquista de José Antonio de Lima, que desde sua chegada por essas terras, aqui começou um arremedo de arraial, onde tinha suas relações administrativas, judiciárias e comerciais com a sede, que era a Vila de Araraquara.

O principal já tínhamos descoberto: Barirí foi uma conquista de José Antonio de Lima, e que, desde a entrada dêsse posseiro em nossas plagas, aqui começou um arremêdo de arraial, que tinha suas relações administrativas, judiciárias e comerciais com a séde, que era a vila de Araraquara, a que se ligada por uma estrada que passava, também, pelo bairro do Currealinho. (MARTINS, 1940: 81).

Desde José Antonio de Lima que se vinha aglomerando lavradores no bairro, que ao mesmo tempo crescia de forma lenta, pouco a pouco, durante o tempo de 25 anos. Portanto, João Leme da Rosa, ou João Lemos, como foi apelidado e consagrado com o nome de uma Avenida em Bariri, não foi o fundador da cidade e sim doador do imóvel destinado à formação do patrimônio onde se criou a freguesia. Conforme registrado por Martins, quem primeiro habitou o território baririense, as margens do Sapé, foi José Antonio de Lima, em 1833. João Leme da Rosa somente chegou a Bariri em 1858, não para desbravar

terrenos, mas sim realizar negócios, portanto João Leme da Rosa foi o doador, João Antonio de Lima o fundador, primeiro habitante do sertão do Tietê e pai da primeira baririense: Gertrudes Maria de Lima (MARTINS, 1940: 84-88).

João Leme da Rosa impulsionou, com a doação de terras, o progresso do arraial. A plantação da cana e a criação de gado se desenvolvem facilitando os recursos para o desenvolvimento local.

Segundo Nelson Silveira Martins (1940: 91), a partir do 1858, o Sapé do Jaú, como era denominado a cidade de Bariri, conheceu crescente prosperidade. Novos moradores, dia a dia, se estabeleciam no local¹⁸. As matas e todo este sertão eram desbravados, de forma que os canaviais, o milho, o feijão e o arroz, com fartas colheitas, premiavam o trabalho dos agricultores. As terras iam sendo vendidas aos lotes. Com isso o Sapé recebia novos moradores, como: os Pereira Barbosa que em 1862 fixaram residência no local, adquirindo terras de João Leme. Luiz Pereira Barbosa seria pouco tempo depois um dos chefes do Partido Liberal do Sapé. Em 1864, Antonio José de Carvalho, o Mineiro, também fixa residência no Sapé, adquirindo grande parte das terras de João Leme, tendo se transferido para este logradouro, com vasta bagagem, além de inúmeros escravos. Era figura simpática, tendo se tornando, em pouco tempo, o chefe do Partido Conservador do Sapé. Ademais, exerceu durante anos a chefia política da freguesia (MARTINS, 1940: 92).

Conforme Elisio Francisco Zanotti (1988: 3), no ano de 1889 quando houve a instauração do regime republicano no Brasil, Bariri já havia se constituído em um povoado, prestes a alcançar o "*status*" de município. Desta época até aproximadamente o ano de 1930, o Brasil viveu os anos de ouro da monocultura cafeeira, quando houve a deposição do paulista Washington Luís, pelo gaúcho Getúlio Vargas, na presidência da República.

O café, nessa época, era o produto principal na pauta de exportações do Brasil, tornando-se, por conseguinte, a fonte principal de riquezas na nação.

Com uma trajetória iniciada em fins do século XVIII, encontrou seu melhor momento e espaço nos planaltos da região Sudeste do Brasil,

¹⁸ "De 1858 em diante, o Sapé ia em prosperidade crescente, de dia para dia novos moradores por aqui se estabeleciam; as soberbas matas virgens, de viçoso verde negro e troncos colossais, iam sendo derribadas pelo machado firme do homem tenaz e trabalhador, espantando a onça, o veado, a anta que, por essas matarias emaranhadas, viviam há séculos e séculos". MARTINS, Nelson Silveira. *Op. cit.*, p. 91.

notadamente no Estado de São Paulo e Norte do Paraná. (ZANOTTI, 1988: 03).

Em muitos estados brasileiros, o café foi o responsável pela formação de diversas de urbes, que se originaram sob influência do dinamismo econômico decorrente do plantio, comércio beneficiamento e transporte desse produto.

No Estado de São Paulo não foi diferente. Segundo Elisio Francisco Zanotti (1988: 7), quando se busca levantar as relações existentes entre a expansão da economia cafeeira e a fundação e crescimento das cidades, é que se verifica a importância do ciclo cafeeiro como o elemento responsável no surgimento de uma aristocracia agrária, que tinha o domínio da política e economia, já que uma vasta camada da população que vivia diretamente ligada à produção e comércio do café.

Ressalte-se que essa força política foi que propiciou a colonização do Estado de São Paulo, com a expansão de plantações de café por quase todo o território do estado, fundando vilas que se transformariam, mais tarde, em muitas das cidades que hoje se conhece.

Nos anos que se seguiram começa a haver um certo esvaziamento urbano e rural, quando boa parcela da população procura os centros maiores na busca de trabalho em outros ramos de atividade. É o prenúncio da fase posterior, marcada pelo êxodo rural e um contínuo crescimento da população urbana. Para Elisio Francisco Zanotti (1988: 8), tais fatores foram reflexos dos planos de industrialização do País, mantidos pelos governos brasileiros a partir de Getúlio Vargas.

Até a década de 30 Bariri conheceu um expressivo crescimento populacional proporcionado pela intensa procura de terras cafeeiras (ZANOTTI, 1988: 12). Depois da crise de 1929 e com um número cada vez maior de pessoas saindo do campo rumo às grandes cidades, o número total de habitantes veio caindo até por volta de 1970. Observe-se, ademais, que a queda populacional registrada pelos Censos de 50 e 60, também são provocadas pela exclusão da população do atual município de Itaju que, a partir de 1953, tornou-se politicamente autônoma. Observe essas informações na tabela abaixo.

Tabela 9 – Censo Demográfico de Bariri

ANO	Nº DE HABITANTES	ANO	Nº DE HABITANTES
1877	1.148	1940	24.967
1886	2.692	1950	22.030
1890	3.657	1960	18.250
1896	6.000	1970	17.497
1900	10.040	1980	19.888
1907	14.127	1991	24.447
1912	17.349	1998	27.361
1920	23.830	1999	27.757
1934	25.398	2000	28.224

Fonte: Censo Demográfico do IBGE da cidade de Bariri/SP, site www.ibge.gov.br

Convém lembrar que até 1954, Bariri tinha sua superfície total de 800 Km², mas com o desmembramento do município de Itaju, a área total passou para 441 Km².

Conforme Elísio Francisco Zanotti (1988: 31), por volta de 1857, a presença dos cafezais “já se fazia sentir” nas proximidades de Bariri.

O deslocamento dos cafezais para as proximidades de Bariri já se fazia sentir a partir de 1857 pelos desmembramentos de alguns municípios da região (ZANOTTI, 1998:31).

Assim, como fonte de riquezas, o café tinha o condão de valorizar as terras, além de criar povoados, os quais iam crescendo, dando origem a diversas freguesias originadas pelo desmembramento de alguns municípios da região¹⁹. Com a aproximação dos plantadores de café, incrementava-se a atividades urbanas e rurais desses povoados que começaram a partir daí, a reclamar por maior autonomia.

Ainda conforme Zanotti (1988: 67), por esses anos, o Sapé, como era conhecido Bariri, era bairro da Freguesia de Jaú, categoria esta conquistada no ano de 1859. Porém através da lei nº 30 de 07 de maio de 1877, o bairro foi elevado à condição de Freguesia de Jaú, norma que garantia a esse povoado, seu primeiro passo em direção a autonomia administrativa. Como freguesia o povoado já contava com sub delegacia de polícia, cujo sub-delegado era

¹⁹ “Neste ano é criada a freguesia de Brotas e é decretada a Lei n.º 576 de 8 de abril pela Assembléia Provincial de São Paulo criando o curato do Jaú da Freguesia recém criada e Bairros Tietê, Jacaré Pepira e Curralinho da mesma freguesia”. ZANOTTI, Elísio Francisco Zanotti. *Bariri: o café e a república*, p. 31.

nomeado pela Câmara de Jaú; oficial de justiça; agencia do correio e capela-curada²⁰.

Começaram a ser regularizados os limites dos povoados que iam sendo formados, atribuindo-se as competências jurídicas e administrativas aos maiores centros urbanos que passaram a reger sobre as populações mais próximas. Essas medidas são decorrência do crescente aumento da população e conseqüentemente da valorização da terra. (ZANOTTI, 1988: 31).

A criação do Município deu-se em razão da posição de Joaquim Lourenço Correa, que era amigo de membros influentes da Câmara Municipal de Jaú, que havia fixado residência nessa freguesia em 1882, originário da Brotas.

Em razão disso, por aqueles anos torna-se figura principal da política sapeense. Através dessa convivência, não foi difícil convencer membros daquele legislativo favoráveis a aprovação de suas propostas, entre elas, a aprovação por aquela Câmara de parecer favorável à emancipação política dessa freguesia, e enviar o parecer ao Presidente do Estado, Prudente de Moraes, que era antigo conhecido de Joaquim Lourenço, a fim de que fosse transformado em decreto estadual.

Segundo Martins (1940: 136), este era o teor do parecer enviado pela Intendência do Município de Jaú ao Governo do Estado:

A freguesia do Sapé, deste Município, está nos casos de ser elevada à categoria de vila, visto ter uma população aproximada de 4.500 habitantes, ter cidadãos nos casos de exercerem os cargos públicos, possuem casa de cadeia, tem contratada casa para a municipalidade.

Acrescentava ainda, a renda obtida no povoado até 04 de junho daquele ano de 1890, de forma a reforçar o pedido.

Segundo Elisio Francisco Zanotti (1988: 75-77), em 16 de junho de 1890, Prudente de Moraes Barros, decreta a Lei n^o 60-A como governador provisório do Estado de São Paulo, atendendo ao que representavam os habitantes da

²⁰ Até a Proclamação da República, a Igreja e o Estado Monarquista tinham estreitos vínculos administrativos. Com a elevação à Freguesia (categoria eclesiástica) o povoado passava a contar com capela curada, ou seja, com a permanência de um pároco-coadjutor servindo aos habitantes. Juridicamente tal medida representava a criação da paróquia que só foi criada canonicamente, porém, em 1885 por decreto papal. *Ibid.*, p. 205.

freguesia do Sapé do Jahu e as informações prestadas pela intendência da cidade de Jaú, elevando à categoria de vila, sob a denominação de "Villa do Bariry" a freguesia do Sapé do Município de Jaú. No mesmo ano de 1890, sairia o resultado do recenseamento federal conferindo 3657 habitantes para a população de Bariri.

O artigo único da Lei supracitada prescrevia:

Artigo único. Fica elevada à categoria de vila, sob a denominação de Vila do Barirí, a freguesia do Sapé, do município de Jaú, com as divisas que atualmente tem. (MARTINS, 1940: 137).

A instalação do Município deu-se a 12 de julho de 1891. A 11 de fevereiro de 1892 foi criado o Termo de Bariri subordinado à Comarca de Jaú²¹. A Lei estadual nº 80 extinguiu todos os Termos do Estado elevando-os a Comarcas. Assim sendo, a partir de 15 de outubro de 1892, com a instalação da Comarca, Bariri adquire sua completa autonomia político-administrativa e Judicial.

Quando da pesquisa acerca do desenvolvimento do Município de Bariri, em seus primórdios, foi verificado que criação do município, sua economia, sua vida social, a consolidação político-administrativa do município, dentre outros motivos, esteve ligado à expansão da economia cafeeira. A influência das grandes fazendas de café que foram abertas em Jaú por famílias advindas de Piracicaba, Limeira, Indaiatuba e outras localidades, as quais deparam com as terras roxas ali existentes, onde os mineiros já haviam feito algumas plantações na década de 1840 e que a partir de 1850, foram feitas outras tentativas para desenvolver o produto com fins comerciais, atingiram sem dúvida alguma, as terras baririenses, contando inclusive, com descendentes dessas famílias como proprietários de fazendas no município de Bariri. Dentre estas, destacamos os Almeida Prado, paulistas de Itu, Joaquim de Toledo Piza, proveniente de Capivari, que contribuiu para completar os desbravamentos dessa região. (MAZOTI, 1990: 40).

Com o crescimento do comércio do café, a produção foi-se ampliando, e mais famílias foram abrindo fazendas na região, conhecida por possuir extensas manchas de terra roxa. Dentre as famílias que adquiriram terras no Município de Bariri cite-se as de Joaquim Lourenço, Hilário e João Pires de Campos; Manuel

²¹ Os termos eram subdivisões das Comarcas. Eram subordinados a jurisdição dos Juizes das Comarcas. ZANOTTI, Dirceu. *O imigrante italiano em Bariri de 1889 a 1920*, p.205.

Assis Bueno e Antonio José de Almeida Prado, citados como cafeicultores em Bariri pelo "*Anuário Comercial do Estado de São Paulo*", de 1905-1906". (ZANOTTI, 1988: 99).

Segundo Zanotti (1988: 99-100), há que se acreditar que o café vingou como principal produto agrícola no município e cita o coronel Antonio José de Carvalho, que em 1864 comprou terras de João Leme para ali construir a primeira máquina de beneficiamento de café.

Os primeiros números a respeito da produção de café, conforme Zanotti (1988: 100-101) revelam que em 1899 a safra do produto atingiu 130 mil arrobas, tendo sido aumentada em 1901 para 350 mil arrobas. Havia cerca de 5.656.000 pés de café, sendo 3.541.000 formados e o restante ainda novo, o que significava sua franca expansão.

Em 1910 o jornal "O Bariri" publica a relação dos impostos municipais sobre cafeeiros, onde se pôde verificar quais eram os maiores proprietários do município à época: Antonio Gonçalves Fraga da Fazenda Palmeiras, 96.000 pés; José Correa de Moraes, 92.000 pés; José Emygdio Ferraz do Amaral, 90.000 pés e João Pires de Campos da fazenda Sapé, 80.000 pés.

Conforme Nelson Silveira Martins (1940: 201-203), a virada do século 19 para o século 20, encontra Bariri caminhando a passos largos no caminho da civilização. As pessoas se preocupam com a "instrução pública", que passa a ser cuidada de forma carinhosa. Por essa época a cidade já conta com dois professores estaduais, o senhor Jose Moreira da Silva e Dona Adriana de Toledo e Silva e quatro professores municipais, dona Isolina Pedroso de Melo. Dona Maria Negrão Martins e senhores Alfredo de Melo e Cristovam de Vilhena, além do "inspetor da instrução" senhor Himelino Martins, o historiador de Bariri em 1900.

Na cidade existiam três importantes estabelecimentos industriais: máquina de beneficiar café, máquina de beneficiar arroz e uma serraria, cujas propriedades pertenciam respectivamente aos senhores Cel. Teotônio Negrão, Jaime Porter e Cel. Antonio José de Carvalho. Existiam ainda algumas fábricas de massas alimentícias, cerveja, licores etc.

Outrossim, existia o Correio que funcionava no prédio da Câmara Municipal, a coletoria estadual, cujo coletor o capitão Porfírio de Carvalho e escrivão o alferes Sebastião de Oliveira. Por essa época já estavam tratando da

instalação do telefone, que ficaria ligado com as vilas de Bocaina, Pederneiras, Bica de Pedra e à cidade de Jaú.

A Força Pública tinha um destacamento policial em Bariri de seis soldados, sob o comando do 2º sargento José Mileno de Vasconcelos Galvão. Havia apenas um médico, Dr. Horácio M. Lane Junior, conforme Martins, grande filantropo, exercia a medicina como a um sacerdócio. Morreu pobre, por volta de 1908, cada habitante da cidade era seu amigo devotado. A população chorou o seu desaparecimento, como filhos que choram a morte dos pais. Havia também, duas farmácias: Nossa Senhora das Dores, que pertencia ao Cel. Teotônio Negrão, e Farmácia Dorvault, do farmacêutico Septimo Vaz de Melo. O prédio da cadeia pública se encontrava em construção. Por essa época veio a cidade de Bariri, Euclides da Cunha, famoso escritor, autor da aclamada obra "Sertões". Esteve para fiscalizar as obras do novo edifício, que havia custado por volta de 20.000 reis. Por fim, cite-se a existência da capela Nossa Senhora das Dores no largo da Matriz. A igreja matriz estava em construção, não se confundindo com a matriz atual, que teve suas obras iniciadas na década de 1960.

A iluminação pública era composta por 40 lampiões, com mais 06 no bairro Livramento. Todos eram acesos às 6 horas da tarde e apagados à meia noite. Nas noites de luar não se acendiam e nas noites de passagem de ano, comemoração do Natal, festa dos Reis Magos e festa da Padroeira, permaneciam acesos enquanto durassem os festejos. Funcionava também, a Loja Maçônica "Honra, Amor e Caridade". "Lira Baririense", era o nome da banda de música, regida pelo maestro Alferes Pedro Galvão. Também as sociedades eram vividas, através da existência de dois clubes à época: o "Círculo Recreativo Italiano" e o "Grêmio Literário Baririense". Formavam a diretoria do primeiro, os srs. Chiassi Milani, presidente; Gernaro Mazza, diretor; Enrico Miggiorin, secretário; Felício Oréfica, tesoureiro; Pedro Scalzo e Giuseppe Bissoli, fiscais. O "Grêmio Baririense" era presidido pelo Major Orlando Martins, Nestor de Carvalho, tesoureiro e Antonio de Queiroz, secretário. O Dr. Luiz de Sá Lima, Cel. Godofredo Martins e João Álvares Morales, formavam a comissão fiscal. Na vila, existiam dois hotéis: o Guarani de propriedade do Sr. Ormênio Franco e o hotel dos Viajantes, de propriedade do Sr. Indalécio José de Freitas.

Sobre a comemoração da passagem do ano, conforme Nelson Silveira Martins (1940: 203), um jornal da época descreve a respeito, comentado que uma

forte chuva caiu no dia 31, em razão disso, o programa que dizia respeito às festas comemorativas da passagem do ano foi parcialmente cumprido. Sendo que, a parte realizada correspondeu à expectativa. As 6:30h da tarde do dia 31, houve solta de varais girândolas de foguetes, ao tempo em que, o hino nacional, fora executado pela banda musical "Lira Baririense", no edifício da Câmara Municipal. Às 8:00h da noite, houve espetáculo em benefício das obras da nova Matriz. À meia noite houve sessão literária na sala do Governo Municipal, presidida pelo Coronel Teotônio Negrão, secretariado pelo senhor Antonio de Queiroz. Vários oradores inscritos usaram da palavra. Todos os que se achavam presentes assinaram um livro especial. A sessão foi encerrada ao som do hino Nacional, com o qual também fora aberta. À 1:00h teve início a celebração de uma missa que contou com a benção do S.S. Sacramento e também foi colocada uma cruz comemorativa, cuja inscrição: "1900-1901. *Jesus-Cristus, Deus Homo, vivit, regnat, imperat*". Terminada a cerimônia, logo após, teve início o baile no salão nobre do Hotel Guarani, tendo os festejos sido encerrados com a missa campal celebrada ao romper do dia 1º no pátio da matriz, junto ao cruzeiro. Foi assim, Bariri, entrou no novo século.

No ano de 1910 inaugura-se a estrada de ferro, que vem contribuir para o melhoramento do transporte e comercialização do café. Conforme Zanotti (1988:106), o ano de 1910 é marcado em Bariri, como o ano da chegada dos trilhos da Companhia de Estradas de Ferro Douradense. Até este ano, a maior parte dos imigrantes que chegavam à região, estava em busca de fazendas ao longo da estrada de ferro da Cia. Paulista.

O ano de 1910 é marcado principalmente pela chegada dos trilhos da Companhia de Estradas de Ferro Douradense à Bariri, que muito veio contribuir para a expansão do cultivo do café no Município e mesmo na região. (ZANOTTI, 1988: 106).

Destaque-se que, com a implantação da Douradense, o município de Bariri incorpora-se à rede ferroviária paulista. Tal incorporação provoca um crescimento da produção do café e conseqüentemente um crescimento populacional. Este crescimento coincide com o momento da entrada de imigrantes no município e nova fase se inicia na história da imigração local.

Aliás, o trem e o café estavam intimamente ligados. Às companhias de estradas de ferro só interessava a construção das estradas quando a região a ser beneficiada pudesse comprovar sua capacidade de oferta de fretes, em outras palavras, não houve a ferrovia pioneira que 'levou o progresso onde só havia mato'. Não se admitia nenhum risco, nenhum investimento sem retorno certo. (ZANOTTI, 1988: 109).

Conforme Zanotti (1988: 51-52), a região pioneira do café, era uma região nova que começou a ser desbravada a partir de meados do século XIX. Fazia parte dessa nova região grande parte do território do Estado de São Paulo, cujo desbravamento, tinha como objetivo a formação de lavouras cafeeiras. Como visto anteriormente, Bariri passou a fazer parte dessa região e, para isso, era necessário que houvesse um grande número de trabalhadores para a destoca, plantio e, sobretudo a colheita do café. Com o fim da mão de obra escrava, provocado pela decretação de leis que restringia o comércio e a aplicação do trabalho escravo, o preço da mão de obra tornara-se excessivamente alta. Os fazendeiros paulistas passaram, então, a procurar uma nova forma de suprir a demanda de suas fazendas.

Dessarte, a importação de mão de obra em regime de colonato mostra-se uma alternativa viável. Com a duração de um ano, o contrato permitia ao colono, além de um salário, o plantio de culturas de subsistência intercaladas aos cafeeiros.

As vantagens e desvantagens se alternavam juntamente com as alterações do preço do café no mercado, bem como da produtividade da terra. Dependendo disso os patrões concediam ou não essas licenças. Cite-se que, quanto à Bariri, não se têm indícios da existência de fazendas de café em que tenha havido o uso de trabalho escravo. Se possíveis casos existiram, não teriam sido significativos, pois quando o café foi adotado como principal cultura agrícola, já se encontrava às vésperas do fim do regime escravista.

Quanto ao regime de colonato, os fazendeiros, acostumados com pessoas mais submissas, passaram a conviver com os colonos mais conscientes e exigentes de seus direitos. Em razão disso, era comum o atrito entre patrão e empregado, e muito raro a permanência do colono na fazenda por muitos e muitos anos. Um bom número deles tinham em vista a volta a seu país de origem após a conquista de algo seu, não temiam mudanças quando se vislumbrava

melhores rendimentos. Era comum depois de um ano de trabalho, a acomodação numa outra fazenda em nova temporada, desde que lhe fosse pago alguns mil réis a mais. Alguns se estabeleceram em Bariri antes de 1910, percorrendo fazendas ao longo da estrada de ferro da Cia. Paulista, passando por colônias de imigrantes como as de Gavião Peixoto, Nova Odessa e Pedro Alexandrino.

A partir de 1911, o município passa a receber realmente os primeiros imigrantes que eram encaminhados pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, órgão este, constituído em 1888 pelo governo do estado, que tinha a finalidade de receber os imigrantes recém-chegados, providenciar-lhes documentação, atende-los em suas necessidades básicas e promover o contato entre fazendeiros e trabalhadores. Conforme boletins fornecidos pelo Serviço de Imigração e Colonização, são os seguintes os números de imigrantes encaminhados à Bariri, no período de 1911 a 1939.

Tabela 10 - Número de imigrantes encaminhados à Bariri – 1911-1939.

PERÍODO	IMIGRANTES	MÉDIA ANUAL
1911 a 1915	713	142,6 no quinquênio
1916 a 1920	1.822	364,4 no quinquênio
1921 a 1925	1218	243,5 no quinquênio
1926 a 1930	1322	264,4 no quinquênio
1931a 1935	149	29,8 no quinquênio
1936 a 1939	455	113,7 no quinquênio
TOTAL	5679	

Fonte(Zanotti, 1988: 53)

Para Elísio Francisco Zanotti (1988: 56), no recenseamento realizado em 1934 no município de Bariri, podemos apurar a quantidade de imigrantes na população do município, assim discriminados: 2.348 habitavam a zona rural, dentre estes, 1442 italianos, 631 espanhóis, 149 portugueses, 5 alemães, 10 japoneses, 30 sírios, outros 81 e 879 habitavam a zona urbana, como: 434 italianos, 192 espanhóis, 46 portugueses, 4 alemães, 169 sírios, outros 34.

A chegada do trem trouxe um impulso para o comércio, a indústria e a lavoura. A população aumentou devido aos transportes ferroviários e rodoviários existentes.

Na sessão da Câmara Municipal do dia 10 de setembro de 1900, a Edilidade Baririense fez uma apresentação à Companhia de Estradas de ferro de Dourados, no sentido de obter-se o prolongamento de suas linhas até Bariri. [...] Também foi enviado um ofício pelo Presidente da Comissão

Municipal da Agricultura de Bariri [...] que fez um apelo ao Presidente da Cia., declarando que Bariri, além de suas fertilíssimas terras, as extraordinárias lavouras de café, fumo e cereais de todas as espécies, ainda possuía 5.650.000 pés de café em produção, cuja safra pendente foi avaliada em 400.000 arrobas de 15 quilos. (MELLO, 1987: 46).

A partir de então, segundo Zanotti (1988: 101), a produção de café oscilou entre 224.000 a 470.240 arrobas com um número de cafeeiros em torno dos 5,5 milhões, até os anos de 1917/18 quando o final da 1ª Guerra Mundial reanimou o mercado para o café, restabelecendo os preços altos. Houve novo ânimo do produtor que passou a ampliar seus cafezais, fazendo com que o número de cafeeiros plantados no Município saltasse de os 5.310.200 para 6.226.000. Em razão da geada de 1918, a produção que no ano anterior atingiu 430.000 arrobas, caiu para 206.000 na safra seguinte (1918/19) e na safra de 1919/20 caiu para 106.000 arrobas.

A queda geral na produção de todo o Estado em razão da geada resultou na extraordinária alta dos preços. No início da década de 20, os produtores animados com as altas dos preços passaram a plantar cada vez mais. Durante esta década foram registradas umas seqüências de excelentes colheitas, que aliadas aos bons preços contribuíram para que a produção crescesse assustadoramente. Tudo teria sido fantástico não fosse o "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque provocando grande crise que espalha pelos países industrializados, atingindo também o município de Bariri devido a grande queda dos preços do café, principal produto de exportação do País.

Embora a produção cafeeira na chegasse a sofrer grande abalo com a crise de 29, verificou-se nos anos seguintes uma tendência de esvaziamento urbano e rural. Mesmo com a crise, a produção cafeeira manteve-se como o principal gerador de empregos e divisas do município.

Segundo Elisio Franciso Zanotti (1988: 102), algum tempo antes da crise, estavam entre os maiores produtores de café em Bariri as empresas de grande porte que investiam na produção agrícola. Firms como S/A Moinho Santista, proprietária da Fazenda Barreiro, S/A Moinho Inglez, Banco de São Paulo S/A, encabeçaram a lista dos maiores proprietários de terras no município. Todavia, adverte Zanotti (1988: 102):

De uma maneira geral, no entanto, as propriedades rurais em Bariri não tinham grandes dimensões, estando distribuídas entre pequenos e médios proprietários, o que possibilitou que um grande número de imigrantes, possuidores de poucos recursos, adquirisse sua própria terra tornando-se pequenos produtores.

Conforme levantamento realizado entre 1937 e 1938, as propriedades rurais em Bariri não eram de grandes dimensões. Distribuídas entre pequenos e médios proprietários, possibilitou que um grande número de imigrantes, possuidores de poucos recursos, adquirisse sua própria terra tornando-se pequenos produtores.

A existência de grande número de pequenos e médios proprietários, principal característica da cafeicultura em Bariri, faz com que tais produtores, apesar das dificuldades, suportassem a queda de preços provocada pela crise de 29/30.

Em razão do menor investimento, o pequeno cafeicultor consegue passar pelos anos de crise até que os preços voltaram a subir no final da década. O mesmo não acontece com os grandes produtores, aos quais em razão da falência dos negócios sofreram ação devastadora.

Em razão da crise de 1929, conforme escreveu Zanotti (1988: 103), com a recessão da produção, ocorre à tentativa da substituição do café pela cultura do algodão, não de maneira geral atingindo em todos os níveis a cafeicultura, mas por ser de trato mais fácil e melhores preços à época, o cultivo do algodão apresentou crescimento inédito durante a segunda metade da década de 30. De 150 alqueires plantados em Bariri no ano de 1936, passaram para cerca de 1.250 em 1937, 2300 em 1938 e 4300 alqueires em 1939. Assim mesmo, durante a recessão, o café continuou sendo o principal produto da economia baririense.

A importância dos efeitos gerados pela crise não estava na queda da produção ou nas falências dos grandes comerciantes e produtores, mas, sim, nas mudanças provocadas pela própria economia do País, que se baseava na cafeicultura (ZANOTTI, 1988: 104-105). Em 1930, com o fim da “Velha República” e o prenúncio do “Estado Novo”, provocado com a subida de Vargas ao poder e a deposição de Washington Luis, surgiu um plano para industrializar o País. A continuidade desse plano é sentida alguns anos mais tarde em Bariri, com a implantação de várias indústrias, merecendo destaque a Indústria Resegue de

Óleos Vegetais e a Usina Hidrelétrica da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S/A que visava atender a crescente demanda de energia elétrica na região central do Estado. Esta etapa, considerada a mais avançada, da história da cidade, também é marcada pelo êxodo rural, adensamento urbano, industrialização etc.

De acordo com o censo de 1934, verificou-se que a população rural era expressivamente maior do que a urbana. Isso devido à principal atividade econômica da época, a produção de café. Com o passar dos anos foi ocorrendo um esvaziamento ou “êxodo rural”, característico da época na qual as pessoas foram buscar melhores condições de trabalho nas cidades. Bariri viu sua população urbana aumentar também ao longo dos anos, chegando a um número atual de 92,3% dos habitantes vivendo na zona urbana com uma densidade demográfica de 63,57 hab/Km² (população absoluta dividida pela área do município).

Conforme Zanotti (1988: 110-113), na década de 50, a onda cafeeira já avançava mais para o oeste do estado de São Paulo e norte do Paraná em busca de terras novas. As ferrovias que até aquele momento eram comprometidas com a produção do café teriam que se adaptar a uma nova realidade que se instaurava. A gradual diversificação das culturas agrícolas tomando espaço antes ocupado pelo café, o processo de industrialização da região central do Estado exigia das ferrovias novos rumos, grandes investimentos, o que não aconteceu.

As ferrovias, sem capacidade de se adaptar, foram sendo desativadas e substituídas pelas auto-estradas. Conforme Relatório da Companhia Paulista para o exercício de 1966, foi autorizada a supressão do tráfego entre o Posto Rangel e Bariri por Decreto Estadual nº 46.599 de 12 de agosto daquele ano, por tratar-se ramal anti-econômico. Permaneceu funcionando até 1969, uma agência rodoferroviária para tender o transporte de mercadorias em Bariri, fechando logo após, por apresentar pequeno movimento, encerrando assim a história da ferrovia no Município.

A diversificação agrícola a partir dos anos 60, do século passado, faz com que o café não deixe de ser um dos principais produtos da agricultura do município. Mas, apenas um dos principais, em razão do surgimento de novas culturas como a mamona, o milho, o arroz, o amendoim, que passam a ganhar força no mercado agrícola e a competir com o café, como nova opção ao agricultor. Isso, em razão da demanda pelo setor industrial dessa natureza, que

passa a usar toda essa matéria-prima na fabricação de óleo vegetal. Por essa época também, passou a fazer parte da economia do município de forma efetiva o setor pecuário, apesar de sempre, mesmo na época do café, este setor ter sido de certa influência na economia local.

Em meados de 1947, mais precisamente em 03 de junho, era constituída em Bariri, a sociedade comercial sob a razão social de Indústria Resegue de Óleos Vegetais Ltda., registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 96.658, em 17 de junho de 1947, com o capital social de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Até o meio do ano de 1959, mais precisamente em 28 de agosto, a Indústria Resegue foi transformada em sociedade por ações, passando a denominar-se “Indústria Resegue de Óleos Vegetais SA”.²² Conforme Relatório emitido pela empresa em novembro de 1982, em consequência do desenvolvimento dos negócios, a empresa fixou a matriz na cidade de São Paulo, na Rua Maria Paula nº 88, no bairro da Bela Vista. Passou também a contar, através dos anos, com uma filial a de Bariri, considerada a pioneira, estabelecida à Rua Claudionor Barbieri, 28 no centro, cuja área total era de aproximadamente 232.000m², sendo a área construída 45.000m².

O número de caminhões que aportavam em Bariri, em função da Resegue era grande, tal era a importância econômica da empresa, não só na própria cidade, como também no Estado de São Paulo etc. Ademais, o grande volume de produção da empresa fazia com que houvesse intensa movimentação na malha ferroviária, tamanha a importância da Indústria Resegue.

O desenvolvimento de Bariri por essa época era submisso a essa empresa. Quase tudo em grande parte dependia dela, como: restaurantes, postos de combustíveis, lojas, o comércio em geral, bem como, o setor agrícola, que produzia, principalmente a mamona, matéria-prima de grande consumo pela empresa. Conforme o engenheiro agrônomo senhor João Batista Foloni, da Casa da Agricultura local, o município de Bariri, chegou a alcançar a marca, por muitos anos, de maior produtor de mamona da América Latina. Também, era grande a

²²Conforme registro nº 154.317 de 30 de outubro de 1959 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 08 de novembro de 1959, folhas 252. Em Assembléia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 1982 alterou-se a denominação para Resegue Indústria e Comércio SA, e registrada sob nº 93.844 em 15 de setembro de 1982, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de setembro de 1982, folhas 5-Ined.

influência no setor financeiro do município, como por exemplo, os Bancos e Caixas Econômicas.

Conforme entrevista junto ao Senhor Milton do Carmo Ferro²³, residente à Avenida Francisco de Paula Carvalho nº 50 em Bariri, que exerceu, sempre galgando posições, à função de gerente geral junto à empresa no município, pelo tempo de 20 anos, até quando a mesma entrou em concordata. Quando perguntado a respeito da influência no desenvolvimento do município de Bariri, disse:

Disso eu posso dizer, que ela teve uma participação muito grande no desenvolvimento não só do município, a cidade, o estado, como fora do estado e fora do país, trabalhava em grande escala interna e externamente.

A partir da década de 1960, o Município de Bariri, que até então, tinha como principal exploração agrícola a cultura da lavoura cafeeira e em menor escala o gado de corte e de leite, sendo que, a exploração de outros cereais como milho, arroz, feijão, etc, eram cultivados na maioria das propriedades apenas e tão somente para consumo próprio e o excedente é que era comercializado. Em razão da queda do preço do café e o pouco incentivo na área para esse produto, o produtor rural começa a abandonar o campo a procura dos grandes centros e das cidades circunvizinhas em busca de melhores condições de vida, ocasionando o início de um forte êxodo rural.

Por essa época também, acontece a implantação de forma efetiva da lei trabalhista, assustando os proprietários de propriedades agrícolas, os quais tinham contratos de forma verbal com seus empregados ou parceiros (meeiros ou terça parte), que pegos de surpresa, receosos de terem de saldar vultosas indenizações e com pouca orientação, se desesperam e passam a dispensa-los, com isso, acabam colaborando com o êxodo já iniciado.

A cultura da mamona, matéria-prima usada pela Indústria Resegue de Óleos Vegetais, como anteriormente visto, instalada no Município, já havia despertado nos agricultores a busca da exploração desse produto agrícola, gerando assim, mais uma fonte de renda.

²³ Entrevista concedida pelo Senhor Milton Carmo Ferro no dia 20/04/2004, Gerente geral da antiga Indústria Resegue.

A partir de então, o Município de Bariri, de forma comercial, com expressiva influência no lado econômico e social e com o início do surgimento de nova tecnologia agrícola, principalmente no final da década, através do uso de máquinas na agricultura, conservação do solo, prática ainda muito pequena por esses anos, passa a produzir vários produtos agrícolas, como milho, arroz, mamona, algodão, amendoim, além de manter em muitas propriedades a cultura do café. Nessa década surge também no município, o cultivo da cana de açúcar em escala comercial, fomentado pela presença de Usinas de Açúcar no vizinho município de Jaú.

Conforme dados obtidos junto a Casa da Agricultura de Bariri, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI a produção de Bariri, que também se encontra registrada no Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo – IEA, (dados de fevereiro), nos diversos anos abaixo citados (tabelas 11 a 16) registra as principais produções agropecuárias, sendo possível compará-las com a produção atual.²⁴

Tabela 11 - Produção de Bariri do ano 1979

Produto	Características	Produção
Café	Em produção :7.970.000 pés	
	Em formação: 2.470.000 pés	
	Total : 10.440.000 pés	71.700 sacas/60 kg beneficiada
Milho	8.800 ha.	290.400 sacas 33 sacas/ha.
Cana	Planta 900 ha.	
	Em produção : 2.300 ha.	161.000 toneladas
Arroz	2.500 ha.	37.500 sacas
Mamona	1.200 ha.	21.600 sacas/50 kg
Laranja	Em formação : 60.000 pés	
	Em produção : 68.000 pés	136.000 caixas/40,5 kg
Algodão	280 ha	25.200 arrobas
Amendoim	450 ha.	36.000 sacas/25 kg
Pastagens	10.000 ha. Natural	
	8.000 ha. Cultivada	
	Total :18.000 ha	
Gado de Corte	10.000 cabeças	

²⁴ Ver Anexo I.

Gado de Leite	2.600 cabeças	850.000 l/ano
Aves	110.000 instaladas	792.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Tabela 12 – Produção de Bariri do ano 1984

Produto	Característica	Produção
Café	Em produção : 7.800.000 pés	
	Em formação : 140.000 pés	
	Total :7.940.000 pés	54.600 sacas/60 kg beneficiada
Milho	9.500 ha.	285.000 sacas 30 sacas/ha.
Cana	Planta 500 ha.	
	Em produção : 2.800 ha.	224.000 toneladas
Arroz	2.500 ha.	50.000 sacas/60 kg
Mamona	2.000 ha	40.000 sacas/50 kg
Laranja	Em formação : 20.000 pés	
	Em produção : 208.000 pés	416.000 caixas/40,5 kg
Algodão	210 ha	168.000 arrobas – 80 arb/ha.
Amendoim	350 ha.	21.000 sacas/25 kg – 60 sc/ha.
Pastagens	9.000 há.nat.e 9000 cultivada	
	Total 18.000 ha.	
Gado de Corte	12.000 cabeças	
Gado de Leite	3.0000 cabeças	1.300.000 l/ano
Aves	100.000 instaladas	720.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Tabela 13 - Produção de Bariri do ano 1989

Produto	Característica	Produção
Café	Em produção : 4.750.000 pés	
	Em formação : 150.000 pés	
	Total :4.900.000 pés	7.125 sacas/60 kg beneficiada
Milho	9.500 ha.	380.000 sacas 40 sacas/ha.
Cana	Planta 640 ha.	
	Em produção :4.800 ha.	384.000 toneladas - 80 ton/ha
Arroz	1.100 ha.	22.000 sacas/60 kg – 20sc/ha
Mamona	900 ha	18.000 sacas/50 kg - 20 sc/ha
Laranja	Em formação :180.000 pés	
	Em produção :200.000 pés	500.000 cxs/40,5 kg - 2,5 cx/pé
Algodão	1500 ha	150.000 arrobas - 100 arrb/ha.
Amendoim	80 ha.	6.400 sacas/25 kg - 80 sc/ha.
Pastagens	7.000 ha. nat.e12.000 cultivada	
	Total 19.000 ha.	
Gado de Corte	13.000 cabeças	
Gado de Leite	4.0000 cabeças	1.080.000 l/ano
Aves	150.000 instaladas	1.200.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Tabela 14 – Produção de Bariri do ano 1994

Produto	Característica	Produção
Café	Em produção :1.100.000 pés	
	Total :1.100.000 pés	6.600 sacas/60 kg beneficiada
Milho	4.000 ha.	200.000 sacas 50 sacas/ha.
Cana	Planta 1500 ha.	
	Em produção :6.800 ha.	544.000 toneladas - 80 ton/ha
Arroz	370 ha.	9.500 sacas/60 kg - 25,5 sc/ha
Mamona	200 ha	4.000 sacas/50 kg - 20 sc/ha
Laranja	Em formação :410.000 pés	
	Em produção :1.200.000 pés	2.400.000 cxs/40,5 kg
Algodão	250 ha	17.500 arrobas – 70 arr./ha.
Amendoim	20 ha.	1.600 sacas/25 kg - 80 sc/ha.
Pastagens	3.000 ha.nat.e 10.000ha.cultiv.	
	Total: 13.000 ha.	
Gado de Corte	26.500 cabeças	
Gado de Leite	4.500 cabeças	1.500.000 l/ano
Aves	620.000 instaladas	4.960.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Tabela 15 – Produção de Bariri do ano 1999

Produto	Característica	Produção
Café	Em produção :1.300.000 pés	
	Em formação : 100.000 pés	
	Total :1.400.000 pés	130.000 sc/60 kg beneficiada
Milho	4.000 ha.	240.000 sacas 60 sacas/ha.
Cana	Planta 2.000 ha.	
	Em produção :9.000 ha.	720.000 toneladas - 80 ton/ha
Arroz	350 ha.	12.500 sacas/60 kg
Mamona	250 ha	5.000 sacas/50 kg - 20 sc/ha
Laranja	Em formação :100.000 pés	
	Em produção :1.480.000 pés	2.600.000 cxs/40,5 kg
Algodão	30 ha	3.300 arrobas - 110 arrobas/ha.
Amendoim	20 ha.	1.200 sacas/25 kg - 60 sc/ha.
Pastagens	3.000 há nat.e 14000 há.cultiv.	
	Total 17.000 ha.	
Gado de Corte	28.000 cabeças	
Gado Misto	2.500 cabeças	
Gado de Leite	500 cabeças	1.500.000 l/ano
Aves	800.000 instaladas	8.000.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Tabela 16 – Produção de Bariri do ano 2004

Produto	Característica	Produção
Café	Em produção :500 ha.	
	Em formação : 10 ha.	
	Total :510 ha.	5.000 sacas/60 kg beneficiada
Milho	3.200 ha.	224.000 sacas 70 sc/60 kg/ha.
Cana	Planta 2.500 ha.	
	Em produção : 12.000 ha.	960.000 toneladas - 80 ton/ha
Arroz	230 ha.	12.500 sacas/60 kg
Mamona	50 ha	1.500 sacas 30 sacas/ha
Laranja	Em formação :50.000 pés	
	Em produção :1.450.000 pés	2.900.000 cxs/40,5 kg
Algodão	80 ha	9.600 arrobas - 120 arrobas/ha.
Amendoim	20 ha.	1.200 sacas/25 kg - 60 sc/ha.
Pastagens	3.000 ha. Natural	
	12.000 ha. Cultivada	
	Total : 15.000 ha	
Gado de Corte	24.000 cabeças	
Gado Misto	2.500 cabeças	
Gado de Leite	500 cabeças	1.500.000 l/ano
Aves	900.000 instaladas	10.500.000 kg/ano

Fonte: sites www.cati.sp.gov.br e www.iea.sp.gov.br

Por fim, não podemos deixar de falar da CESP. A empresa, segundo Ricardo Perez²⁵, ex-funcionário da CESP, em entrevista concedida, iniciou suas atividades como a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, no ano de 1958. A construção da usina estendeu-se até o ano de 1965, quando, no dia 15 de novembro, foi inaugurada.

Deve ser ressaltada a importância da CESP, já que entre os anos de 1958 a 1965, ano da conclusão da usina, a construção empregou até 1500 empregados, muitos deles de fora de Bariri, fato este que movimentou sobremaneira o comércio local. Ademais, a então Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo foi responsável pela construção da Vila Operária, com cerca de 300 casas de madeira.

Quando entrou em funcionamento, a usina empregou diretamente cerca de 150 funcionários, já que a chefia da sede do Setor Tietê era na cidade de Bariri, fato que se manteve até o ano de 1974, quando então, a citada chefia passou para Bauru, havendo, então, uma drástica diminuição dos funcionários. A usina

²⁵ Entrevista concedida pelo Senhor Ricardo Perez, ex-funcionário da CESP, no dia 03/05/2004.

possui três geradores com cerca de 41 megawatts cada uma.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS PÚBLICAS EM BARIRI

3.1. GESTÃO MUNICIPAL ANTES DE 1.988.

Conforme SILVA (1995: 52) a transformação da sociedade brasileira da fase rural para a urbana ocorreu durante o período de 1960 a 1980. Em 1960 a taxa de urbanização brasileira era de 36,25%, enquanto em 1980, essa taxa já alcançava 67,2%.

Assim, o crescimento da urbanização implicava a ampliação da demanda por serviços públicos, como conseqüência, ocorria uma relativa escassez de recursos para o Poder Público local garantir a oferta necessária desses bens e serviços públicos, especialmente onde o crescimento urbano era mais acentuado.

Apesar de a Reforma Tributária de 1966 ter ampliado os recursos disponíveis para os municípios, havia uma série de vinculações de receita e uma crescente pressão da demanda por serviços em maior e melhor quantidade, gerando a sensação de “pobreza” por parte das prefeituras.

Por essa época, em municípios como Bariri, acontecia também este processo de transformação da realidade local, proporcionada pela formação de novas vilas, provocadas pelo êxodo rural e a conseqüente necessidade da criação

de novos empregos com o aumento da população urbana.

Com isso, os gestores municipais trabalhavam no sentido de fomentar políticas públicas adequadas a uma nova realidade, como, buscar atender as demandas provocadas pelas diversas funções de governo, como: educação, saúde, assistência, habitação, urbanismo, e principalmente geração de emprego e renda.

Para além da prestação daqueles serviços que compunham essencialmente as atribuições municipais tais como: vias públicas, limpeza, iluminação, higiene, trânsito, etc os municípios começam a enfrentar o desafio de atender urgências sociais que ultrapassam as limitadas e pontuais intervenções que no campo do social desenvolviam anteriormente. Os problemas de habitação, saúde, educação, emprego, alimentação, etc. começam a constituir matéria cotidiana de atenção municipal.

As dificuldades financeiras do Estado a nível central para cumprir com eficiência e eficácia os serviços públicos tradicionais vinculados às políticas sociais setoriais determinaram que as pressões populares se voltassem para a instância de governo local em busca de alternativas para suas demandas sociais.

Esta situação incidia em uma reformulação dos papéis historicamente atribuídos aos municípios.

Estes novos papéis que os municípios tiveram que assumir por via dos fatos, não eram compatíveis com a necessária infra-estrutura, recursos financeiros e com pessoal idôneo disponíveis. Estavam em frente a um grande desafio de fortalecimento e modernização das estruturas organizativas municipais, o que implicava dotá-las de ferramentas específicas, de maiores recursos financeiros e de uma maior profissionalização de sua gestão.

Com isso, os governos locais municipais buscavam compensar as dificuldades que se apresentavam com a busca de recursos em forma de auxílios e subvenções junto aos governos do Estado e da União, que de forma centralizada, procuravam sanar por intermédio de convênios dirigidos, problemas de educação, saúde, habitação e assistência social.

Com a assistência social a existência de política assistencialista era desenvolvida por intermédio do próprio município, com escassos recursos e às vezes com a intervenção da instituição federal Legião Brasileira de Assistência – LBA, e do Fundo Social de Solidariedade – FSS, ligado ao Gabinete do Prefeito e

a primeira dama, criado no início dos anos 80 pelo Governo Montoro. Também se verificou a existência de creches municipais e da creche Madre Leônia de direito privado, dirigida pelas irmãs de caridade da ordem "Claretianas". Verificou-se ainda, a presença de pessoas idosas acolhidas pelo Lar Vicentino, instituição filantrópica, de direito privado, à época, mantido principalmente com auxílio da própria comunidade e algumas subvenções governamentais.

Em Bariri, por essa época, verificou-se ainda, o desenvolvimento de política habitacional. Proporcionada pela intervenção do Governo do Estado de São Paulo, através da (CDHU), houve a construção de 102 casas no núcleo habitacional "Dr. Armando Galízia", durante a administração 1977/1982, também conhecida como Núcleo I; a construção de 100 casas no núcleo habitacional Dona Annida de Angelis Oréfice, pela administração 1983/1988, conhecida como Núcleo II.; no Núcleo III, também na administração 1983/1988, um total de 114 casas, denominado Núcleo Habitacional Osório Oréfice e ainda, a construção de 248 casas, a qual teve início na administração 1983/1988 e conclusão na administração 1989/1992, também no Núcleo Habitacional Osório Oréfice. Ainda nos mandatos acima, foram construídas, nas proximidades do Bairro Livramento, um total de 80 casas, que recebeu o nome de Maguin Villas.

Essa política habitacional tem continuidade até os dias atuais. Após esse período, houve a construção de casas com recursos do governo da União, através do Programa Carta de Crédito, junto a Caixa Econômica Federal, como, a construção de 145 casas no Jardim Iguatemy, no Núcleo Habitacional Antonio Francisco Galano e 40 casas no Jardim São Marcos, durante a administração 1997/2000.

A educação, sua gestão, o ensino fundamental e o médio eram de responsabilidade do governo do Estado. Ao município cabia desenvolver a merenda escolar e o transporte de alunos, com auxílio do governo estadual e parte da manutenção do ensino desenvolvido pelo Estado, pois era necessário atender preceitos constitucionais de gasto mínimo com educação. Também o município, desenvolvia a educação infantil, com a manutenção e construção de pré-escolas.

Quanto à saúde, passou a ser municipalizada a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, por intermédio de convênio assinado junto ao Governo do Estado. De forma centralizada, contratou-se médico para atendimento à

população junto ao Centro de Saúde II do município. Também foram criados pelo Município, os Serviços de Atendimentos Odontológicos Médicos Ambulatoriais – SOMAS I, II e III para atendimento médico-odontológico à população, em locais estratégicos na zona urbana.

Na década de 80, o município também passou a desenvolver programas de geração de emprego e renda com a criação de dois Pólos Industriais I e II. Desapropriou imóvel junto à rodovia SP. 304, repassando-o em forma de doações às empresas interessadas em se estabelecer no município.

No início dos anos 80, no setor agrícola, também acontece a municipalização através de assinatura de convênio junto ao Governo do Estado de São Paulo (Governo Montoro) e a contratação de agrônomo para desenvolver trabalhos de assistência técnica junto aos lavradores da zona rural.

3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DESCENTRALIZADAS

Conforme FINATEC (2004:123), a existência de um Estado centralizado representa, nos dias atuais, um fator negativo tanto do ponto de vista funcional (ineficiência das políticas setoriais e dos serviços públicos) quanto do ponto de vista democrático, no que diz respeito à sua capacidade para promover uma necessária e urgente redefinição das relações entre Estado e Sociedade.

Na sua constituição, a descentralização foi concebida para responder a esse desafio tendo em vista a relação com três atores do jogo político administrativo, como já mencionamos no Capítulo I: a burocracia, a sociedade civil e a representação política instituída pelas regras da democracia representativa. Do tensionamento da relação cotidiana com esses atores é que vai se conformando o processo de descentralização.

Para BAVA (1996: 64), considera-se que a cena local é um âmbito privilegiado pra observar e avaliar estes processos de geração de atores sociais, de construção de suas capacidades e potencialidades em termos de iniciativa, de gestão de políticas em nível local e nacional e também da criação e inovação de formas de articulação e negociação público-privado.

Assim, e na mesma linha de reflexão, não podemos deixar de levar em consideração as mudanças na elaboração e implementação das políticas sociais e sua incidência nos âmbito do município, assim, como a relevância do processo

de descentralização.

A política de assistência social desenvolvida no Município tem fundamento constitucional como parte do sistema de seguridade social.

A assistência social, assim como a saúde, é direito do cidadão que independe de sua contribuição prévia e deve ser provido pela contribuição de toda a sociedade. Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida face às situações de vulnerabilidade.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme NOB/SUAS (2005: 22), tem como um dos objetivos a transformação da política de assistência social em uma política realmente federativa, por meio da cooperação entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

A plena concretização do federalismo cooperativo no país requer o aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental. Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, à diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades sócio-econômicas regionais e à natureza cada vez mais complexa dos problemas urbanos, ambientais e de desenvolvimento econômico territorial, que exigem soluções intersetoriais e intergovernamentais. Neste contexto, sobressai a importância de fortalecer a articulação e cooperação das esferas de governo no âmbito do espaço sub regional.

Assim, o SUAS comporta quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

No caso da Gestão Municipal, três níveis são possíveis: Inicial, Básica e Plena.

Em Bariri, o município assume a gestão da proteção social básica. Neste tipo de gestão, ao gestor é conferido assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território. (NOB/SUAS, 2005, p: 24),

Conforme a NOB/SUAS (2005: 37), a habilitação do município à condição

de Gestão Básica depende do cumprimento de todos os requisitos descritos na NOB/SUAS – 2005 – designados para este tipo de gestão, além de, entre outros, comprovar a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Tutelar - CT e Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS; alocar e executar os recursos financeiros próprios no FMAS que propiciem o cumprimento do compromisso de co-financiamento e instituir o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no município em conformidade com o estabelecido nesta norma no item critérios de partilha.

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS – do município de Bariri, formulado para o exercício de 2.004, Quadro 3 – Síntese Diagnóstica para Formulação do Plano – estão definidas as necessidades e prioridades na área de assistência social do município, bem como, a contemplação de alguns aspectos, objetivos e proposta de ação municipal, como:

- desenvolver ações de apoio psicossocial e sócio familiar a 150 crianças; cadastro de 41 famílias com renda mensal de até um salário mínimo;
- atendimento a 1.600 famílias em situações emergenciais, com renda de até dois salários mínimos;
- acompanhar 1005 dos adolescentes inseridos na medida sócio educativa e seus familiares;
- encaminhar idosos e pessoas portadoras de deficiência comprovada com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, para recebimento de benefício financeiro;
- cadastrar 100% das famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, para inserção na rede de proteção social;
- promover ações de qualificação e requalificação profissional a 250 pessoas acima de 14 anos;
- proporcionar a 550 idosos, condições para desenvolver suas potencialidades, estimulando a inter-relação e o convívio social;
- proporcionar a 221 crianças com idade de 04 meses até 06 anos e 11 meses, desenvolvimento integral mediante atividades pedagógicas, artísticas de socialização, higiene e saúde e de integração com a família e a comunidade;
- propiciar a 150 pessoas portadoras de deficiência, condições para alcançarem e manter uma situação funcional, assegurando a interação social;

- prestar atendimento asilar a 70 idosos;
- contribuir para a formação global de 20 crianças/adolescentes de 0 a 18 anos, vítimas de maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, abandono material e intelectual.
- socializar 230 crianças/adolescentes, provenientes de famílias de até 02 salários mínimos, através de atividades sócio educativas e profissionalizantes;
- atender 20 adolescentes, através de atividades sócio-educativas, laborativas ou ocupacionais e espirituais, com vistas ao resgate de valores éticos e morais e o rompimento da dependência química.

Quanto aos serviços de saúde no município, a atuação deve estar sempre em consonância com as normas do SUS, e por conseguinte atua em acordo com a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que atualiza as condições de gestão estabelecidas na NOB SUS 01/96, vem explicitar as responsabilidades, os requisitos relativos às modalidades de gestão e a prerrogativas dos gestores municipais.

Descreve no inciso 52, que a habilitação dos municípios e estados às diferentes condições de gestão significa a declaração dos compromissos assumidos por parte do gestor perante os outros gestores e perante a população sob sua responsabilidade.

Dessa forma, os municípios poderão habilitar-se em duas condições:

- Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada; e
- Gestão Plena do Sistema Municipal.

Em Bariri, o município tem Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada; Conselho Municipal de Saúde, criado sob a Lei 2.821 de 18/02/1997 e Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei 2.470 de 17 de agosto de 1983.

Conforme o Plano Municipal de Saúde, datado de 01/09/2005, o município possui 05 Unidades Básicas de Saúde – UBS, como: o Centro de Saúde II, o Serviço Odontológico Médico Ambulatorial, três unidades de Serviços Médicos Odontológicos e Ambulatoriais e o Centro de Diagnose.

Quanto ao financiamento do Setor de Saúde, além dos Recursos recebidos, pelo Plano de Atenção Básica – PAB, do governo federal e de convênios com o governo do Estado e da União é preceito constitucional que o município gaste anualmente no mínimo, 15% das receitas arrecadadas,

provenientes de impostos, com saúde. Nos últimos exercícios financeiros, o município tem despendido em torno de 17 a 18% dessa arrecadação, conforme dados obtidos junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura.

Quanto à Educação, o art.208 da Constituição de 1988, afirma: *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.”* E ainda, no § 2º do artigo 211, *“Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”*.

Conforme art.11 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O parágrafo único, deste artigo, acrescenta, que: Os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

O art. 212 da Constituição Federal de 1988, diz que: os Municípios aplicarão, anualmente, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 05/10/1988, diz que: nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por

cento dos recursos a que se refere o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

Através da Lei Federal nº 9.424/96 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Formado por contribuições retidas de transferências intergovernamentais constitucionais dos Estados e dos Municípios – (ICMS, FPM e FPE), determina que 60% desses recursos sejam destinados com gastos de salários de profissionais do magistério.

Em Bariri, atualmente, a educação não possui convênio de municipalização com o Estado, referente ao ensino fundamental. Contudo, é desenvolvida pelo município, educação de ensino fundamental em estabelecimentos próprios.

Conforme dados obtidos junto ao Setor de Educação do Município, em Bariri, atualmente, existem: 09 escolas de pré-escolas, sendo 06 municipais e 03 particulares; 05 escolas de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), sendo 01 municipal, 02 estaduais e 02 particulares; 06 escolas de Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), sendo 01 municipal, 03 estaduais e 02 particulares e 03 escolas do Ensino Médio, sendo 02 estaduais e 01 particular.

A política relativa à geração de emprego e renda também é preocupação da administração local. Apesar desse tipo de política pertencer a um espaço econômico mais amplo, no município existe o setor de desenvolvimento, cuja missão é a de desenvolver trabalhos nesta área.

3.3. PRINCIPAIS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS.

Vem ganhando crescente importância o debate sobre o papel das pequenas e médias empresas na economia nacional. Recentemente esse debate incorporou mais uma dimensão dessa questão: o significado dos pequenos empreendimentos, envolvendo pequenas associações, segmentos de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores.

A constatação de que as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico do país nas décadas futuras também dependem do estímulo à criatividade de atores locais, vêm favorecendo uma multiplicidade de experiências

de âmbito local e regional, algumas delas resultados significativos para a melhoria das condições de vida das populações de baixa renda.

Regra geral, o principal ator que vem impulsionando esse processo ainda é o setor público, notadamente as Prefeituras Municipais. Obviamente que estas vêm contando com o apoio de federações empresariais, fundações privadas de pesquisa e capacitação, associações empresariais de âmbito local e regional, etc. Contudo, só recentemente é que as instituições empresariais têm adotado uma postura mais ativa no sentido de reconhecer o papel estratégico assumido pelos pequenos empreendimentos no país. A partir da mudança do papel do Estado nacional enquanto único agente organizador da sociedade e promotor do desenvolvimento econômico, o poder local passou a assumir papel de destaque na execução de estratégias regionais e locais de desenvolvimento. Tendo em vista sua proximidade com agentes econômicos locais e com atores estratégicos para a mobilização da sociedade civil, este vem assumindo, em alguns municípios, papel fundamental na dinamização da economia e no estímulo às vocações do lugar. No plano político esse papel vem sendo estimulado pelo processo descentralizador²⁶ deflagrado pela Constituição de 1988, que também gerou lacunas político-institucionais antes preenchidas pelo Governo Federal.

3.3.1. Casa do Artesão

No contexto desse esforço vêm se configurando algumas tendências básicas de intervenção por parte do poder público. A primeira delas é a reorganização de linhas de financiamento e apoio a políticas tradicionais destinadas a pequenos agricultores e empreendedores _ como é o exemplo da *Casa do Artesão* (Prefeitura de Bariri, 2002: 89) de Bariri, que é um espaço cedido pela prefeitura onde são desenvolvidas aulas de línguas, música, programas de alfabetização e cursos de artesanato de amarrão, além de funcionar como sede de trabalho e exposição dos artesãos associados. O mesmo prédio abriga a Associação dos Artesãos Baririenses. Graças à parceria com o SEBRAE, os artesãos têm condições de participar de feiras de artesanato em outras cidades e regiões, divulgando seus trabalhos.

²⁶ Considera-se administração pública o conjunto de órgãos do Estado incumbidos de executar os serviços públicos, pode ser centralizada ou descentralizada, conforme a Constituição de 1988. Na primeira hipótese, o Estado provê os serviços de interesses coletivo mediante organismos próprios, integrados numa estrutura hierárquica. No segundo caso, o Estado administra indiretamente, por delegação, para tanto. Institui organismos autônomos, aos quais confere personalidade estatal.

3.3.2. Incubadora de Empresas

Uma segunda modalidade de apoio, que também representa um desdobramento modernizado de formas de atuação mais tradicionais, tem sido a modernização da infra-estrutura local, a criação de modernos distritos industriais dotados de centros de comunicação, a criação de incentivos fiscais e a articulação administrativa e financeira entre Prefeituras de uma mesma região, neste caso Bariri oferece a *Incubadora*, Núcleo de desenvolvimento Empresarial, que é um programa de assistência temporária a empresas industriais nascentes, foi criada pela federação e centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIES/CIESP), por acreditarem que a sobrevivência das micro e pequenas empresas dependem, principalmente, do apoio que receberem na sua fase inicial. Temos as seguintes empresas filiadas: Fregal, HM, Tum Brasil, Metrion, Fellipi & Fernandes, Ioflex, Sta Lúcia, Bobinas Santos, Kezo, Ultraflex, Bucha e Vida.

Os objetivos da Incubadora são: oferecer condições para aumentar as chances de sucesso de novas indústrias; introduzir novas indústrias no contexto sócio-econômico local; gerar novos empregos; fortalecer a economia local; formar empreendedores sintonizados com as exigências de competitividade em uma economia globalizada; promover a inovação tecnológica através do intercâmbio em universidades, institutos de pesquisa e grandes empresas.

A Incubadora oferece aos empresários, além da infra-estrutura, serviços de apoio, tais como: assistência no gerenciamento do negócio; apoio na comercialização dos produtos; orientação à exportação; gestão financeira e de custos; orientação jurídica e outros serviços conforme a necessidade do empresário.

Os critérios para a seleção são: viabilidade econômica-financeira para iniciar um empreendimento; espírito empreendedor; dedicação exclusiva ao empreendimento (viver dele); idoneidade comercial e pessoal e processo de fabricação não poluente.

A Incubadora de Bariri²⁷ é considerada o diferencial para o município. Esta por sua vez, existe em razão de um convênio entre a FIESP, SEBRAE e Prefeitura Municipal. O sistema funciona assim: a FIESP é gestora dos recursos financeiros advindos do SEBRAE. Portanto, o SEBRAE entra com os recursos

²⁷ A Incubadora de Bariri está instalada na rua Camilo Resegue, 68.

financeiros e a FIESP e a Prefeitura com recursos econômicos, tais como: fornecimento do local onde funciona a incubadora, aluguéis, consultoria, etc.

As empresas incubadas recebem consultoria do sistema, treinamentos voltados para a gestão de empresas. Participam de Feiras, como, Anhembi em São Paulo, Expo-Music de alcance internacional, e outras²⁸.

São muitas as cidades de todos os estados brasileiros que optaram pela estrutura das “Incubadoras” como forma de gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento sustentado. Pois, o mundo todo passa por um momento de grande dificuldade no que se refere à questão do desemprego e da desigualdade. A globalização da economia e o avanço das novas tecnologias têm provocado profundamente transformações no modelo de produção e, conseqüentemente, no modelo de geração de emprego e renda.

As indústrias mudaram, antes as grandes empresas empregavam milhares de trabalhadores com boa qualificação e salários razoáveis, hoje as indústrias são cada vez mais automatizadas e empregam menos homens. Assim como a agricultura, que deixou de ser uma produção intensiva na mão-de-obra para ser altamente mecanizada, onde máquinas “empurram” homens. Por isso que a dificuldade dos tempos atuais é como criar empregos e aumentar a renda da população brasileira. Para tanto, desde 1991, o SEBRAE apóia ações de implantação, desenvolvimento e fortalecimento de incubadoras de empresas por meio de treinamento gerencial, participação em feiras, rodas de negócios, programa de qualidade, missões técnicas, entre outros.

3.3.3. Banco do Povo e PAT

Uma terceira via de estímulo aos pequenos empreendimentos tem surgido no rastro dos denominados “bancos sociais”, que são instituições de financiamento e capacitação que realizam empréstimos a pequenos empreendedores e cooperativas a juros baixo dos cobrados pelo mercado, sem necessidade de garantias formais. É o caso do *Banco do Povo* de Bariri, uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Bariri, que auxilia o produtor no financiamento de dinheiro para a compra de equipamentos ou demais necessidades para a produção, com juro baixo de 1% ao mês. Desde o início da implantação do Banco do Povo, em 15/06/2002, temos os seguintes

²⁸ Informações fornecidas por Maria Vicentina Gonzaga, gerente da Incubadora

dados²⁹:

Número de Contratos: 442

Valores Financiados: 1.425.308,20

Valor médio dos financiamentos: 3.224,68

Posição em: 14/01/2005

Ao trabalhador, Bariri também oferece o *PAT*, Posto de Atendimento ao Trabalhador, que é uma rede de postos que concentram e disponibilizam os serviços da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, que pode ser utilizado também pelas empresas para oferta de vagas e seleção de pessoal. Se destina a qualquer trabalhador que tenha interesse em novas oportunidades de trabalho, em cursos de qualificação pessoal, ou até dar entrada no seguro-desemprego. Observando as tabelas³⁰ abaixo é possível notar um aumento significativo pela procura do *PAT*, no ano de 2003 ocorreu 255 contratações através deste sistema, já em 2004 os números aumentaram para 731, e neste ano de 2005 só em janeiro foram 112.

Tabela 17 - Contratações pelo PAT

Ano	Contratações
2003	
Ano 2003/Jan/Dez Total	255
2004	
Janeiro	31
Fevereiro	34
Março	56
Abril	49
Maio	67
Junho	40
Julho	61
Agosto	37
Setembro	101
Outubro	53
Novembro	110
Dezembro	92
Ano 2004/Jan/Dez Total	731
2005	
Janeiro	112

Fonte – site www.emprego.sp.gov.br

Podemos notar também, uma evolução do emprego formal, conforme

²⁹ Dados retirados do site www.bariri.sp.gov.br

³⁰ Índices de movimentação do emprego do ano de 2004, através do *PAT*, iniciado em 2003, ver site www.bariri.sp.gov.br

demonstra a tabela abaixo³¹:

Tabela 18 – Emprego Formal em Bariri

Mês	Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo	Variação (%)
Janeiro	138	307	-169	-3,19
Fevereiro	134	152	-18	-0,35
Março	181	119	62	1,21
Abril	604	115	489	9,45
Maiο	250	144	106	1,87
Junho	265	141	124	2,15
Julho	231	147	84	1,42
Agosto	202	133	69	1,15
Setembro	253	151	102	1,68
Outubro	234	168	66	1,07
Novembro	163	159	4	0,06
Dezembro	160	505	-343	-5,54

Fonte – site www.emprego.sp.gov.br

Tabela 19 - Resumo Anual do Emprego Formal de Bariri

Ano	Total Admissões	Total Desligamentos	Saldo	Variação (%)
2001	2081	1940	141	2,95
2002	2344	1967	377	7,54
2003	2584	2162	422	8,75
2004	2005	1258	747	14,10

Fonte – site: www.emprego.sp.gov.br

A situação da Geração de Emprego e Renda de Bariri pode ser considerada diversificada. Conforme nos informa Roberto Tavares De Lima³², a população baririense retira seu sustento de diversas formas; a maior parte da população trabalha na área da Agricultura com mão-de-obra não qualificada, setor este que possui uma empregabilidade grande; depois temos o Parque Industrial, que abrange diferentes setores, Bariri possui várias indústrias, fábricas de chapéus, de artefatos, de cimento, perfuração de poços artesanos, fábricas de

³¹ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923, dados fornecidos pelo MTE, encontrados no site: www.bariri.sp.gov.br

³² Diretor do setor de desenvolvimento Municipal de Bariri, que nos concedeu uma entrevista no dia 12/04/2005, ver bibliografia.

roupas íntimas, infantis e adultos, de cadeiras, de equipamentos automobilísticos, etc; temos também um comércio grande e atuante que emprega muitas pessoas, e por fim, existe a indústria invisível, que é a indústria da construção civil, a maior empregadora deste município, onde 95% dos empregados trabalham sem registro na carteira de trabalho.

Transformando estes dados em números constatamos a Construção Civil como a Indústria que mais fornece empregos em Bariri, com 2500 trabalhadores, ou seja, predomina o “Emprego Informal” nesta cidade. Em segundo lugar encontramos a Prefeitura Municipal, com 750 empregados, depois temos a Indústria de Açúcar e Alcool, 350, e durante as safras 600, a Frisokar com 450 empregos e a Fábrica de Plástico de Bariri com 300 trabalhadores.

3.3.4. Sindicato Rural

O Sindicato Rural³³ é um órgão presente no município de Bariri, representante da classe patronal rural. Promove dissídios coletivos por intermédio de si mesmo, através do representante Regional de Jaú e também por intermédio da FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo). Representa o setor canavieiro, a citricultura, a chamada lavoura branca (soja, café, milho e outros cereais, além da pecuária).

Em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), realiza cursos direcionados ao produtor rural e seus familiares, e ainda ao trabalhador rural de forma geral, visando à formação de mão-de-obra qualificada, como: operação e manutenção de máquinas agrícolas, de colheitadeiras, aplicação de agrotóxicos, laranja-pragueiro, cerqueiro, tratamento de madeira e outros.

Visando a promoção social, cursos de alimentação e artesanato, como: processamento de carne suína, carne de frango, peixe e outros. Na área de artesanato, o objetivo maior, é à busca da melhoria da renda do agricultor, que aproveita matérias ociosas da propriedade, como palha, folha de bananeira, bambus, madeiras, argilas e outras, para produzir algo mais e com isso, melhorar a renda.

Os cursos são colocados à disposição dos produtores e trabalhadores rurais, sem custo algum. Durante o ano de 2.004 foram beneficiadas cerca de 600

³³

¹ O Sindicato Rural de Bariri está instalado na avenida General Ozório, 75.

pessoas.

O Sindicato promove ainda, eventos que são voltados para o lazer, sempre objetivando o resgate da cultura rural, como: apresentação de duplas caipiras, sertanejas, festas juninas, cavalgadas, campeonatos de pescas, gincanas e outros.

Existe também um convênio médico com a UNIMED do município de Jaú, onde o filiado passa a ter direito a atendimento médico-hospitalar, pagando contribuições mensais menos onerosa do que a normal. Usam do benefício por volta de 160 usuários.

Sobre a existência de Cooperativas e Associações Rurais no município, a senhora Izildinha Bargas Venturini, Secretária do Sindicato, entrevistada, quando perguntada a respeito, nos diz: “É difícil a assimilação dessa cultura por parte dos agricultores, quando falamos em cooperativas, associações etc. neste município. Já pensamos em fomentar a criação de tais associações no setor hortifrutigranjeiro e também do leite. Não obtivemos êxito algum a respeito. No momento esta sendo criada a Associação dos Plantadores de Cana do Município de Bariri”.

Citamos ainda, outras atividades promovidas pelo Sindicato, como: participação em feiras e simpósios, excursões a esses locais, como: AGRISHOW em Ribeirão Preto-sp, HORTITEC em Holambra-sp, Agroindústria em Serra Negra-sp e São Carlos-sp e outras, onde o produtor passa a ter contato de forma direta com o fornecedor, conhece novas tecnologias a respeito de sua atividade e com isso melhora ainda mais seus conhecimentos a respeito.

O Sindicato também trabalha como intermediário, quando o filiado tem que resolver questões com órgãos do governo, como, IBAMA, pagamento do uso da água, etc; questões com Instituições Financeiras, como: parcelamentos de financiamentos, seguro das lavouras, etc.

3.3.5. Setor de Agricultura e CATI

O Setor de Agricultura da prefeitura Municipal de Bariri está proporcionando atividades para alcançar alguns objetivos para o município, como: aumento da produtividade das propriedades envolvidas e com isso aumentar a rentabilidade dos proprietários; fornecer manutenção periódica das estradas municipais rurais; conscientizar e sensibilizar a população para os problemas ambientais, visando melhorias na qualidade de vida; recuperar áreas ribeirinhas

degradadas, como parte do processo de desenvolvimento sustentável; arborizar ruas e praças, trazendo melhorias ao meio ambiente e bem estar da população; produzir mudas para arborização urbana, melhoria das praças e revegetação de áreas degradadas; capacitar produtores rurais e munícipes de modo geral em técnicas que lhes propiciem melhor remuneração.

Quando o solo perde a capacidade produtiva, todos perdem: o agricultor, a comunidade e o meio ambiente. Por isso, a degradação do solo é um problema muito grave, que só pode ser resolvido com a união daqueles que têm interesse direto na terra: os agricultores. Este quadro pode ser revertido através do programa estadual de Microbacias³⁴ Hidrográficas, com técnicas e metodologias de preservação que produzem um impacto menor sobre os recursos naturais. O programa organiza e coordena as comunidades de pequenos produtores, desenvolvendo estratégias que promovem a melhoria do padrão de vida dos agricultores e da comunidade.

3.3.6. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI – responsável pelas ações de extensão rural no Estado, órgão este, ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é quem executa o projeto Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas implantado neste Estado. Conforme este órgão, tal programa surgiu em função das necessidades dos produtores rurais, verificando-se que o atendimento dessas necessidades requer ações integradas com a participação de todos: Sociedade organizada, organizações não governamentais, empresas privadas e instituições públicas municipais.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas³⁵ é uma estratégia proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, com apoio do Banco Mundial, para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através da implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam melhoria nos níveis de renda, mais produtividade das unidades de produção, recuperação, recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a qualidade e a quantidade das águas.

³⁴ Microbacia é uma área geográfica delimitada por divisores de águas (espigões), drenada por um rio ou córrego, para onde escorre a água da chuva.

³⁵ Fonte: www.cati.sp.gov.br

Segundo a CATI, as famílias de produtores rurais da microbacia compartilham os recursos naturais e devem buscar em conjunto a solução dos problemas que impedem o desenvolvimento da comunidade.

Com a implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, os problemas de degradação de recursos naturais deverão ser enfrentados de forma global e integrada. Assim, a erosão, presente na maioria das propriedades agrícolas, controlada de forma conjunta, garantirá a conservação do solo e do seu potencial produtivo em toda a área da microbacia.

Da mesma forma, é possível evitar também que se agravem os problemas de erosão causados pelas estradas rurais e, ao mesmo tempo, reduzir os custos com sua manutenção.

Com os sistemas de produção implantados, objetiva-se a redução do uso de agrotóxicos, diminuir os riscos de poluição dos recursos naturais, contaminação de alimentos e intoxicação dos agricultores e trabalhadores rurais.

Com tais objetivos, a introdução de alternativas tecnológicas e a conscientização dos agricultores e de suas famílias para a preservação e conservação dos recursos naturais nas microbacias, aliadas ao fortalecimento da organização dos produtores e à capacitação para gestão adequada das propriedades, deverá possibilitar maior produção, produtos de melhor qualidade, maior valor agregado, com o equilíbrio de meio ambiente.

Poderão participar do programa todos os municípios do Estado de São Paulo que tenham o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural legalmente formalizado. Para isso, só é preciso manifestar interesse apresentando uma proposta de adesão.

As propostas serão analisadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, que definirão a ordem de prioridade para atendimento dos municípios interessados. Prioritariamente, serão atendidos os municípios que apresentarem maiores níveis de degradação dos recursos naturais e pobreza rural.

O programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, para atingir seus objetivos, depende da participação efetiva de todos os setores da sociedade que possam contribuir para proporcionar às famílias rurais soluções adequadas a seus problemas e, assim, assumir um “compromisso com a qualidade de vida”.

Conforme o Plano de Microbacia Hidrográfica do município de Bariri/Itaju,

que se encontra localizada na divisa geo-política desses municípios de Bariri e Itaju, essa MBH caracteriza-se pela exploração agropecuária. A sua colonização deu-se a partir do final do Século XIX, pelos imigrantes italianos. Após o desbravamento das matas ali existentes, iniciou-se a implantação da cultura cafeeira, juntamente com culturas de subsistência como milho, arroz e feijão, acompanhadas com a criação de animais de tração (muare) e para consumo (suínos e aves). Tem formação católica e nível de instrução baixo, tendo como lazer o jogo de futebol e bocha.

Quanto aos recursos naturais, estes eram abundantes e ricos por natureza, hoje se encontram degradados e muitas das nascentes antigas secaram, toda a mata ciliar que existia foi derrubada para a agricultura, sendo que hoje encontramos pequenos maciços isolados. A fauna é praticamente inexistente.

Quanto aos solos, que no começo da colonização eram muito férteis, hoje se encontram em avançado estágio de degradação quanto a sua fertilidade, com ocorrência de voçorocas isoladas e erosões em sulcos e laminares.

Em razão destes fatores e o grande número de pequenas propriedades e a alta densidade demográfica, é que se optou pela priorização desta microbacia hidrográfica.

Foi criado na Prefeitura Municipal de Bariri o Setor de Obras e Ambiente, que em parceria com a Unicamp está formulando uma lei que cria a Universidade Livre do Meio Ambiente. Esta Lei visa buscar recursos para investir em mão-de-obra, educação e no meio ambiente, mas no momento é um trabalho que está em andamento.

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Tietê/Jacaré, instalado em 1995, tem como prioridades de ação a educação ambiental, o desenvolvimento do potencial da hidrovía Tietê-Paraná, saneamento, controle da poluição industrial, proteção de mananciais, monitoramento das águas subterrâneas e controle da erosão. Entre os municípios que compõem o Comitê estão Bariri, Brotas, Ibitinga, e outros.³⁶

Um projeto que está sendo financiado por este comitê é o da criação de uma estação de tratamento de esgoto, que será uma lagoa anaeróbica, e cujo processo de limpeza consiste na flotação. Está sendo construído um interceptor que irá evitar o lançamento do esgoto doméstico no córrego do município,

³⁶ www.recursoshidricos.sp.gov.br

conduzindo-o até a nova estação.

Há, além disso, projetos de reconstituição de mananciais, onde para cada árvore cortada ou comprometida, deve ser replantada uma determinada cota de novas árvores. O IBAMA também vem agindo na área de reflorestamento, e através de um trabalho de consciência ecológica, determinou que ninguém pode interferir em qualquer área que fique a menos de 30 metros do Rio Tietê. Foi uma “lei que pegou”, como dizem no município.

Outro projeto andamento em Bariri é o de desassoreamento do Lago Municipal. O Lago vinha enfrentando problemas de assoreamento, depredação da vegetação nativa e acúmulo de lixo. Como medida de recuperação da área, o setor de Obras do município iniciou um trabalho de escoamento das águas do lago, para que depois que estiver seco, realizar a limpeza e o desassoreamento. Este projeto teve início no final do mês de junho de 2002 e não consta data prevista para seu término.

Apesar de não possuir nenhuma lei de zoneamento urbano ou relacionada ao uso e ocupação do solo, a Prefeitura tem projetos como a Universidade Livre do Meio Ambiente que visa buscar recursos para investir em mão de obra, educação e meio ambiente.

Bariri também faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Tietê/Jacaré. Esse comitê financia a criação de uma estação de tratamento de esgoto para evitar a poluição do córrego do município.

3.3.7. Meio Ambiente, Água e Esgoto

Sobre o Abastecimento de Água, o SAEMBA – Serviço de Água e Esgoto do Município de Bariri - a água que é fornecida para o município provém do manancial São Luis, que fica a 3 km do centro da cidade. Além do manancial, existem os poços artesianos.

Está sendo construída uma reserva para armazenar o excedente de água não consumido. A porcentagem da população que é servida por rede de água é de 100%, o volume de água distribuído diariamente por habitante é de 250 litros por habitante.

Conforme dados obtidos junto ao SAEMBA, 100% da população de Bariri é servida pela coleta de esgoto, mas ainda não há tratamento deste. Segundo João

Alberto Rodrigues Neto³⁷ a cidade de Bariri não possui tratamento de esgoto, todo o esgoto coletado nesta cidade desemboca em quatro Córregos: Sapé, Floresta, Budinho e Iguatemi, estes recebem todos os dejetos domésticos da cidade que se unem no Córrego do Mineiro que deságua no rio Tietê.

Por isso, foi construído um interceptor de esgoto de 2.400 metros, parte de um sistema de canal que capta o esgoto doméstico e ao invés de lançá-lo no córrego, ele passará pelo interceptor e os canais se ligarão até chegar à estação de tratamento. Isso faz parte de um Projeto de Tratamento do Esgoto em andamento, no qual será construída uma estação de tratamento em uma lagoa anaeróbica. Esta lagoa será impermeabilizada para não contaminar o lençol freático. O projeto está na fase de autorização para a instalação da estação de tratamento. Existe um projeto que prevê a instalação de uma estação de tratamento com recursos do Comitê de Bacias Hidrográficas, este projeto será financiado pelo Comitê de Bacias Hidrográficas da região do Tietê-Jacaré, por enquanto, o esgoto continua sendo despejado no córrego, mas cada vez mais distante do centro da cidade e próximo do leito do rio.

O Setor de Meio Ambiente³⁸ de Bariri, tem por objetivo realizar trabalhos de conscientização e preservação levando ao cidadão consciente a ter atitudes, motivações e envolvimento para trabalhar individualmente e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros, proporcionando o desenvolvimento sustentável e incentivando a implementação de práticas conservacionistas. Os serviços prestados por este órgão são: fiscalização do lixo doméstico; fiscalização do lixo industrial; fiscalização do lixo hospitalar; fiscalização do lixo verde, proveniente de podas e cortes de árvores, limpeza de praças, bosques e capinação de terrenos; fornecimento de guia de autorização de poda e erradicação de árvores; fiscalização de passeios e vias públicas.

Além dos serviços prestados, o Setor de Meio Ambiente possui o Núcleo de Educação Ambiental – Viveiro Municipal, que realiza programas de educação ambiental, oferece informações e apoio as questões ambientais e fornecimento gratuito a população urbana e rural de muitas árvores. Possui também o Posto de

³⁷ Diretor administrativo da Prefeitura de Bariri/SP, conforme uma entrevista cedida no dia 12/04/05.

³⁸ O objetivo do Setor de Meio Ambiente, assim como suas atividades foram retiradas do site: www.bariri.sp.gov.br

Atendimento ao Produtor Rural, que visa esclarecer a população sobre legislação ambiental; explicar programas e incentivos municipais e estaduais; promover palestras educativas e técnicas de preservação da fauna e flora.

A Limpeza Pública em Bariri serve 100% da população com a coleta de lixo; diariamente os lixos são colocados em valas com aterro, e 90% das vias públicas pavimentadas possuem o serviço de varrição. Além disso, o município tem coleta de lixo doméstico terceirizada, restando para a administração municipal a limpeza de ruas e praças públicas. A prefeitura possui ainda um sistema de limpeza de logradouros públicos, que é responsável pelo transporte de resíduos sólidos provenientes de construções, demolições, varreção de ruas e limpeza de praças públicas.

A Energia Elétrica e Iluminação Pública cobre 100% da população urbana e rural de Bariri; a extensão é de 130 KM de vias atendidas por energia elétrica, não há falta de energia para novas ligações, e a iluminação pública percorre todas as vias de grande movimento de veículos e pedestres.

3.3.8. Setor de Saúde e Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária é um setor vinculado à Diretoria de Saúde de Bariri. Sua função é “proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços”, coibindo práticas que coloquem em risco a saúde pública, através de um trabalho educativo, disponibilizando informação aos proprietários e funcionários dos estabelecimentos fiscalizados e, em último caso, punitivo, através de advertências, multas, inutilização de produtos e interdição de estabelecimentos, sempre tendo por objetivo a preservação da saúde da população, utilizando, para isso, a Legislação Federal, Estadual, e resoluções de seus órgãos reguladores ANVISA (federal) e CVS (estadual) e também a Legislação Municipal, para normatizar e controlar a fabricação, transporte, armazenagem e distribuição/comercialização de produtos e serviços de interesse à saúde pública.

Seguindo a Lei Municipal 3.337/03, a Vigilância Sanitária disponibiliza, no site³⁹, mensalmente informações resumidas sobre os estabelecimentos visitados, visando dar maior transparência ao serviço prestado e possibilitando maior interação com a comunidade.

³⁹ www.bariri.sp.gov.br

O órgão responsável pela saúde pública em Bariri, desenvolveu atividades proveitosas e benéficas para os munícipes durante o ano de 2004. Prestou manutenção da frota de veículos pertencentes à Saúde; comprou medicamentos não contemplados pelo Programa Dose Certa; manutenção de plantão médico – clínica geral no posto de atendimento do SOMA⁴⁰ II; contratação de médico especialista em angiologia para atendimento nos postos; triagem fonoaudiológica nas escolas; convênio com a Santa Casa de Misericórdia para exames de mamografia; manutenção de convênio com o Centro de Promoção Social para o programa “Médico da Família”; organiza programas permanentes de combate a Dengue; pactuação com o Governo Estadual e promoção da Vigilância Sanitária para ações de maior complexidade. Os Postos de Atendimento (SOMA) prestaram atendimento e serviços a 146.640⁴¹ pessoas de janeiro a dezembro de 2004, o que significa um bom funcionamento do setor de saúde na cidade de Bariri.

3.3.9. Ações Sociais

Bariri possui o Serviço de Ação Social muito ativo, que desenvolveu no ano de 2004, ações direcionadas a família, criança, adolescente, idoso e pessoa portadora de deficiência, conforme tabela:⁴²

Tabela 20 – Serviços de Ação Social de Bariri

Ações de Assistência Social	Mun.	Est.	Fed.	ONGS	Total
1. Programa Espaço Amigo	110	50			160
2. Programa Renda Cidadã/ Fortalecendo família		41			41
3. Plantão Social Família	1600				1600
4. Liberdade Assistida	5				5
5. Benefício de Prest. Continuada- Idoso e P.P.D.			47		47
6. Cadastramento único	100				100
7. Escola Profissionalizante	150				150
8. Clube da Melhor Idade? Idoso				550	550
9. Creche-criança	210		123	100	433
10. APAE- Pessoa Portadora de Deficiência			106	43	149
11. Lar Vicentino- Idoso				70	70
12. Casa Abrigo-Criança/adolescente				20	20
13. Centro de Promoção Social				230	230

⁴⁰Esse é o nome dado para o sistema público de saúde de Bariri, representa Sistema Odontológico e Médico Assistencial (SOMA).

⁴¹ Estatística de atendimentos encontrada no site www.bariri.sp.gov.br no setor Saúde.

⁴² Informações fornecidas pelo Serviço de Ação Social de Bariri em 21 de janeiro de 2005, nome do gestor Rosa Maria Canal, e-mail social@bariri.sp.gov.br

14. Centro Recuper. e Reinteg.– criança/adolesc.				20	20
15. Comunidade Terapêutica Estanislau Albanese				10	10
16. Prestação de Serviço a Comunidade	11				11

Fonte: site da cidade de Bariri, www.bariri.sp.gov.br

3.3.9.1. Espaço Amigo (criança/adolescente).

Conforme processo que solicita a renovação do registro do “Programa Espaço Amigo” junto ao COMDCA, o programa abrange famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, que residem em núcleo habitacionais na área urbana, em casas financiadas pelo CDHU. Não há indicadores precisos de crianças e adolescentes fora da escola, porém o índice de desemprego é alto.

A economia das famílias usuárias deste programa é mantida através de empregos em pequenas empresas, porém, a maior parte está no mercado informal e uma parcela menor encontra-se desempregada.

Na justificativa do processo acima, o programa se destina às crianças e adolescentes existentes no município, na faixa etária de 07 a 14 anos, cujas famílias não possuem meios para proporcionar condições mínimas para formação sócio cultural, física e moral, que lhes permita no futuro, participarem, ativamente do processo social, como cidadão de direito, consciente de seus deveres.

Oferece ações complementares à escola e de apoio psicossocial e sócio familiar a 150 crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos, prioritariamente aquelas em situação de risco social, sendo que realizou convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, para atendimento de 50 crianças/adolescentes. O Programa Espaço-Amigo é conveniado com o Estado e mantido pela Prefeitura de Bariri, o Estado envia verba para a manutenção de 50 crianças, enquanto que o Município sustenta 100. Segundo Carolina Malha Ventura⁴³ a unidade do projeto em Bariri conta com apenas 10 funcionários que trabalham de segunda a sexta-feira, das 07 horas até as 17 horas, atendendo dois grupos de crianças, uma turma pela manhã. outra a tarde.

3.3.9.2. Programa Renda Cidadã / Fortalecendo a Família.

Neste programa foram cadastradas 41 famílias com renda mensal de até 01 salário mínimo, beneficiadas através de apoio financeiro, atividades sócio educativas e de geração de renda, com vistas à inclusão social e melhoria na

⁴³ Psicopedagoga, Chefe da Unidade de Bariri, durante uma entrevista realizada dia 12/04/05.

qualidade de vida.

3.3.9.3. Plantão Social.

Conforme Relatório Anual das Ações Desenvolvidas pelo Serviço de Ação Social do município, referente ao exercício de 2004, o plantão social funciona como um centro de escuta e de orientações, balcão de informações e encaminhamentos, oferta de apoio temporário. É voltado para a defesa dos Direitos, compondo uma rede articulada e interconectada, o que garante um fluxo permanente de informações e definições de ações comuns.

No exercício de 2004, prestou atendimento a 1600 famílias em situação emergencial, com renda de até 02 salários mínimos, através de encaminhamento a programas e serviços existentes no município, como fornecimento de alimentos, medicamentos, exames especializados e laboratoriais, consultas médicas, cirurgias, provisão de documentos pessoais, próteses, passagens de ônibus e auxílio funeral.

3.3.9.4. Liberdade Assistida (adolescente).

Conforme "Liberdade Assistida Construindo Novos Caminhos", publicação do Governo do Estado de São Paulo, o Projeto da Medida Sócioeducativa de Liberdade Assistida é resultado de estudos e pesquisas promovidos pela FEBEM/SP no sentido de enfrentar o desafio de crer na medida sócioeducativa de liberdade assistida como mecanismo de integração social do menor quando restrita sua liberdade. Apresenta aspectos coercitivos, já que é restritivo de liberdade para o adolescente, ao lhe serem previstos padrões de comportamento e acompanhamento de sua vida sociofamiliar, uma vez que visa preservar a permanência do adolescente na família e na comunidade.

O projeto, resultado de convênio entre o Município e o Estado, visa promover a melhoria da qualidade do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, reconhecendo que a adequada execução dessa medida possibilita o rompimento do ciclo infracional e de violência do adolescente.

Em Bariri, no exercício de 2004, atendeu e acompanhou 05 adolescentes, inseridos na medida sócio educativa e seus familiares, através de uma metodologia de ação, possibilitando o rompimento de ciclo infracional e a violência.

3.3.9.5. Benefício de Prestação Continuada (Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência)

Conforme Manual de Orientação do BPC-LOAS, publicação do MPAS, a Constituição Federal de 1988, na Seção IV - Da Assistência Social, Artigo 203, Inciso V, determina "a garantia de um salário de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a Lei".

A Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, no seu artigo 2º, inciso V, regulamenta este benefício assistencial, garantindo 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. É o chamado Benefício de Prestação Continuada.

A garantia constitucional deste benefício no âmbito da assistência social caracteriza-o como um benefício assistencial. Tem direito:

a) todas as pessoas portadoras de deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo, independente de idade, e de terem realizado contribuições para a previdência social; e

b) todas as pessoas idosas, com 67 anos ou mais, pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo, independente de terem realizado contribuições para a previdência social.

Conforme Relatório Anual das Ações Desenvolvidas pelo Serviço de Ação Social - 2004, foram encaminhados, depois de passados por um processo de avaliação, conforme previsto em lei, idosos com 65 anos ou mais, e pessoas de deficiência comprovada com renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo, para recebimento de benefício financeiro, num total de 47 benefícios.

3.3.9.6. Cadastramento Único

Conforme o Relatório, foram cadastradas 100 famílias com renda *per capita* de até R\$100,00, para inserção das mesmas na rede de proteção social.

3.3.9.7. Escola Profissionalizante.

Criada com o objetivo de oferecer um conjunto coerente de cursos práticos, que permitam aos cidadãos interessados assumirem uma ocupação que lhes garantam um modo de vida digno, além da provisão do ensino formal.

Um outro patamar é a dimensão formadora. Muitas vezes, o perfil da mão-de-obra local a impede de ter acesso a postos de trabalho que exigem maior

qualificação, ou a limita como agente ativo e de iniciativa própria.

Atualmente, por estes anos, se encontram em funcionamento, cursos que visam a qualificação e requalificação profissional das pessoas, como: informática, corte e costura industrial, bordados, pedraria, eletricitista, ponto cruz e outros que ampliam o grau de empregabilidade nos setores formal e informal.

Como objetivado, em razão da dimensão formadora, o perfil dos cursos ali ministrados deve estar voltado para a necessidade do mercado de trabalho local e o auto emprego. Portanto, neste sentido, deve ter a participação de técnicos locais em conjunto com a comunidade na busca de cursos eminentemente práticos e iniciativas de formação básica, voltadas à aquisição de habilidades que condicionam o desempenho profissional

Em 2004, conforme relatório, houve empreendimento de ações no sentido da qualificação e requalificação profissional de 250 pessoas acima de 14 anos.

3.3.9.8. Clube da Melhor Idade (Idoso)

Proporciona a 550 idosos, cadastrados, condições para o desenvolvimento de potencialidades estimulando a inter-relação e o convívio social, a autonomia e a independência através da participação em práticas associativas e produtivas favorecendo a melhoria na qualidade de vida.

3.3.9.9. Creches (crianças)

Apesar do programa de creches pertencer ao setor de Educação, foi executado pelo setor de Ação Social do município convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, para o atendimento a 123 crianças nas creches Rachel Queiroz e Madre Leônia, bem como apoio educativo a 120 famílias. O município prestou atendimento através das creches Mariquinha Masson e Marina Budin para 310 crianças provenientes de famílias carentes.

3.3.9.10. APAE (Pessoa Portadora de Deficiência)

Proporciona a 150 pessoas portadoras de deficiência, condições de prover a própria subsistência de modo a satisfazer suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

3.3.9.11. Lar Vicentino (Idoso)

O programa desenvolvido pelo Lar de Bariri, atendeu 70 idosos acima de 50 anos, que não possui um vínculo familiar, portanto sem condições de prover a própria subsistência de modo a satisfazer suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

3.3.9.12. Casa Abrigo (criança/adolescentes)

Contribui para a formação global de 20 crianças/adolescentes de 0 a 18 anos, vítimas de maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, abandono material e intelectual, por um período provisório enquanto não se viabilizar o retorno à família biológica ou encaminhamento à família substituta.

3.3.9.13. Centro de Promoção Social da paróquia Nossa Senhora das Dores (criança/adolescentes).

Entidade filantrópica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, que funciona no município desde 1970. De caráter assistencial, particular, ligada à igreja católica, tem por finalidade prestar assistência às crianças carentes e seus familiares no município, visando à perspectiva promocional, treinamento educativo e sua integração na sociedade.

Dentro do propósito de trabalhar com as famílias carentes, prestando assistência material, espiritual no sentido de buscar a sua auto promoção, a entidade desenvolve atividades de caráter socioeconômica familiar, como: fornecimento de cestas básicas angariadas pela campanha do quilo também realiza visitas às famílias, seleciona a clientela, realiza a Pastoral da Saúde, o Programa Saúde da Família em convênio com a Prefeitura. No setor de educação realiza o projeto "Menor Aprendiz" com o adolescente da faixa etária de 14 a 17 anos, através de cursos de informática, uso da biblioteca da sede, cursos de formação profissional ministrado por profissionais da cidade por intermédio de palestras, cursos de eletricidade residencial e outros, além de atividades esportivas, como campeonatos de futebol de salão, vôlei, gincanas, jogos de mesa, pebolim, jogos de xadrez e dama. Através do "Projeto Construir", ali desenvolvido, realiza atividades psicopedagógica (ética e cidadania, saúde e higiene), estimula a leitura e desenvolve a cultura. Desenvolve também, esportes, como, futebol, caratê, capoeira, xadrez, handebol e ping-pong.

Conforme relatório referente às atividades desenvolvidas em 2004, realizou ações de caráter sócio educativa e profissionalizante para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos, provenientes de famílias de até 02 salários mínimos, totalizando 230 beneficiados.

3.3.9.14. Centro de Recuperação e Reintegração (CRER).

Entidade filantrópica, declarada de utilidade pública, ligada a Igreja Presbiteriana Independente de Bariri, dispensa cuidados a pré-adolescentes e

adolescentes, na faixa de 12 a 17 anos, com dependência química, álcool, drogas, etc. Atualmente se encontra em precárias condições, com dificuldades financeiras. Apesar de em anos anteriores ter sido contemplada com recursos provenientes de Convênios com o COMDCA do Estado de São Paulo. Atualmente recebe apenas um auxílio alimentação do Município e doações da comunidade. Há necessidade de se refazer. Com o reconhecimento da sociedade e do poder local, buscar novo dinamismo e novo alento.

Conforme relatório de atividades que se refere ao ano de 2004, atendeu 20 adolescentes, sem distinção de raça, cor ou condição social, através de atividades sócio educativas, laborativas ou ocupacionais e espirituais, com vistas ao resgate de valores éticos e morais e o rompimento da dependência química.

3.3.9.15. Comunidade Terapêutica Estanislau Albanesi

Também entidade de caráter filantrópico, ligado a Igreja Presbiteriana Independente de Bariri, declarada de utilidade pública, com início das atividades em 2004. Destina-se a prestar atendimentos a pessoas adultas do sexo masculino, dependentes químicos, como, álcool, drogas, etc, pelo prazo de nove meses cada pessoa. Os recursos para sua manutenção são conseguidos através de convênio com o município, por doações e diversas promoções promovidas pelos próprios membros da igreja.

Conforme relatório anual, iniciou atendimento a 10 internos, do sexo masculino, acima de 18 anos, dependentes químicos, com período de internação de 09 meses.

3.3.9.16. Prestação de Serviço a Comunidade.

O Serviço de Ação Social de Bariri conta com equipe técnica, com a participação dos conselhos existentes no município: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e Conselho Tutelar.

Através da implantação de uma rede de serviços procura-se atender a população carente, nos seus diversos segmentos, por meio de programas e projetos específicos, visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Estes programas, projetos e prestação de serviço desenvolvidos no município são mantidos através de recursos municipais, estaduais e federais e aplicados conforme critérios estabelecidos em cada convênio.

CAPÍTULO 4

PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE BARIRI.

Analisar as perspectivas do desenvolvimento da cidade de Bariri é o objetivo deste trabalho. Para tanto, torna-se necessária a retomada de alguns conceitos, como o de “desenvolvimento sustentável” e o que vem a ser uma “cidade sustentável”, por exemplo, conforme Bezerra (2000: 06), fica claro que a Agenda 21 consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de Século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de riqueza, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações. Essa deverá ser capaz de permitir a recondução da sociedade industrial rumo ao progresso, cuja avaliação deve ser principalmente efetuada por indicadores de desenvolvimento humano e não apenas pelos índices dos Sistemas de Contas Nacionais, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto – PIB.

Para análise, utilizaremos, então, os temas centrais propostos pela Agenda 21 (BARBIERI, 2001:11), a Agricultura Sustentável; Infra-estrutura e Integração Regional; Gestão dos Recursos Naturais; Redução das Desigualdades Sociais; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento sustentável das cidades implica, ao mesmo tempo, em crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano. Para se considerar uma cidade sustentável, é necessário observar os seguintes itens:

- Se existe aperfeiçoamento e regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental.
- Que consiga promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão

democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.

- Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas.
- Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.

Muito do que foi dito acima, não existe, ou é realizado de forma precária no município. Contudo, com o advento do Plano Diretor essas novas regras necessitarão ser acolhidas pela nova lei e terem seu funcionamento de forma efetiva.

Bariri deverá elaborar seu Plano Diretor até outubro de 2.006, exigência do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, que regulamenta o artigo 182 e 183 da Constituição Federal.

Assim, a sociedade a partir da nova lei, estará convocada a examinar com atenção suas práticas e, consagrar renovados comportamentos e ações. A viver e participar ativamente do que exigiu constar em lei, aprovada pelos seus representantes, estará avaliando continuamente sua aplicação para reforçar suas virtudes e corrigir possíveis defeitos da legislação ora estabelecida.

A Lei sozinha é claro, não resolverá os históricos problemas desencadeados durante décadas na formação urbana da cidade. Contudo, com a nova legislação, o município têm a oportunidade de cumprir da melhor maneira, e ativamente, seu papel de sujeito responsável que é pela formulação, implementação e avaliação da política urbana, permitindo que de fato todos os moradores da cidade participem do processo e sejam beneficiários de suas justas ações.

Quando tratamos de receitas de políticas desenvolvimentistas, é necessário repensar todas elas. Para Sachs (2004: 10), tanto a teoria com base em estudo histórico comparativo de experiências nacionais, quanto a ideologia, baseada em compromissos éticos são importantes. Necessário ainda, que o local onde se procura implantar essa nova política de desenvolvimento seja enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de descortinar o futuro.

Analisar as perspectivas do desenvolvimento do Município de Bariri é a fundamentação desta dissertação. No capítulo 1 abordamos o que é sustentabilidade buscando dar ênfase em desenvolvimento local e à realização de um projeto de desenvolvimento. No capítulo 2 procuramos demonstrar os caminhos de Bariri rumo ao desenvolvimento, desde o início de sua história até o momento atual, procurando sempre demonstrar neste pequeno relato, a expansão do município no decorrer do tempo. O capítulo 3 contém a mostra das principais políticas públicas existentes no município, que nos levam a refletir sobre as perspectivas da busca de um desenvolvimento sustentável, com qualidade de vida cada vez melhor para a população local.

Conforme CMMAD (1991:46) o desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Satisfazer as necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Porém, ao se definir os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade. Além de atender as necessidades básicas, como, alimentação, roupas, habitação, emprego, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

Em razão disso, há algumas décadas o debate sobre desenvolvimento vem sendo travado de forma diferente à certa concepção tradicional e atualmente se intensificou, de maneira estimulante, devido às drásticas mudanças políticas que o mundo tem sofrido, por conta de fortes tensões sociais e a incessante degradação do meio ambiente. Neste contexto, surge a proposta de um Desenvolvimento Sustentável como alternativa desejável e possível, para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais.

Desse modo, podemos dizer que a caminhada para o desenvolvimento da cidade durante os últimos 25 anos, acontece com uma parcela da população excluída dos benefícios do crescimento.

O desenvolvimento de Bariri até aqueles anos, como visto anteriormente, dependia quase totalmente da agricultura e da empresa Industria Resegue. Como mencionado esta empresa teve grande influência no comércio, na economia e na

sociedade baririense na época que esteve em franco funcionamento, ou seja, de 1947 até 1986, quando entrou em concordata de forma definitiva e se transformou em massa falida.

Conforme narrado por Milton Ferro⁴⁴, em entrevista concedida, entre 4.000 a 5.000 pessoas dependiam diretamente da Resegue, que chegou a contar, naquela época, com 1.500 funcionários, sem contar as pessoas que dependiam indiretamente da empresa, que trabalhavam em postos, restaurantes, bancos, comércio e outras atividades ligadas ao funcionamento da mesma.

Também José Cláudio dos Santos⁴⁵, em entrevista concedida, afirmou que a importância da Resegue pode ser vista no fato de que quase 50% do ICM arrecadado pela prefeitura era oriunda de suas atividades. Havia o Hospital São Jorge, organizado pela Resegue. Na época, havia o dobro de bancos do número existente em 2004. Ademais, Bariri teve importância política, com um deputado federal e um deputado estadual por várias legislaturas, pessoas ligadas à empresa Resegue.

Com a paralisação das atividades da Indústria Resegue, também, com a influência cada vez menor da CESP como empregadora no município, principalmente em razão da transferência da chefia para a cidade de Bauru no ano de 1974, Bariri passou a sofrer sérias consequências pelo lado econômico e social, restando-lhe como principal fonte de geração de emprego e renda, a agricultura. Portanto, a etapa considerada a mais avançada da história da cidade, naquele momento, tem um declínio brusco na linha do desenvolvimento. Essa época, também é marcada pelo êxodo rural e início do adensamento urbano.

Com isso, passa a existir uma nova situação, com consequências negativas para a comunidade baririense. Na época, Bariri, pega de surpresa, não estava preparada para assumir um novo modo de desenvolvimento. Com isso, cresce o estado de pobreza em uma faixa da população, que tem reflexos nos dias atuais.

A existência do Projeto Espaço Amigo, de vulto nobre, leva-nos a refletir. Atende em média 150 crianças, pós-creche, com idade de 7 a 14 anos e que no momento conta com uma demanda, esperando por vagas, de mais 170 crianças,

⁴⁴ Entrevista concedida no dia 20/04/2004 à Vitório Dimas Barsi pelo Senhor Milton Ferro, gerente Geral da antiga Indústria Resegue de Bariri/SP.

⁴⁵ Entrevista concedida no dia 18/06/2004 pelo senhor José Cláudio dos Santos, ex-prefeito de Bariri/SP.

sendo que, pode-se afirmar, conforme entrevista concedida por Carolina Amália Ventura⁴⁶, que a demanda total é de mais de 400 crianças. Portanto, o atendimento atual em relação à demanda esta por volta de 37,50%.

O projeto é muito bom, pois se preocupa e sensibiliza com uma situação de acolhimento e assistência à criança, de forma digna, dando continuidade ao trabalho de creche quando esta atingiu a idade de ter que deixar esse tipo de acolhimento infantil e ser entregue a própria sorte, em razão da falta de amparo decente em um lar, por razões de alcoolismo, drogas, e outros meios de abandono.

Através deste projeto, a criança é atendida desenvolvendo diversas atividades, como, atividades escolares, de lazer, em grupos, com assistência de uma psicóloga. Praticam esportes, artesanatos e outras. Recebem boa alimentação e higiene. Pode-se constatar o carinho dispensado pelas funcionárias e monitoras às crianças. O período da permanência das crianças no projeto, é aquele que compreende a ociosidade da criança fora da escola, ou seja, se a criança estuda a tarde permanece de manhã se estuda de manhã, permanece a tarde. Isto, de segunda a sexta-feira. Tal projeto deve ser melhor potencializado, em benefício da demanda atual, pelo aumento de vagas e pela criação de novo espaço em outras regiões carentes da cidade.

Atualmente, Bariri tendo uma população estimada de 30.025 habitantes⁴⁷, leva-nos a refletir a demanda de crianças, que necessitam de acolhimento e formação assistida pelo poder público, em razão do estado de pobreza e conseqüente carência de uma faixa da população.

Conforme Sachs (2004:13), a idéia de desenvolvimento deve implicar na expiação e reparação das desigualdades passadas, onde se busca a reaproximação entre economia e ética. O desenvolvimento somente cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos vão além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Como vimos anteriormente, SACHS (1993:23-24) considera que o

⁴⁶ Entrevista concedida em 12/04/2005 por Carolina Amália Ventura, psicopedagoga, chefe da Unidade do Projeto Espaço-Amigo do Município de Bariri.

⁴⁷ Ver no site www.bariri.sp.gov.br

desenvolvimento deve respeitar cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

O crescimento de Bariri foi expressivo, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, como visto. No entanto, esse crescimento criou externalidades socioambientais negativas. Quando se planeja o crescimento deve-se considerar de forma simultânea as cinco dimensões de sustentabilidade.

Considerando esses aspectos pode-se dizer que o modelo de desenvolvimento implementado não respeitou uma das cinco dimensões da sustentabilidade, ou seja, o social.

O Serviço Social do Município trabalha no sentido de corrigir os desvios provocados pela má distribuição primária de renda, que causa o padrão excludente de crescimento, usando para isso, políticas sociais compensatórias, por meio de convênios com os governos: estadual e federal. Este tipo de política faz sentido, quando se busca corrigir e implantar o desenvolvimento de forma sustentável, senão vejamos: Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, Benefício de Prestação Continuada a idosos e pessoas portadoras de deficiência e também às creches locais, em razão de existir crianças vindas de famílias carentes. Também pelo fato de contribuir diretamente ao bem-estar da população, a universalização do acesso aos serviços sociais afigura-se como um componente essencial do tripé de desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Conforme Sachs (2004:39), políticas sociais compensatórias financiadas pela redistribuição de renda deveriam ir mais longe.

O Plantão Social do Município prestou em 2004, atendimento a 1600 famílias em situação emergencial, com renda de até 02 salários mínimos, com fornecimento de alimentos e medicamentos. Isto comprova mais uma vez, a situação de pobreza provocada pelo padrão quase excludente de crescimento do Município.

Os problemas sociais existentes atualmente são bastantes sérios e colocam para a administração pública local a necessidade de encará-los de frente.

Certamente, a administração pública local não possui condições de resolver e encaminhar soluções para todos os problemas. Contudo, é possível inverter as prioridades e direcionar maiores recursos para o atendimento das camadas populares.

A administração pública local deve envolver os diversos atores sociais na busca de soluções para os seus problemas. Tem potencial para envolver a população, os empresários, sindicatos, escolas, as diversas entidades profissionais na busca de saídas para os problemas. É possível a criação de foros de elaboração de consensos, envolvendo os diversos segmentos sociais, em torno dos problemas chave do desenvolvimento local.

Para Sachs (2004:14) o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades. De acordo com tal raciocínio, não promove por si só a eficiência alocativa.

A equidade, se traduzida a termos operacionais, deve significar o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem. Assim, é possível mais uma vez dizer que outra dimensão da sustentabilidade juntamente com a social, não foi plenamente considerada, a sustentabilidade econômica.

A melhor forma de assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico é o objetivo supremo de poder criar emprego decente e/ou auto-emprego para todos. Em outras palavras, a ênfase deve ser colocada na mudança da distribuição primária de renda, em vez de persistir com o padrão excludente de crescimento a ser corrigido *ex post* por meio de políticas sociais compensatórias.

A combinação de várias políticas complementares são exigidas pela abordagem acima. Dentre outras faz parte a exploração de todas as oportunidades de crescimento induzidas pelo emprego, como, as obras públicas, construções civis, empregos ligados à conservação de energia, serviços sociais, reciclagem de materiais, principalmente a reciclagem do lixo domiciliar, conservação de infra-estruturas, como, equipamentos, prédios e outras. Usar de políticas públicas para consolidar e modernizar a agricultura familiar como parte de uma estratégia para estimular o desenvolvimento rural, com isso, dando um salto na direção de uma civilização moderna baseada na biomassa.

Promover ações afirmativas para melhorar a condição de trabalhadores por conta própria e microempresas, para ajudá-los a sair da informalidade. Apoiar diversas formas de atividade empresarial compartilhada, com a finalidade de

aumentar o poder de barganha e a competitividade dos pequenos produtores. A criação de uma entidade pública, não estatal, que atue como um planejador comprometido com os interesses dos pequenos produtores, O SEBRAE é um bom exemplo.

O debate teórico em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é próprio do momento de sua validação. Conforme *Cidades Sustentáveis*, (BEZERRA, 2000: 26), acredita-se que a interpretação mais correta de desenvolvimento sustentável está em processo de construção. Esse entendimento leva ao conhecimento de que é e será ainda alvo de intensa disputa teórico-política por parte dos diversos atores que participam dessa construção: governos, agências não-governamentais, empresários, cientistas, ambientalistas, etc. Essa concepção processual e gradativa da validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da *Agenda 21* não constituem um rol completo e acabado: torna-la realidade é, antes de tudo, um processo social no qual os atores vão pactuando paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável.

Do diálogo surgido após a Rio-92 entre a *Agenda para o desenvolvimento sustentável* e as *Agendas Social* (de combate à exclusão e à pobreza) e de *direitos humanos*, resultou que, aos poucos, se foram firmando duas noções-chaves: a noção da sustentabilidade ampliada e a de que a sustentabilidade não é um estado, mas um processo. Ambas as noções permitem combinar as duas fortes características programáticas da *Agenda 21* - o pragmatismo e a utopia. O conceito de sustentabilidade ampliada realiza o encontro político necessário entre a Agenda estritamente ambiental e a Agenda social, ao enunciar a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais e a necessidade de que a degradação do meio ambiente seja enfrentada juntamente com o problema mundial da pobreza.

Conforme Sachs (2004: 25), o conceito de desenvolvimento tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas. O desenvolvimento como se conhece hoje, começou nos anos 40, no pós-guerra, em razão da reconstrução da Europa. Por estes tempos, o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante da época que pregava pleno emprego, o Estado de Bem-Estar, a

necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados.

Sachs (2004: 33) define: como conceito histórico e social, o desenvolvimento é por natureza aberto, o que o diferencia da noção de desenvolvimento orgânico. O planejamento moderno é essencialmente participativo e dialógico, e exige uma participação quatripartite entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, levando a arranjos contratuais entre as autoridades públicas, as empresas, as organizações de trabalhadores e a sociedade civil organizada.

Também para a efetivação de uma boa sociedade, com meios de existência viáveis e com trabalho decente, Sachs (2004:35) sugere que o desenvolvimento deve pretender habilitar cada ser humano a manifestar suas potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas.

Portanto, a boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades, enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência, suprindo as necessidades materiais básicas da vida, como: comida, abrigo, roupas etc.

Para Dowbor (1999: 33), muitas vezes, o perfil da mão-de-obra local a impede de acessar postos de trabalho que exijam maior qualificação, ou a limita como agente ativo e de iniciativa própria. Nesses casos, o investimento no homem é fundamental.

Oferecer um conjunto coerente de cursos práticos que permita aos cidadãos excluídos assumirem uma ocupação que lhes garanta um modo de vida digno é uma iniciativa que, se adequada às potencialidades locais, pode ser bastante eficaz.

A existência da Escola Profissionalizante desenvolvida pelo Serviço de Ação Social do Município tem por objetivo qualificar e requalificar o trabalhador aumentando seu grau de empregabilidade.

Em Bariri, a Casa do Artesão pode ser considerada como um local onde são desenvolvidos trabalhos neste sentido. Trabalho bem pequeno ainda, onde funcionam cursos profissionalizantes, como de amarrão e outros. Também os

artesãos que usam daquele espaço se organizam para participarem de feiras de artesanatos na cidade e em outras cidades da região, divulgando seus trabalhos, ajudados pela parceria com o SEBRAE.

Para Gallo (2001:127), esta atividade deve ser potencializada. A própria formação de artesão pode ser um caminho a se adotar para a geração de novos postos de trabalho. As possíveis oficinas de artesanato atingem melhor os seus objetivos quando próximas da comunidade.

A respeito dos cursos profissionalizantes ali ministrados. Conforme o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Relatório 2003/2004: 143) a demanda pela instalação ou ampliação de Escolas de Educação Profissional foi um tema constante das reivindicações e nos debates.

O processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando a economia mundial e particularmente a brasileira, desde meados da década de 80, e que se acelerou sensivelmente nos anos 90, coloca novos paradigmas e desafios para o conjunto das atividades econômicas e sociais.

Em razão das grandes variáveis que afetam de forma significativa o mundo do trabalho, provocando intensos processos de reestruturação e flexibilização, enseja novas modalidades de ocupação, sendo a terceirização e o trabalho autônomo as mais evidentes.

Neste sentido a educação profissional constitui-se em importante iniciativa no sentido de se atender as novas exigências desse mercado e do setor produtivo, uma vez que o trabalho, hoje, é a mais expressiva crítica e demanda social. A participação da iniciativa privada nestes segmentos é pequena, o que não ocorre com o ensino superior, onde as participações se invertem. Constatou-se ainda pelo Fórum Legislativo, que a maior parte da população não tem condições de financiar sua própria qualificação profissional. Trata-se, portanto, de um ciclo vicioso: enquanto os contingentes de menor vulnerabilidade social tem condições de investir em sua própria evolução educacional, as populações vulneráveis socialmente, ao contrário, tem dificuldades de arcar com os custos de formação e qualificação técnica.

Dessa maneira, verificamos que a Casa do Artesão em Bariri é de grande utilidade, mas suas atribuições devem ser bem maiores. O fenômeno acima comentado deve ser compensado com políticas públicas de maior vulto, em nome

do emprego, da melhor distribuição de renda e da não exclusão dos vulneráveis do mercado de trabalho. Bem porque, conforme estamos assistindo em Bariri, já existem uma certa diversificação de indústrias, vindas de fora, da região e até mesmo da capital, que exigem mão-de-obra qualificada.

Outro desafio, conforme Sachs (2004:49) é transformar pequenos produtores em empresas organizadas de pequena escala, capazes de competir no mercado capitalista. É necessário dar a estes uma oportunidade de melhora de suas atividades, aperfeiçoando suas habilidades.

Entre as diversas políticas públicas, em Bariri, encontra-se instalado o Núcleo de Desenvolvimento Empresarial, também conhecido como Incubadora de Empresas, criada em função da parceria formada pelo Município, Sebrae e Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O poder local, de forma efetiva, estimula, com isso, a formação de pequenos negócios e/ou pequenos empreendimentos, que atuam em conjunto com as instituições citadas acima, participantes da parceria. Empreendimento importante na busca da geração de emprego e renda por ser um programa de assistência temporária a empresas industriais nascentes. O risco de fracasso do empreendimento diminui quando há uma estrutura capaz de ajudar os futuros empresários até a consolidação de sua posição junto ao consumidor. Em razão disso, garante às empresas nascente sobrevivência e crescimento, ao tempo em que funciona mediante cessão de infra-estrutura, apoio técnico, administrativo e de serviço. Deve ser potencializado.

O Banco do Povo existente em Bariri é mais um estímulo aos pequenos empreendimentos. Instituição de financiamento, que realiza empréstimos a pequenos empreendedores a juros abaixo dos cobrados pelo mercado, sem necessidade de garantias formais. Resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal e a SERT.

A intenção do Banco é facilitar o acesso dos microempreendedores ao crédito, devido à dificuldade destes em obter créditos para capital de giro ou investimentos fixos em bancos tradicionais, que pedem garantias e outras situações burocráticas, tornando na maioria das vezes, o empréstimo inviável. Podendo-se dizer, é uma parceria que deu certo e muito contribui para o fomento da geração de emprego e renda desenvolvidos pelo município.

Ainda, pode-se contar com o PROGER - Programa de Geração de

Emprego e Renda. Iniciativa do Governo Federal, que por intermédio do Banco do Brasil, financia projetos visando sempre a geração de emprego e renda, como, o PROGER Urbano, em que o público alvo são as micro e pequenas empresas com faturamento anual limitadas a um certo valor, possui carência para pagamento e a longo prazo. O PROGER informal, em que o público alvo é o setor informal, carência de até 6 meses e 36 meses para pagamentos. Possui um valor teto para a operação.

Também possui linha de crédito para a agricultura familiar, por intermédio do PROGER Rural, custeio e investimento, e do PRONAF, custeio e investimento.

A fomentação deste projeto na comunidade é algo interessante, porque financia tanto pessoas físicas como jurídicas, favorece o auto-emprego e proporciona meios de subsistência a uma faixa da população. Em Bariri, deve ser melhor fomentado.

Quanto aos serviços oferecidos pelo PAT, consideramo-los importantes para os trabalhadores e empresários e devem sem dúvida, continuar sendo oferecidos e potencializados.

O Posto é um importante ponto de ligação entre a população e o sistema público de emprego. Atende tanto as necessidades de trabalhadores como de empresários.

No Posto, o trabalhador usa do programa da intermediação de mão-de-obra para se colocar em contato direto com as empresas que estão interessadas em contratar. Com isso, o Posto passa ser uma importante fonte de informações sobre o mercado de trabalho local e pode ajudar na definição das políticas públicas nesta área.

Conforme Tavares de Lima, a geração de emprego e renda em Bariri é bastante diversificada, grande parte é pela agricultura, mão-de-obra não qualificada. O parque industrial é formado por indústrias de diversos seguimentos, como, fábricas de chapéus, artefatos de cimentos, perfuração de poços artesianos, confecção de roupas íntimas, infantis e adultos, uniformes, fabricação de cadeiras, artefatos para indústria automotiva, fabricação de couro sintético, fabricação de materiais dublados para indústria de calçados, empacotadora de açúcar, fabricação de gordura hidrogenada, cerâmicas para fabricação de tijolos, fabricação de instrumentos musicais, fábrica de iscas eletrônicas para insetos, uniformes hospitalares, beneficiamento de couros, torrefação e moagem de café,

ração para animais, fabricação de saltos em madeira para calçados, óleo de eucalipto, essências aromáticas, luvas de raspa de couro, marmorarias, fábrica de calçados femininos, abatedouros de frangos, extração de óleo de mamona, empacotamento e beneficiamento de arroz, injetados de poliuretano, fabricação de big bags, frigorífico para abate de bovinos e suínos, usina de açúcar e álcool, geração de energia elétrica pela AES, carvoarias, indústria gráfica, madeireiras com tratamento de madeiras, indústrias gráficas e outras.

O comércio em Bariri, proporcionalmente ao tamanho da cidade é bastante dinâmico. Abastece e atende o consumo local e em grande parte os municípios menores vizinhos, casos dos municípios de Itaju, Boracéia e Arealva.

Em Bariri, conforme Tavares de Lima⁴⁸, existe a indústria da mão-de-obra invisível, formada pela construção civil, maior empregadora do município, com pequeno percentual de carteiras assinadas. Como disse, podendo atingir 98 % dessa mão-de-obra, sem carteira assinada.

Através de pesquisas, nos setores de Obras e Desenvolvimento da Prefeitura local, verificamos que a fomentação para a criação de uma indústria diversificada tem início nos anos 80. Através da criação de dois pólos industriais, 01 e 02. Ali foram assentadas diversas empresas, que se encontram em plena atividade, como: a Avícola Paulo Dias do Prado, que abate o "Frango Paulo"; a Fábrica de Calçados Anaquel, que fabrica calçados femininos; a Bicovel, que extrai óleo da mamona; a Comercial Baririense de Auto Peças, que vende máquinas agrícolas e peças para o setor; a Mad Pinos, que fabrica saltos em madeira para calçados; a Grã Vale, fabrica de rações para animais; a U Tech, injetados de poliuretano; a Cerealista Milani, beneficia e empacota o "Arroz Milani"; a FOLONI ME, tratamento de couro, a Pampla, luvas de raspa de couro; a Erfran, que produz essência de eucalipto e outras empresas.

Na década de 90, a diversificação do parque industrial do município, teve continuidade. O Município, usando de suas prerrogativas, desapropriou parte das estruturas da Massa Falida Resegue, para ali instalar diversas indústrias vindas de outras localidades. Usando barracões ociosos, foram instaladas indústrias, como: a Frisokar, que fabrica equipamentos de plásticos para a indústria automobilística, encostos de cadeiras e outros artefatos; a Indústria de Plásticos

⁴⁸ Entrevista concedida em 12/04/2005, pelo Senhor Herberto Tavares de Lima, Diretor do Setor de Desenvolvimento e Turismo Municipal de Bariri.

Bariri, que fabrica tecidos sintéticos para cadeiras, bolsas, cintos, bancos, tênis e outros e a Safra, empresa que pratica o depósito e o comércio de bebidas. Atualmente, planeja-se a possibilidade da instalação de novas empresas em outros imóveis existentes no local.

O acontecimento da indústria diversificada no município é algo bastante salutar para o desenvolvimento econômico e social local. Como anteriormente visto, a dependência econômica e social local não pode ficar restrita a uma única atividade, mas a diversas atividades.

Uma política municipal de emprego e renda deve ir além da constatação das capacidades ociosas. É necessário que se atente para possibilidades latentes ainda não exploradas ou insuficientemente exploradas. Nesta direção, colocamos algumas possibilidades, tais como o turismo e a diversificação agrícola.

Conforme constatamos no Setor de Desenvolvimento da Prefeitura, o maior empregador formal em Bariri é o Município. A Prefeitura Municipal atualmente gera 750 empregos, seguida pela Usina de Açúcar e Álcool Della Coleta, que na safra gera por volta de 600 empregos, na entressafra 350 empregos. Em terceiro lugar, podemos considerar a Frisokar, com 450 empregos, logo em seguida a Fabrica de Plásticos, gerando 300 empregos. Conforme o MTE, em dezembro de 2003, havia no município 5.450 postos de trabalho com carteira assinada.

A informalidade é grande em relação ao número de carteiras assinadas. Conforme Tavares de Lima⁴⁹, calcula-se que este número deva atingir 2.500 empregos. Portanto, se somarmos ao número de carteiras assinadas, teríamos um número aproximado de 8.000 empregos. Verifica-se então, que aproximadamente 31% da força de trabalho do município vivem na informalidade. É a chamada indústria invisível, constata-se que a maior parte é proveniente da construção civil, composta por pedreiros, serventes, carpinteiros, encanadores, eletricitas, pintores e mais os diversos agregados desse pessoal. Também fazem parte os chamados “bóias-frias” que são os trabalhadores rurais que vivem na informalidade. Ainda as pessoas que trabalham por conta própria, fazendo pequenos serviços, como, podas de árvores, carrinhos de lanche, carrinhos de sorvetes e outros. Também os vendedores ambulantes agregam-se a este índice.

Conforme dados coletados na SERT, fornecidos pelo Setor de

⁴⁹ Entrevista concedida pelo senhor Herberto Tavares de Lima, Diretor do Setor de Desenvolvimento e turismo Municipal de Bariri/SP, dia 12/04/2005.

Desenvolvimento e Turismo do Município, desde 2001 acontece a elevação do emprego formal no município de forma positiva. Em 2001, houve um aumento do emprego formal em relação ao ano anterior da ordem de 141 empregos; em 2002, houve um aumento em relação ao ano anterior de 377 empregos; em 2003, houve um aumento em relação ao ano anterior de 422 empregos; em 2004, houve um aumento em relação ao ano anterior de 574 empregos. Já em 2005, existe a expectativa para os meses de janeiro e fevereiro, de aumento de 162 novos postos de trabalho.

Constata-se em Bariri, que não existem famílias abaixo da linha de pobreza. O número de pessoas nesta situação em relação à população é ínfimo. Existem famílias pobres, que necessitam do auxílio de políticas públicas, devidamente estruturadas e desenvolvidas, voltadas para esta situação.

Conforme CMMAD (1991: 54) a pobreza é assim definida: “A pobreza é o nível de renda abaixo do qual uma pessoa ou uma família não é capaz de atender regularmente as necessidades da vida. A percentagem da população que se situa abaixo desse nível depende da renda nacional *per capita* e do modo como ela é distribuída”.

Na cidade não existem favelas, moradias em palafitas etc. Todos têm casa de alvenaria, às vezes em péssimas condições, estado de pobreza, mas todos têm água tratada, esgoto coletado, TV, rádio e outros.

Em Bariri existem dois sindicatos rurais, o patronal e o dos trabalhadores rurais. No plano organizativo do mercado de trabalho e na medida em que se processa a transição para um modelo de desenvolvimento, devem ser repensadas as estratégias de enfrentamento e de organização desse movimento sindical.

As transformações tecnológicas na agricultura e a flexibilização dos direitos trabalhistas na área rural provocaram degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Ocorrem também mudanças no mercado de trabalho, provocadas pelas mudanças na estrutura produtiva, no sentido de maior demanda por trabalhadores mais qualificados.

Se considerarmos o modelo atual e as possibilidades da organização dos trabalhadores e/ou filiados, poderia se formular através do movimento, propostas para a construção de um novo modelo de sindicato. Nossos sindicatos se constituíram formando suas bases e formulando políticas exclusivamente para o

primeiro tipo de trabalhador, aquele com carteira assinada e/ou os concursados do serviço público.

Para Singer, (2003: 147), a principal mudança ocorrida é que o movimento sindical passou a ter uma ação mais propositiva, principalmente na discussão de proposta de geração de emprego. Porém, torna-se fundamental a ampliação deste debate para a formulação de propostas de desenvolvimento adequadas à nova estrutura. Cabe ao movimento sindical que pretenda ser o representante do conjunto de trabalhadores formular e implementar políticas que respondam a novas demandas que surgem das diferentes formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Em parceria com o SENAR, o sindicato patronal de Bariri, realiza esforço no sentido de atingir esta política. A realização de cursos direcionados ao produtor rural, seus familiares, bem como aos empregados e ao trabalhador rural em geral, visando a formação de mão-de-obra qualificada, formula a transformação para uma nova realidade sindical. Os cursos sobre alimentação e artesanato, oferecidos pelo sindicato, também tem o mesmo objetivo e ainda a melhoria da qualidade de vida e renda do trabalhador rural. São políticas que devem ser potencializadas. O lazer promovido faz parte da política de busca do resgate da cultura rural, como, apresentação de duplas caipiras, sertanejas, festas juninas, cavalgadas, campeonatos de pescas, gincanas e outras.

A assimilação por parte dos produtores rurais sobre criação de cooperativas e associações pode ser uma política a ser fomentada pelo sindicato, relacionado ao Estado que é quem define as políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária.

Conforme Singer, (2003: 135), no meio rural, em virtude da exclusão da maior parcela dos pequenos produtores, do acesso às políticas agrícolas, pela falta de infra-estrutura, de políticas de comercialização, da burocratização do crédito e da centralização de recursos pelo sistema financeiro, estão surgindo novas formas de cooperação, baseadas em estruturas descentralizadas de produção, comercialização e crédito.

Conforme Singer (2003: 151) podemos considerar que as possibilidades da economia solidária se situam nos seguintes aspectos: os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho. A economia solidária propicia maior

democratização da gestão do trabalho, a valorização das relações humanas e é também um caminho viável para maior distribuição de renda. As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial de desenvolvimento local, integrado, sustentável e ainda um caminho para a transformação social.

O Setor Agrícola do município trabalha de forma conveniada com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a chamada municipalização, por intermédio da Casa da Agricultura de Bariri e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.

Pelo setor é desenvolvido o trabalho de manutenção das estradas municipais rurais; capacitação dos produtores rurais, quanto às normas técnicas a serem utilizadas no setor; coordenação das campanhas de vacinação de caráter obrigatório exigidas pela legislação de vigilância sanitária, como, vacinação contra a aftosa, carbúnculo, etc.

O setor desenvolve também, políticas relacionadas com o meio ambiente rural, na medida que se preocupa com a degradação de áreas ribeirinhas, com a sensibilização da população para os problemas ambientais, visando o desenvolvimento de forma sustentável. A produção de mudas para arborização da cidade e revegetação de áreas degradadas a busca de melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida.

Como já comentado anteriormente, no município torna-se importante a potencialização da política de geração de emprego e renda no meio rural, principalmente quando diz respeito à agricultura familiar. Anteriormente comentamos o PROGER e o PRONAF, tipos de financiamentos que podem fomentar esta atividade. Também a oferta de tecnologias apropriadas, como, políticas de apoio à agricultura familiar, para a modernização das produções de subsistência é um outro fator que como vimos, às vezes se faz ausente.

No município deve-se potencializar a cultura do leite, sua industrialização através de associações, cooperativas. Outros tipos de culturas agrícolas próprias de pequenas e médias propriedades, como: verduras, legumes, frutas. A formação de um cinturão verde, que abasteceria o próprio município e outras regiões. A industrialização de carne suína e de aves e outras políticas de pequenos agronegócios, sempre visando a diversidade da produção agrícola em pequenas e médias propriedades com objetivo de não deixar acontecer a

monocultura no município, que tem como efeito, a desarticulação da formação de empregos estáveis. As famílias agrícolas migram para as cidades, nas periferias, onde são recrutados pelos intermediários da mão-de-obra da colheita. Atualmente essa diversificação se sente ameaçada, principalmente com a monocultura da cana de açúcar.

A sustentabilidade cultural refere-se ao processo de modernização que se dá a partir da continuidade cultural e que respeita as especificidades de cada ecossistema de cada cultura e cada local. Para Bariri, pode-se afirmar que seu desenvolvimento atual rompeu uma continuidade, pois a sua modernização não está considerando aspectos socioculturais locais.

Em razão do grande número de pequenas propriedades no município e a diversidade ainda existente na produção rural nos permite pensar neste ciclo de desenvolvimento rural. Assim, a fomentação de políticas de estímulo ao agronegócio deve ser valorizada. Faz parte ainda desta política de desenvolvimento rural o desafio de construir sinergias positivas, através deste fomento, entre as grandes empresas e os empreendimentos de pequeno porte.

Para tanto, deve haver um envolvimento maior por parte do poder público local. A criação de conselhos municipais agrícolas e a mudança da legislação. Convite à participação e ao envolvimento efetivo de forma dinâmica aos sindicatos. Envolvimento com a política do Banco do Brasil e outros que fomentam a agricultura com financiamentos como o PRONAF e o PROGER agrícola. Incentivo à visitas a outros empreendimentos sobre experiências positivas em outras localidades.

A falta efetiva dessa política de incentivo a esse tipo de empreendimento rural, até mesmo à agricultura familiar, se faz sentir no município. Propostas desse tipo somente fortalecem o desenvolvimento da agricultura local. Bariri, atualmente, apresenta potencialidades excepcionais para avançar nesta direção. Aproveitar essa oportunidade de geração de emprego e renda é acreditar em um futuro promissor do setor agrícola do município pela frente.

Para Sachs (2004:123), em que pese a alta taxa de redução de postos de trabalho observada atualmente no setor agropecuário, acredita que o maior potencial de empregos e auto-empregos decentes reside no mundo rural. Sachs (2004: 124) comenta que a agricultura familiar tem ainda um longo futuro à frente, tanto mais que a sua modernização gradual afigura-se viável e que sem a sua

consolidação, dificilmente o Brasil poderá contar com um sistema eficiente de segurança alimentar. Senão vejamos, parte do agronegócio, que tanta importância tem para o comércio exterior do Brasil, é constituída por agricultores familiares bem sucedidos, por exemplo, no setor de aves ou carne suína. Não se deve considerar a produção mecanizada de grãos (soja), que cria um número diminuto de empregos diretos, como representativa do conjunto de agronegócios.

Também, a racionalidade da economia familiar é diferente da economia de empresa onde os membros da família não imputam ao seu tempo de trabalho um salário como se estivessem empregados como assalariados. Daí a resiliência dos agricultores familiares submetidos à concorrência dos produtores modernos. Por isso, longe de serem meramente políticas sociais, as medidas de apoio à agricultura familiar afiguram-se como alavancas importantes da estratégia de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável para Sachs, (2004: 15), conforme antes comentado, acrescenta uma outra dimensão - a sustentabilidade ambiental - à dimensão da sustentabilidade social.

Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras, o que nos impele a buscar soluções vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais, evitando assim, outras estratégias, de curto prazo, que nos levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou a crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo.

Neste sentido, o resíduo sólido urbano gerado é um problema para o município, principalmente em função do esgotamento da capacidade de armazenamento do aterro sanitário localizado no Bairro Viuval, que recebe diariamente por volta de vinte toneladas de resíduos. Parte desses resíduos poderia ter uma destinação econômica, dado que se constituem de produtos que podem ser reciclados como matéria-prima para indústria.

Conforme a CMMAD (1991: 67) o tema comum à estratégia de desenvolvimento sustentável é a necessidade de incluir considerações econômicas e ecológicas no processo de tomada de decisões. Afinal, economia e ecologia estão integradas nas atividades do mundo real. Para tanto será preciso mudar atitudes e objetivos e chegar a novas disposições institucionais em todos

os níveis.

Assim, por intermédio do setor de Agricultura é coordenado o Programa de Microbacia Hidrográfica. Conforme folhetos explicativos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Ação Integral - CATI, o objetivo principal é eliminar as causas da erosão que ocorrem nos solos agrícolas do município e, ainda possibilitar a recuperação de áreas degradadas. Permite eliminar as causas desse problema central que interfere no desenvolvimento das áreas rurais. As ações acontecem de forma global e integrada, promovendo o aumento da produção e da produtividade, evitando desgaste e empobrecimento do solo.

O programa se apóia em um conjunto de estratégias e técnicas que começa quando as famílias dos agricultores de uma microbacia se reúnem e identificam os principais problemas que impedem o desenvolvimento da comunidade. Em conjunto, detectam as causas e conseqüências que os problemas trazem e, então, elaboram um plano de ações que leva à solução definitiva desses problemas. É realizado, a seguir, pelas famílias dos produtores rurais da microbacia, juntamente com o técnico da Casa da Agricultura, um planejamento adequado da propriedade, a partir da capacidade de uso do solo.

Conforme o folheto, a principal preocupação do programa é a conservação do solo. O solo é mais do que uma porção de terra onde se planta. O solo tem grande importância para a vida de todos os seres vivos de nosso planeta. É dele que o homem e os animais tiram seu sustento e sobre ele é que construímos nossas casas. É no subsolo ou, no meio da mata que cresce sobre o solo fértil, que brotam as nascentes de água doce.

Portando, é necessária a contenção da degradação, recuperação e conservação do solo como compromisso com a qualidade de vida. Existe uma série de problemas que podem levar à degradação do solo. Um deles é causado pela ocupação desordenada e sem planejamento do solo, ou ainda pelo uso de práticas de manejo incorretas, como o uso intenso das máquinas agrícolas e a utilização dos adubos químicos e fertilizantes em excesso, que causam poluição e comprometem a vida do solo. O manejo incorreto do solo leva à erosão e até à desertificação. Conforme o Folheto, neste estágio não há possibilidade de recuperação do solo. Também nas áreas onde a vegetação foi removida ou queimada, o solo fica sujeito à ação das chuvas que provocam erosão.

O proprietário rural, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, aumenta o conhecimento sobre a correta utilização do solo e dos demais recursos naturais em sua propriedade. As práticas conservacionistas são adotadas de forma integrada, conforme orientações técnicas, como, algumas práticas recomendadas pelo programa: proteção e recomposição das matas ciliares; rotação de culturas; adubação verde; faixa de retenção; plantio em nível; cultivo mínimo; plantio Direto; escarificação; terraceamento; divisão de pastagem; abastecedouro comunitário; controle de erosão; adequação de estradas rurais e calagem e adubação. Assim, podemos constatar a dimensão social, econômica, espacial, cultural e ecológica com a implantação de microbacias hidrográficas no município. Tal projeto deve ser implantado em todos os Bairros do município, como forma de desenvolvimento de uma agricultura de forma sustentável.

Conforme o Chefe do Setor de Meio Ambiente da Prefeitura, entrevista concedida em 16 de março de 2005, senhor Sincler Aparecido Policarpo, agente ambiental do programa, trabalho voluntário, no município existe em franco desenvolvimento a microbacia hidrográfica: Córrego da Boa Vista de Cima, localizada na divisa do municípios de Bariri e Itaju, na bacia hidrográfica dos Rios Tietê-Jacaré.

Conforme o Plano de Microbacia existente no setor, a área do programa perfaz um total de 3.258 ha. e um perímetro de 31.152 metros. No Plano desta Microbacia estão relacionados nominalmente 131 propriedades que fazem parte do programa.

Também conforme o Plano, devido à cultura dos proprietários de se jogar águas pluviais nas divisas, ocorreu a formação de voçorocas e erosões em áreas adjacentes. Sendo que somente uma voçoroca continuava a aumentar sua área de influência, as outras erosões encontram-se estabilizadas. Com respeito a aquela voçoroca, conforme Policarpo, a mesma tinha por volta de 1.100 metros lineares de comprimento, 15 metros de fundo e 25 metros de largura. Custeada as despesas pelo programa, a mesma foi completamente eliminada. Houve também o plantio de 2.600 árvores para recuperação de minas em APA - Área de Proteção Ambiental, na propriedade do senhor João Eduardo Dassie, produzidas por viveiros de mudas para atendimento do programa. Até o momento foram construídos 03 terraços. Conforme Policarpo, é um sistema de alinhamento de

solo, como se fossem degraus, tudo de forma sustentável, em razão da declividade do mesmo.

O córrego existente possui água de ótima qualidade, que é suficiente o ano todo e serve como abastecedor para animais e irrigação de culturas. Foram construídos 02 abastecedores comunitários que servem para abastecimento residencial das famílias, em época de seca abastece também o gado, as granjas de frangos e outros animais. Abastece ainda, as bombas de agrotóxicos, pulverizadores, evitando o contato direto com os córregos.

Através do Programa, foram adquiridas 02 roçadeiras para uso em tratores. De forma comunitária, cada roçadeira atende de 05 a 09 famílias, que na aquisição participaram com 50% do valor, sendo que, os outros 50% foram pagos pelo Programa, com recursos do governo estadual.

Em conversa com Policarpo, na primeira parte do programa foi realizado um levantamento da situação. As dificuldades existentes, os problemas enfrentados pelos agricultores, se havia água suficiente, a seca em época de estiagem, tipos de cultura ali implantada, a respeito de fossas negras. Visto que, o programa tem apoio da Embrapa que ali desenvolve um sistema de fossas por decantação.

O programa "Aprendendo com a Natureza", trabalho de educação ambiental, vem sendo desenvolvido pelas escolas de ensino fundamental do município que usam a microbacia do bairro Boa Vista de Cima, como material pedagógico de educação ambiental com enfoque voltado para o meio rural. Atualmente 160 crianças provenientes de escolas do Ensino Fundamental de Bariri visitam o bairro diversas vezes no ano, na busca de conceitos que envolvem as questões ambientais rurais de forma crítica e reflexiva, como, a influência do homem no meio ambiente e na natureza. Afinal, é premente a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e as crianças são e serão atores fundamentais nesse processo.

Nos moldes deste programa, em 2004, iniciou-se um outro programa de microbacia no município, no bairro Viúval. O início dos trabalhos está se dando em duas partes. A primeira delas já foi concretizada. Procurou-se conhecer, através de levantamentos realizados e também reuniões com os proprietários das terras, a história do bairro, as propriedades existentes, tipos de plantações cultivadas, conservação do solo e outras dificuldades apresentadas. A segunda

parte será a implantação de forma efetiva do projeto.

Com respeito ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, verifica-se através do SAEMBA que 100% da população é atendida. No momento o esforço se volta para o tratamento do esgoto sanitário produzido.

Conforme entrevista com o senhor João Alberto Rodrigues Neto⁵⁰, 100% da água pura e distribuída na cidade de Bariri recebe tratamento. Recebem água tratada e tem o esgoto coletado 100% das residências. Atualmente Bariri não possui tratamento do esgoto coletado. Pequenos trechos do emissário já foram construídos, bem como alguns trechos de interceptores, cuja finalidade é interceptar a rede de esgoto doméstica evitando que a mesma seja lançada nos córregos, despoluindo-os.

Existe em Bariri quatro córregos que atravessam a cidade, o Córrego do Sapé, da Floresta, Godinho e Iguatemi. Estes quatro córregos se unem e formam o Córrego do Mineiro que vai desaguar no Rio Tietê. Todos os dejetos domésticos são lançados neles.

Dessa forma, constata-se que com tal desenvolvimento, a sustentabilidade ambiental não está sendo devidamente considerada. O desenvolvimento local que precisamos tem de ser viável em termos econômicos, justo em termos sociais e sustentável ambientalmente, o que não se verifica no caso em discussão.

A intenção, segundo Rodrigues Neto é construir interceptores para receber estes dejetos, evitando que os mesmos sejam lançados nos córregos. Então, o interceptor lançará estes dejetos no emissário a ser concluído, que lançará na lagoa a ser construída, onde será realizado o devido tratamento.

Com o projeto básico já elaborado, os recursos para a realização do projeto executivo deverão vir de financiamentos a serem reivindicados pelo município junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

A construção da lagoa de tratamento, bem como a estação elevatória, já possuem locais determinados e licença ambiental junto aos órgãos competentes. Aguarda-se ainda, licença junto a CETESB para outorga da implantação do projeto.

O início do tratamento do esgoto, conforme previsão, deverá ocorrer dentro de dois anos após a licença definitiva da CETESB, outorga da implantação do

⁵⁰ Entrevista concedida dia 12/04/2005 pelo Senhor João Alberto Rodrigues Neto, Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Bariri.

projeto e liberação do respectivo financiamento. Período este, reservado para construção do emissário, lagoa de tratamento e término da rede interceptora.

O tratamento proposto é para atingir a pureza da água, depois de tratada, em 97%. O restante da impureza, a natureza ficará encarregada de eliminá-la. A lagoa é projetada para atendimento de uma cidade com até 50.000 habitantes.

Conforme Sachs (2004:39) o conjunto da população também deve ter iguais oportunidades de acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia. A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima. É condição necessária, mas não suficiente, para se ter acesso a um trabalho decente.

Os números sobre educação, mais a constatação, demonstram, que o município oferece formação escolar até o segundo grau a toda população em idade escolar, inclusive, colocando à disposição, o transporte de alunos e a merenda escolar. Oferece também, o Ensino Supletivo aos que não tiveram oportunidade ou não participaram dessa formação quando em idade escolar. A presença do aluno em sala de aula é bastante exigida, principalmente quanto ao ensino fundamental, por cumprimento da norma legal.

O serviço de saúde, conforme dados da Estatística de Atendimento e Relatório das Atividades, referentes ao exercício de 2004, fornecidos pelo Setor de Saúde do município, é feito de forma universal. Acorrem a estes serviços toda a população, principalmente a mais carente. O atendimento à população é feito através de três Somas, um Centro de Saúde, um Centro de Diagnose e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bariri. Faz parte do Serviço de Saúde a Vigilância Sanitária.

Tudo é realizado pelo poder público, de maneira municipalizada, ou seja, convênio entre o Município, que entra com a maior parte (recursos próprios), e a União, através do SUS – FNS e algum convênio com o governo do Estado de São Paulo.

No município, o Serviço Médico Hospitalar é realizado através da Santa Casa de Misericórdia, que atende as internações e dispõe de um pronto-socorro. atendimentos de pacientes também são realizados pelos hospitais da região,

conforme o caso, como: Hospital Amaral Carvalho de Jaú, Santa Casa de Jaú, Hospital de Base de Bauru, Hospital das Clínicas de Bauru. Faculdade de Botucatu, Ribeirão Preto e outros. Esses atendimentos recebem apoio de ambulâncias do Município para o transporte de doentes, bem como outros tipos de veículos para o transporte de pacientes com a finalidade de se consultarem ou realizarem exames naqueles locais.

Apesar da obrigatoriedade constitucional da elaboração do Plano Diretor nas cidades com mais de vinte mil habitantes, em vigor desde 1988, em Bariri ainda não foi elaborado. O Estatuto da Cidade, conforme (Oliveira, 2001:20) estabelece que o mesmo deverá ser elaborado considerando todo o território municipal.

Conforme Oliveira (2001:23) o Estatuto da Cidade em suas disposições gerais, fixa que os municípios com mais de vinte mil habitantes em suas cidades ou que pertençam a regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, se não tiverem Plano Diretor aprovado até a entrada em vigor da lei, deverão aprová-los no prazo de cinco anos. Portanto, Bariri até o ano de 2006 deverá elaborar seu Plano Diretor.

A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade - (OLIVEIRA, 2001:32), além de regulamentar as exigências constitucionais fixa importantes princípios básicos que irão nortear estas ações.

Entre eles destacamos a função social da cidade e da propriedade urbana. Com este princípio, no campo do direito coletivo, introduz a justiça social no uso das propriedades urbanas. É o Estado na sua esfera municipal, que deverá indicar a função social da propriedade e da cidade, buscando o equilíbrio entre os interesses público e privado no território urbano.

Conforme Oliveira (2001:08) este princípio assegura a atuação do poder público se dirigindo para o atendimento das necessidades de todos os cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, sempre observando as exigências fundamentais de ordenação da cidade contidas no Plano Diretor. Assim, em contrapartida, serão consideradas as dimensões propostas por SACHS, comentadas anteriormente.

Com isso, estabelece a gestão democrática, garante a participação da população urbana nas decisões de interesse público. A participação popular esta prevista e, através dela as associações representativas dos vários segmentos da

sociedade deverão se envolver em todas as etapas do Plano Diretor – elaboração, implementação e avaliação – e na formulação, execução e acompanhamento dos demais planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano municipal, principalmente, através da promoção de audiências públicas, que deverão receber ampla publicidade. Nelas o governo local e a população interessada nos processos de implantação de empreendimentos públicos ou privados, ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, podem discutir e encontrar, conjuntamente, a melhor solução para a questão em debate, tendo em vista o conforto e a segurança de todos os cidadãos.

Conforme Oliveira (2001: 09) a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização é outro importante princípio. Obriga o poder público a agir em prol do interesse coletivo.

Com este princípio busca-se a garantia de que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público, superando a situação atual, com concentração de investimentos em determinadas áreas da cidade, enquanto sobre outras recaem apenas os ônus. Em geral, estas áreas, onde já não se realizavam investimentos, coincidem com os setores urbanos ocupados pela população pobre, que permanecem, muitas vezes, “abandonadas” pelo poder público.

Outro princípio, segundo Oliveira (2001:09) é a recuperação de parcela da valorização imobiliária gerada pelos investimentos públicos em infra-estrutura social e física realizados com a utilização dos impostos recolhidos – pagos por todos – que, até agora, vinham sendo apropriados, privadamente por parcela privilegiada da população.

Aqui o Estatuto busca reverter o quadro encontrado com freqüência em nossas cidades onde o comportamento, histórico e habitual, dos proprietários de imóveis urbanos ou de empresários imobiliários causa nocivos rebatimentos no tecido urbano e oneram a administração pública. Com a aquiescência do próprio poder público, estes proprietários retêm áreas, como reserva especulativa, aguardando a crescente valorização da propriedade e se beneficiam diretamente com a implantação de infra-estrutura básica e equipamentos urbano em seu entorno imediato. A realização pelo governo municipal de obras infra-estruturais, em geral, atende as demandas mais prementes da população ou resultam da

implantação de empreendimento de porte, e de interesse de determinados grupos empresariais locais, em área próxima. Assim, estas propriedades recebem, gratuitamente, toda a infra-estrutura e os equipamentos urbanos básicos, alcançando, no mercado imobiliário, valores consideráveis.

Conforme Oliveira (2001:10), outro importante princípio é a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens de diferentes segmentos sociais.

Neste item se evidencia a obrigatoriedade de ajuste de todos os instrumentos de gestão financeira da administração municipal aos objetivos do desenvolvimento urbano construídos, coletivamente, pelo poder público e pelos diferentes setores sociais. Este princípio se integra aos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre outros, prevê-se também, a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Refere-se ainda, à integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento econômico do município e sua área de influência.

Conforme Oliveira (2001:18) o plano difere de sua concepção anterior. De mero documento administrativo com pretensão de resolução de todos os problemas locais, desconsiderando as práticas sociais quotidianas, o Plano Diretor assume a função de, como instrumento, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais.

Verifica-se assim, que o poder público municipal se encontra, a partir da vigência do Estatuto da Cidade, com poderosas ferramentas na mão para enfrentar os já históricos desafios do desenvolvimento urbano, todas elas se vinculam ao instrumento básico da política urbana que é o Plano Diretor.

Também, as possibilidades de atuação de cada governo são condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local, existindo uma diferenciação muito grande de cidade para cidade, em função do porte e da complexidade das relações sociais, não só no sentido econômico, mas de

representação, participação e decisão. Para Ladislau Dowbor⁵¹o governo local, mais do que um agente realizador do desenvolvimento deve funcionar como articulador e facilitador das ações de desenvolvimento. Estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Pelo contrário, sua eficácia será maior justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos no projeto de desenvolvimento local incorporado pela sociedade.

Essa visão pressupõe uma tomada de posição por parte do governo. Há cada vez mais experiências participativas nas administrações municipais através de iniciativas como a do Orçamento Participativo. Os cidadãos participam do processo através de organizações sociais ou individualmente. Com o Orçamento Participativo, a prefeitura estabelece limites e critérios para compartilhar o poder de decisão com os moradores das diversas regiões da cidade.

Em Bariri, apesar das audiências públicas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000), a participação popular é muito pequena ou quase nada, algumas pessoas assistem a audiência, além da imprensa, que usa da mesma, para conseguir notícias e divulgá-las. Em razão do pequeno comparecimento a essas reuniões, ou quase nada, denota-se a falta de interesse da comunidade a esse respeito. Apenas se cumpre a lei promovendo a tal da audiência pública, quando da elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA e, também, para as realizações de audiências públicas pelo Setor de Saúde, que deve prestar contas à comunidade trimestralmente.

Conforme Marco Antonio de Almeida⁵²o orçamento possui um caráter público não só por ser uma lei, mas também por ser elaborado e aprovado num espaço público, através de discussões e emendas feitas pelos vereadores nas sessões da Câmara. A Constituição de 1988 define três instrumentos integrados para a elaboração do orçamento, que visam o planejamento das ações do poder público. São eles:

- 1) Plano Plurianual (PPA): prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes, que durem mais de um ano. No primeiro ano de governo, o prefeito deve propor, metas e objetivos que, após aprovação,

⁵¹ Governo e Sociedade. Artigo: Requisitos para um Projeto de Desenvolvimento Local, site: www.polis.org.br/banco_de_experiencias_interna, acesso 12/05/2005.

⁵² Governo e Sociedade. Artigo: Orçamento Participativo, site www.polis.org.br/banco_de_experiencias_interna, acesso 12/05/2005.

terão vigência nos próximos três anos de sua gestão e no primeiro ano da gestão seguinte. É do PPA que saem as metas para cada ano de gestão.

- 2) Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO); a partir do PPA, define as metas e prioridades para o ano seguinte. A LDO define também as regras sobre mudanças nas leis de impostos, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações de como elaborar o orçamento anual.
- 3) Lei Orçamentária anual (LOA): consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na LDO, juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Dessa forma, define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores, detalhando-as por órgão de governo e por função. Muitas vezes a LOA autoriza a abertura de créditos suplementares ou a realização de empréstimos pelo prefeito, sem autorização da Câmara.

Como acima mencionado, a participação da população deve se dar nas três etapas. A fomentação dessa participação é papel do poder público constituído. Conforme Gabriela Lotta a partir de relatório da Pesquisa Fortalecendo a Sociedade Civil para o Controle do Orçamento Público⁵³a Constituição brasileira assegura alguns espaços de diálogo entre prefeitura e sociedade civil, como os conselhos de políticas públicas.

Embora alguns conselhos sejam instituídos pelas prefeituras apenas para assegurar o repasse de recursos, sua principal função é garantir que um diálogo efetivo entre governo e sociedade civil leve a uma distribuição de recursos que considere os interesses comuns e os principais problemas enfrentados pela população.

Dessa qualquer forma, é obrigação do poder público garantir a transparência do processo orçamentário, de forma a sensibilizar e capacitar a sociedade civil para que essa possa compreender os dados disponibilizados, bem como acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária. Esse trabalho pode ser feito também, por meio de uma capacitação de representantes da sociedade civil, como fóruns e conselhos.

Disponibilizar os dados orçamentários para a sociedade civil é, em si, um

⁵³ Governo e Sociedade. Artigo: Acompanhar o Orçamento Público, site: www.polis.org.br/banco_de_experiencias_interna, acesso 12/05/2005.

grande avanço. No entanto, só isto pode não levar a se alcançar os resultados desejados. É preciso também que a sociedade esteja capacitada a compreender e interpretar as informações disponibilizadas.

A partir de então, a sociedade pode participar e interferir mais diretamente no processo, acompanhando-o, fiscalizando suas contas, e, acima de tudo, conseguir que suas demandas possam ser ouvidas e executadas.

CONCLUSÃO

Bariri, como vimos, tem uma história que vem se consolidando desde há muito tempo, mais precisamente desde o século XIX. Como na maioria dos municípios do Estado, tem suas origens na agricultura e principalmente na cultura do café. Como conseqüência, por essas décadas no século passado, a população do município era maior na zona rural.

A partir dos anos 50, até meados dos anos 80 do século passado, a economia de Bariri ficou dependente em maior escala da Indústria Resegue e da agricultura. Também, em menor escala, da CESP - Centrais Elétrica de São Paulo, cuja influência acontece, principalmente, quando da construção desta usina de produção de energia e mais alguns anos após, até meados da década de 70, quando transfere a sede para o município de Bauru.

A partir da década de 80, constata-se uma diversificação da economia local, originada principalmente pela criação de dois pólos industriais e a fomentação de incentivos a novos empreendimentos, sempre, tendo como indutor e executor o poder público. A partir de então, uma nova política visando a geração de emprego e renda surge no município tendo continuidade na década de 90 e até os dias atuais.

Através desta política, a idéia recorrente é oferecer incentivos para que as empresas se instalem no município. A participação do poder público local restringe-se a elaboração de leis que garantam os incentivos e regulamentem a utilização das áreas industriais, subutilizando seu potencial de intervenção.

Para o desenvolvimento com sustentabilidade, a atração de novos empreendimentos pode se dar com a intenção de criar um sistema produtivo integrado, articulado, tanto na relação entre as empresas, quanto em relação à vocação econômica local, com isso, especializando a economia local em algum setor ou produto e, se possível, respeitando a vocação econômica do município.

Constatamos então que para isso aconteça, a prefeitura não deve se limitar à ação legislativa, mas, justamente com a sociedade civil, definir estratégias de como valorizar a economia local, traçando um plano de longo prazo, promovendo um crescimento em bases sólidas.

Para enfrentar o desafio dessa intervenção, é importante repartir as responsabilidades e recolher idéias e opiniões dos agentes locais, garantindo sua legitimação e o empenho da sociedade.

Também, a concepção de um conselho de política industrial deve ser o

primeiro passo na transformação da intervenção pública. A prefeitura, a partir disso, deve indicar suas intenções de desenvolver um projeto visando o crescimento econômico do município, distribuindo responsabilidades e deixando claros os seus limites de atuação.

Avaliamos ainda, a importância da fomentação de uma política voltada para a agricultura familiar. Assim, um estudo de alternativas econômicas deve ser o primeiro passo para a fomentação e desenvolvimento dessa política no município. Este fomento deve ter a participação do Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Município juntamente com os Sindicatos rurais, e, também, participação da agência do Banco do Brasil local, em razão das linhas de créditos ofertadas pelo governo Federal, como por exemplo, o PRONAF. Essa linha de microcrédito rural busca permitir que os agricultores possam expandir suas atividades, modernizar os processos de cultivo ou mesmo iniciar novos negócios em suas propriedades. Com o investimento, os beneficiários aumentam a produtividade, ganham tempo e, com isso, geram mais renda. Potencializar o fomento ao pequeno agricultor em Bariri e/ou à agricultura familiar é investir em geração de emprego e renda a médio e longo prazo. Avaliamos que, em razão do grande número de propriedades rurais, isto é perfeitamente aplicável para um crescimento econômico do município de Bariri de forma sustentada e diversificada.

O aumento da população urbana, de forma acentuada, tem o seu início na década de 70. Atualmente a cidade possui o maior número de habitantes desde sua origem. De modo geral, avalia-se que o crescimento da cidade se dá com parcela da população vivendo em estado de pobreza e com prejuízos ao meio ambiente. Verificamos isto, ao analisar os números do atendimento realizado pelo Serviço de Ação Social e outros setores, que identificam um certo grau de pobreza existente na periferia do município.

Avaliamos que, a situação do tratamento do esgoto sanitário, cujo projeto se encontra em andamento, a conseqüente poluição dos córregos que atravessam a cidade, bem como, a própria degradação do meio ambiente rural, a situação dos resíduos sólidos das indústrias e o lixo domiciliar, está sendo preocupação do governo municipal, mas deve estar em parceria com a própria comunidade para tomada de decisões. Como vimos, o novo modelo de gestão deve ser compatível com a concepção geral e com os princípios de planejamento,

com o estilo de desenvolvimento proposto (desenvolvimento sustentável) e com as ações estratégicas, ressaltando a democratização e participação da sociedade e descentralização do processo decisório e da execução das ações.

Quando constatamos os diversos problemas que demandam soluções, pensamos logicamente na administração pública local, em razão desta estar na linha de frente, tendo que dar respostas à maioria desses problemas.

Para encarar a sustentabilidade do desenvolvimento fica evidente uma nova maneira de pensar na gestão pública. Esta nova metodologia deve ser compatível com os objetivos do desenvolvimento sustentável definidos e com a concepção de planejamento como um processo técnico e político de envolvimento e comprometimento da sociedade nas decisões locais. Deve partir de alguns grandes postulados para servir, efetivamente aos novos conceitos e responder, devidamente, aos grandes desafios.

No município, o primeiro passo deve ser consolidar uma nova fase de relacionamento e diálogo entre o Estado – município – e a comunidade local, buscando a construção dos consensos a partir dos legítimos interesses da população. Em Bariri, o Plano Diretor a ser elaborado deve ser a oportunidade da implantação de políticas de consensos com a participação da comunidade como um todo.

O planejamento local deve ser o processo de decisão - tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada - sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável no município. Bariri, esta unidade político-administrativa, atualmente possui relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental.

Como um processo social, o planejamento do desenvolvimento local precisa contribuir para a construção de um projeto da sociedade local, que mobilize os atores sociais e organize as ações convergentes dos diversos agentes de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado. Um planejamento que ajude a organizar e canalizar as ações do governo como catalisador de múltiplas iniciativas de diversas instâncias que se articulam e convergem no espaço local.

Para tanto, é necessário que exista envolvimento efetivo dos diversos conselhos municipais, criados para desempenharem funções nos setores. Também dos sindicatos, dos produtores rurais, das associações de moradores,

da associação comercial e industrial e outras que devam estar comprometidas com a construção deste desenvolvimento de forma sustentada. No município foram criados vários conselhos, mas para o desenvolvimento com sustentabilidade é necessária a efetiva participação desses conselhos. Maior desprendimento por parte de seus membros em favor da comunidade local, na maioria das vezes, isto não ocorre. A falta dessa participação torna-se ruim, quando se quer atingir efetivamente os objetivos.

Pela reduzida escala territorial e populacional, o planejamento local municipal tende a uma grande proximidade com o cidadão e seus problemas e a uma grande aderência aos instrumentos institucionais de gestão e intervenção.

Essa proximidade dos problemas e do cidadão permite ao planejamento local e municipal ter amplos mecanismos de participação da população e dos atores sociais, comprometendo a sociedade com as decisões e com as iniciativas e prioridades, viabilizando, portanto, a mobilização das energias da sociedade.

Questões cruciais para o desenvolvimento sustentável, como combate a pobreza, a desigualdade social, a degradação ambiental, e a até mesmo a imposição hegemônica de padrões inadequados de consumo e produção, a inclusão de eficiente política de geração de emprego e renda, devem ser o foco de ações planejadas e interdependentes com o propósito de reinventar uma nova sociedade, mais justa, inclusiva e solidária, tendo por base as dimensões de sustentabilidade propostas por SACHS, ou seja, dimensão social, econômica, espacial, cultural e ambiental.

Através do desenvolvimento sustentável fica evidente o surgimento de nova ética, desenvolvida dentro do conceito de cidadania deliberativa, de modo que a sociedade civil possa contribuir mais significativamente nas discussões sobre os objetivos e rumos do desenvolvimento local.

Por fim, esta pesquisa teve o propósito de contribuir com a discussão de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade, como continuidade a série de reflexões sobre o tema, pois se entende que o conhecimento é algo sempre inacabado e sujeito a novos discernimentos. Esse ponto de vista deve ser entendido como um convite ao desenvolvimento de novas pesquisas, com o objetivo de aprofundar cada vez mais conhecimentos sobre o tema políticas públicas e suas relações com os conceitos de desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luciana Fogueiro de. Política Ambiental: Uma Análise Econômica. SP: Editora UNESP e Papirus, 1998.

Aprendendo com a Natureza / Programa Segurança e Saúde do Trabalhador Eural. SP: Convênio Fundacentro / Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 2001.

ARAÚJO, Valdemar F. de & GUEDES, César Augusto M. Modelos Alternativos de Financiamento do Desenvolvimento Local. RJ: IBAM, DES, 1997.

ARRETCHE, Marta & RODRIGUEZ, Vicente (orgs). Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo. SP: FUNDAP : FAPESP; Brasília : IPEA, 1998.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de Mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2001.

BAVA, Silvio Caccia. Dilemas da Gestão Municipal Democrática. IN: Polis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Instituto Polis, 2000.

_____. Desenvolvimento Local. Geração de Emprego e Renda. IN: Polis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Instituto Polis, 1996.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e FERNANDES, Marlene Allan (coord). Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5

de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 42, de 19.dez.2003. 9. ed, SP: RT, 2004.

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de Planejamento. RJ: Garamond, 2002.

CASTELLS, M. Hacia el Estado-Red? Globalización economica e instituciones politicas en la era de la información. IN: Seminário sobre Sociedade e Reforma do Estado. SP: Maré, 1998.

Desenvolvimento Sustentável: Inclusão Social e Geração de Trabalho e Renda. Documento final do Seminário realizado pela Prefeitura de Piracicaba, de 12 a 13 de novembro de 2001.

DOWBOR, Ladislau. O que é Poder Local. SP: Brasiliense, 1999.

FINATEC. Descentralização e Poder Local: a experiência das subprefeituras no município de São Paulo. Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – SP: HUCITEC : FINATEC, 2004.

FRANÇA, Cássio Luiz de & SILVA, Ivan Prado & VAZ, José Carlos (orgs). “Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local”. IN: Polis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Instituto Polis, 2002

FURTADO, Celso. Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Interdisciplinar. SP: Cia Editora Nacional, 1981.

GALLO, Zildo e MARTINS, Lilia Ap. T. P. “Política de Trabalho e Renda: um texto para discussão”.IN: Desenvolvimento Sustentável: Inclusão Social e Geração de Trabalho e Renda. Documento final do Seminário realizado pela Prefeitura de Piracicaba, de 12 a 13 de novembro de

2001.

_____. “Iniciativa Locais de Geração de Trabalho e Renda”. IN: Gestão de Negócios entre o Social e o Administrativo. SP: Edições O.L.M., 2004.

MARTINS, Nelson Silveira. Bariri: Um pedaço de céu destacado do arco-íris. SP: Mario M. Ponzini & Cia, 1940.

MAZOTI, Dirceu. O Imigrante Italiano em Bariri de 1889 a 1920. SP: UNESP, 1990. Tese de mestrado. Orientador: Dr. Clodoaldo Bueno.

MELLO, João Baptista de. Bariri e sua História. SP: Liter Arte, 1987.

Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da Cidade: para compreender... RJ: IBAM/DUMA, 2001.

Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Bariri/ São Paulo. Inventário Turístico. Prefeitura de Bariri, 2002.

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda. Banco do Brasil S. A. Bariri/SP, 2005.

Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local. Diagnóstico Municipal de Bariri. SP: SEBRAE, 2001.

Relatório 2003/2004 do Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. SP: Imprensa Oficial, 2005.

Relatório Anual do Município de Bariri. TCESP - Prestação de Contas ao

Tribunal de Prestação de Conta do Estado de São Paulo, 2004.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Trad. De José Lins Albuquerque Filho. RJ: Garamond, 2002.

_____. Desenvolvimento includente, sustentável sustentado. Prefácio de Celso Furtado. RJ: Garamond, 2004.

_____. Estratégias de Transição para o século XXI. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Trad. Magda Lopes. SP: Studio Nobel, 1993.

_____. Ecodesarrollo: concepto, aplicación, implicaciones. Comercio Exterior. México (DF), vol. 30, nº 07, p. 718-25, julho de 1980.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 21ª edição. SP: Cortez, 2001.

SILVA, Vera Martins da. Os Municípios Paulistas e o Federalismo Fiscal Brasileiro. SP: IMESP; CEPAM, 1995.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs). A Economia Solidária no Brasil. A Autogestão como resposta ao desemprego. SP: Contexto, 2003.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto & SPERS, Valéria Rueda (orgs). Gestão e Negócios: entre o social e o administrativo. SP: Edições O.L.M., 2004.

SOUTO, Anna L. Salles e KAYANO, Jorge e ALMEIDA, Marco Antonio e PETRUCCI, Victor Augusto. "Como Reconhecer um bom Governo?"

IN: Polis Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.
Instituto Polis, 1995.

ZANOTTI, Elísio Francisco. Bariri: O Café e a República. São Carlos:
Jaburu, 1988.

Sites da Internet

www.bariri.sp.gov.br - Dados sobre o município de Bariri

www.cati.sp.gov.br - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

www.ibge.gov.br - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados sobre a Produção Agrícola Municipal

- Perfil dos Municípios Brasileiros, 2001.
- Censo Demográfico, anos: 1991, 1998, 1999 e 2000.
- Domicílios, 2000.

www.iea.sp.gov.br - Instituto de Economia Agrícola

- Produção de Bariri dos anos: 1979, 1984, 1989, 1994.

www.incubadora-bariri.com.br - Núcleo de Desenvolvimento Empresarial Incubadora de Bariri

www.recursoshidricos.sp.gov.br - Dados sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

www.saemba.sp.gov.br - Serviço de Água e Esgoto do Município de Bariri

www.bancodopovo.sp.gov.br - Banco do Povo Paulista

www.emprego.sp.gov.br - PAT, Posto de Atendimento ao Trabalhador

www.seade.gov.br - Dados sobre o Perfil Municipal de Bariri

Entrevistas (Documentadas)

Bariri, 20/04/2004. Entrevista com Milton Carmo Ferro, Gerente Geral da antiga Indústria Resegue.

Bariri, 03/05/2004. Entrevista com Ricardo Perez, ex-funcionário da CESP.

Bariri, 18/06/2004. Entrevista com José Cláudio dos Santos, ex-prefeito de Bariri/SP.

Bariri, 10/10/2004. Entrevista com Dr. João Batista Foloni Filho, Engenheiro Agrônomo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo - Casa da Agricultura de Bariri.

Bariri, 15/03/2005. Entrevista com Maria Vicentina Gonzaga, Gerente da Incubadora de Bariri/SP, instalada na rua Camilo Resegue, nº 68.

Bariri, 12/04/2005. Entrevista com João Alberto Rodrigues Neto, Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Bariri/SP.

Bariri, 12/04/2005. Entrevista com Carolina Amália Ventura, Psicopedagoga, Chefe da Unidade do Projeto Espaço-Amigo do Município de Bariri/SP.

Bariri, 12/04/2005. Entrevista com Herberto Tavares de Lima, Diretor do Setor de Desenvolvimento e Turismo Municipal de Bariri/SP.

ANEXO

Anexo 1: Levantamento Agrícola de Bariri em 2003

ANO	PRODUTO	MUNICÍPIO	DESC C1	C1	UNID C1	DESC C2	C2	UNID C2	DESC C3	C3	UNID C3
2003	ABACATE	BARIRI	PES NOVOS	-	pé	PES EM PRODUCAO	17.000,00	pé	PRODUÇÃO	119.000,00	cx.22kg
2003	ALGODÃO EM CAROÇO	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	50,00	ha	PRODUÇÃO	6.000,00	@
2003	AMENDOIM DAS ÁGUAS	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	35,00	ha	PRODUÇÃO	2.500,00	sc.25kg
2003	APICULTORES	BARIRI	-	-	-	-	-	-	PRODUTORES	6,00	número
2003	ARROZ EM CASCA IRRIGADO	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	150,00	ha	PRODUÇÃO	10.500,00	sc.60kg
2003	ARROZ EM CASCA SEQ. E VAR.	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	100,00	ha	PRODUÇÃO	2.500,00	sc.60kg
2003	AVES DE GRANJA PARA ABATE	BARIRI	-	-	-	QUANTIDADE	4.500.000,00	cab.	PESO TOTAL	10.500.000,00	kg
2003	BOVINO PARA ABATE	BARIRI	-	-	-	NÚMERO	11.401,60	cab.	PESO TOTAL	171.024,00	@
2003	BOVINOS (NÚMERO)	BARIRI	PARA CORTE	26.000,00	cab.	PARA LEITE	500,00	cab.	MISTO	2.000,00	cab.
2003	CAFÉ BENEFICIADO	BARIRI	ÁREA NOVA	10,00	ha	ÁREA EM PRODUÇÃO	700,00	ha	PRODUÇÃO	7.000,00	sc.60kg
2003	CANA PARA FORRAGEM	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	500,00	ha	PRODUÇÃO	30.000,00	t
2003	CANA PARA INDÚSTRIA	BARIRI	AREA NOVA	2.000,00	ha	ÁREA P/CORTE	12.000,00	ha	PRODUÇÃO	960.000,00	t
2003	CERRADÃO	BARIRI	-	-	-	AREAc/+de 1 ANO	1.100,00	ha	-	-	-
2003	EUCALIPTUS	BARIRI	AREA NOVA	100,00	ha	AREAc/+de 1 ANO	300,00	ha	-	-	-
2003	FEIJÃO DAS ÁGUAS	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	80,00	ha	PRODUÇÃO	800,00	sc.60kg
2003	FEIJÃO DE INVERNO IRRIGADO	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	100,00	ha	PRODUÇÃO	3.000,00	sc.60kg
2003	FEIJÃO DE INVERNO S/ IRRIG.	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	80,00	ha	PRODUÇÃO	1.200,00	sc.60kg
2003	GIRASSOL DA SECA	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	350,00	ha	PRODUÇÃO	350,00	t
ANO	PRODUTO	MUNICÍPIO	DESC C1	C1	UNID C1	DESC C2	C2	UNID C2	DESC C3	C3	UNID C3
2003	LARANJA	BARIRI	PES NOVOS	80.000,00	pé	PES EM PRODUCAO	1.400.000,00	pé	PRODUÇÃO	2.800.000,00	cx.40,8kg
2003	LEITE TIPO C	BARIRI	-	-	-	-	-	-	PRODUÇÃO	1.500,00	mil l/ano

2003	LIMÃO	BARIRI	PES NOVOS	-	pé	PES EM PRODUCAO	1.100,00	pé	PRODUÇÃO	3.300,00	cx.40,8kg
2003	MAMONA	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	50,00	ha	PRODUÇÃO	1.500,00	sc.50kg
2003	MATA NATURAL	BARIRI	-	-	-	AREAc/+de 1 ANO	500,00	ha	-	-	-
2003	MILHO EM GRÃO	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	4.000,00	ha	PRODUÇÃO	280.000,00	sc.60kg
2003	MILHO EM GRÃO (SAFRINHA)	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	400,00	ha	PRODUÇÃO	10.000,00	sc.60kg
2003	MURCOTE	BARIRI	PES NOVOS	-	Pé	PES EM PRODUCAO	27.000,00	pé	PRODUÇÃO	51.000,00	cx.40,8kg
2003	PASTAGEM CULTIVADA (ÁREA)	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	12.000,00	ha	-	-	-
2003	PASTAGEM NATURAL (ÁREA)	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	3.000,00	ha	-	-	-
2003	PONCÃ	BARIRI	PES NOVOS	-	Pé	PES EM PRODUCAO	20.000,00	pé	PRODUÇÃO	60.000,00	cx.40,8kg
2003	SERINGUEIRA	BARIRI	PES NOVOS	-	Pé	PES EM PRODUCAO	7.000,00	pé	PRODUÇÃO	70.000,00	kg coágulo
2003	SOJA	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	350,00	ha	PRODUÇÃO	12.250,00	sc.60kg
2003	SUÍNO PARA ABATE	BARIRI	-	-	-	QUANTIDADE	4.000,00	cab.	PESO TOTAL	20.000,00	@
2003	TANGERINA (CRAVO, SATSUMA)	BARIRI	PES NOVOS	-	Pé	PES EM PRODUCAO	10.500,00	pé	PRODUÇÃO	31.500,00	cx.40,8kg
2003	TOMATE ENVARADO	BARIRI	-	-	-	AREA EM PRODUÇÃO	2,00	ha	PRODUÇÃO	3.000,00	cx.K 25kg